

Cátia Sofia dos Santos Salas Pereira

# Sebastião Martins Mestre: da vitória na Guerra Peninsular à derrota nas Guerras Liberais

Mestrado em História e Patrimónios  
(Especialidade em História do Algarve)

Trabalho efetuado sob a orientação do Prof. Doutor António Paulo Oliveira  
e coorientação da Prof<sup>a</sup> Doutora Andreia Fidalgo



Universidade do Algarve  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Ano Letivo 2022/2023



**Sebastião Martins Mestre: da vitória na Guerra Peninsular  
à derrota nas Guerras Liberais**

**Declaração de autoria de trabalho**

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

A autora

---

(Cátia Sofia dos Santos Salas Pereira)

**Copyright em nome de Cátia Sofia dos Santos Salas Pereira**

“A Universidade do Algarve reserva para si o direito em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos”.



# Índice

<b>Agradecimentos</b> .....	iii
<b>Resumo</b> .....	v
<b>Introdução</b> .....	1
<b>1. Sebastião Martins Mestre: dados biográficos</b> .....	7
1.1. Família e funções militares .....	7
<b>2. Sebastião Martins Mestre nas Invasões Francesas</b> .....	15
2.1. Guerra Peninsular: Europa, Portugal e Algarve .....	15
2.2. Resistência algarvia contra os franceses .....	29
2.3. Resistência alentejana contra os franceses .....	46
<b>3. Sebastião Martins Mestre nas Guerras Liberais</b> .....	61
3.1. Mudança da velha ordem: as Guerras Liberais .....	61
3.2. O governo em Vila Real de Santo António e a sua morte .....	76
<b>Considerações Finais</b> .....	95
<b>Fontes e Bibliografia</b> .....	97
<b>Anexos</b> .....	109
<b>Anexo I:</b> Registo de batismo de Sebastião Martins Mestre. ANTT: Livro de registo de batismos da freguesia de Castro Marim (1759 a 1762) .....	110
<b>Anexo II:</b> Registo de óbito de Sebastião Martins Mestre. ANTT: Livro de registo de óbitos de Vila Real de Santo António (1820-1859) .....	111

- Anexo III:** Registo de Casamento de Sebastião Martins Mestre com Maria Filipes. Family Research – Nr: 00769222 (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSMZ-BSP3-R>). ----- 112
- Anexo IV:** Casamento dos pais de Sebastião Martins Mestre. ANTT: Livro de registo de casamentos da freguesia de Castro Marim (1742 a 1760) ----- 113
- Anexo V:** Casamento de Catarina Filipes e José Agostinho Estácio da Veiga. ANTT: Livro de registo de casamentos da freguesia de Tavira (1819 a 1827) ----- 114
- Anexo VI:** Documento que comprova que Sebastião Martins Mestre foi agraciado com o Hábito da Ordem de Santiago. ANTT: Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Santiago (27.05.1801) ----- 115
- Anexo VII:** Documento que comprova que Sebastião Martins Mestre foi galardoado com o Hábito da Ordem de Cristo. ANTT: Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo (25.06.1811) ----- 116
- Anexo VIII:** *Correspondência de Sebastião Martins Mestre para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios de Guerra sobre informações militares, víveres, operações, intendência, embarcações, transportes, solípedes, pessoal, justiça.* PT AHM-DIV-1-14-164-31\_m0001.jpg. ----- 117
- Anexo IX:** *Correspondência de Sebastião Martins Mestre e José António da Rosa para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre relação do gado de Serpa e Moura na margem esquerda do Guadiana e mapa das bestas existentes no Exército e Depósito de Lisboa.* PT/AHM/DIV/1/14/272/25 ----- 118
- Anexo X:** *Ofício de Sebastião Martins Mestre para o conde de Barbacena Francisco a remeter ofícios (cópias) de Alexandre Evaristo de Lemos, comandante das forças marítimas ancoradas na Foz do Guadiana, e do comandante da Marinha das forças ancoradas em São Lucas de Barrameda, em que informam da quantidade de armamento e embarcações presentes em Cádiz e da libertação de Fernando VII, rei de Espanha.* PT/AHM/DIV/1/18/092/10 ----- 119
- Anexo XI:** *Correspondência do tenente-coronel Sebastião Martins Mestre para o marquês de Tancos sobre as bocas de fogo da praça de Vila Real de Santo António, ordem pública e espanhóis.* PT/AHM/DIV/1/20/114/51 ----- 120

## **Agradecimentos**

Não podia deixar de agradecer a todos aqueles que contribuíram para a realização desta dissertação de mestrado. Em primeiro lugar tenho de destacar a preciosa ajuda dos meus orientadores: o Prof. Doutor António Paulo Oliveira e a Prof<sup>a</sup>. Doutora Andreia Fidalgo. Agradeço por todo o apoio e disponibilidade. Mesmo quando o trabalho era muito, nunca deixaram de responder às minhas dúvidas.

Ao historiador Fernando Pessanha, do Arquivo Histórico António Rosa Mendes, agradeço não só por ter sido o principal responsável pela escolha do tema para este trabalho, mas também porque foi uma ajuda fundamental ao longo do todo o caminho. Os seus estudos sobre Vila Real de Santo António apresentaram-se fundamentais para a construção desta investigação.

Ao Pedro Pires, Técnico Superior de Património Cultural da Câmara Municipal de Castro Marim, agradeço igualmente todo o apoio que prestou. Tratando-se do meu primeiro trabalho de investigação, o Pedro disponibilizou-se para me ajudar na pesquisa nos arquivos digitais. Sem ele este estudo tinha sido muito mais difícil de realizar.

Tenho, claro, de agradecer à minha família, em especial aos meus pais, Norberto e Sílvia Pereira, pois ainda que não tivessem participado diretamente no trabalho, sempre me apoiaram ao longo de todo o mestrado, especialmente nesta fase final que se apresenta tão importante para mim.

Por último, mas não menos importante, devo agradecer aos meus colegas e amigos de curso, em especial ao Pedro Esteves que nos momentos mais difíceis encorajou-me a continuar e nunca desistir. Os seus conselhos fizeram com que todo este caminho fosse mais fácil de percorrer.

Muito obrigada a todos!





## **Resumo**

Sebastião Martins Mestre foi um militar e político algarvio que participou em dois acontecimentos decisivamente marcantes para a sociedade portuguesa do século XIX: as Invasões Francesas e as Guerras Liberais. Durante a juventude, Martins Mestre gloriou-se graças à intervenção nas invasões napoleónicas, mas quando decidiu enveredar pelo caminho da política, a sua imagem ficou para sempre ensombrada pela conduta.

A presente dissertação tem como principal objetivo apresentar novos dados biográficos (relacionados com a família, atividade militar, atividade política, morte) que permitam compreender melhor a figura histórica de Sebastião Martins Mestre. O estudo inicia-se com o capítulo dedicado à família e funções militares, seguido do período referente às Invasões Francesas e, por último, será feita a análise à vida do biografado no âmbito das Guerras Liberais, onde centramos a nossa atenção no período em que foi governador de Vila Real de Santo António.

**Palavras-chaves:** Invasões Francesas, Guerras Liberais, Vila Real de Santo António.

## **Abstrat**

Sebastião Martins Mestre was an algarvian military and politician who participated in two main events for Portuguese society in the 19th century: the French Invasions and the Liberal Wars. During his youth, Martins Mestre gloried due to his intervention in the Napoleonic invasions, but when he decided to take the path of politics, his image was forever overshadowed by his conduct.

The main goal of this dissertation is to present new biographical data (family-related, military activity, political activity, death...) that will allow a better understading of the historical figure of Sebastião Martins Mestre. The study begins with a chapter dedicated to the family and military positions, followed by another alluding to the period of the French Invasions and a final chapter analyzes the life of the biographer in the context of the Liberal Wars, where we focus our attention on the period in which he was governor of Vila Real de Santo António.

**Keywords:** French Invasions, Liberal Wars, Vila Real de Santo António.



## Introdução

A presente investigação, com o título “Sebastião Martins Mestre: da vitória na Guerra Peninsular à derrota nas Guerras Liberais”, está inserida no âmbito do mestrado em História e Patrimónios (vertente de História do Algarve) lecionado pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Este estudo tem como principal objetivo apresentar novos dados biográficos (relacionado com a família, atividade militar, atividade política, morte) que permitam conhecer melhor a figura histórica tratada.

Os estudos sobre a biografia de Sebastião Martins Mestre ainda são muito incipientes. Alguns historiadores algarvios como Adérito Vaz, Arnaldo Anica e António Rosa Mendes debruçaram-se sobre a vida desta figura do século XIX, contudo, não nos facultaram informações suficientes para que possamos ter uma análise biográfica completa. Ora, tendo sido Martins Mestre uma figura marcante em dois grandes momentos da nossa história, reveste-se de todo o interesse para este trabalho de investigação o estudo, se possível, integral da sua biografia.

Não existe um trabalho que se dedique exclusivamente a Sebastião Martins Mestre, existem sim alguns apontamentos biográficos publicados em obras gerais de grande interesse e que constituem um incontestável apoio para esta investigação. Da autoria de Alberto Iria importa destacar o livro com o título *A Invasão de Junot no Algarve...*<sup>1</sup>. É um estudo fundamental para a compreensão daquilo que foi a Guerra Peninsular, uma vez que aborda detalhadamente todas as suas fases, sendo uma delas o levantamento popular de Olhão, onde Martins Mestre é uma das figuras em destaque. Para além de nos dar a conhecer as ações empreendidas por Mestre na luta contra o invasor, faz também referência a vários aspetos biográficos, embora estes não sejam suficientes para termos uma análise biográfica completa.

De Adérito Fernandes Vaz, deve-se salientar a publicação de 1986 intitulada *Quem foi Sebastião Martins Mestre na História do Sotavento Algarvio?*<sup>2</sup>. Trata-se de uma

---

<sup>1</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve: (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, 1941.

<sup>2</sup> Adérito Fernandes Vaz, *Quem foi Sebastião Martins Mestre na História do Sotavento Algarvio?*, Separata de A Voz de Olhão, 1986.

separata em que o autor procura abordar os momentos mais marcantes da vida de Martins Mestre, incluindo a sua participação na resistência contra os franceses (mais concretamente na revolta popular de Olhão), os cargos militares que ocupou, as funções políticas que exerceu, as distinções que ganhou, entre outros. Este estudo é bastante sucinto e, por isso, deixa por analisar aspetos que seriam relevantes para compreender melhor a figura em análise. Ainda assim, é um bom contributo, pelos dados biográficos que apresenta e pelas questões que levanta.

Não podemos deixar de falar do capítulo XX da *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António* de Ataíde Oliveira<sup>3</sup>. O autor incide sobretudo na figura de Martins Mestre enquanto governador da cidade, expondo as características que marcaram o seu governo, entre elas a crueldade, ambição e perseguição, incentivadas pelos ideais miguelistas. Expõe ainda as desastrosas consequências das ações do governador atribuindo maior ênfase àquela que ditou a sua morte. Importa chamar a atenção para o facto de os relatos feitos pelo autor não estarem documentados. É possível que Ataíde Oliveira tenha sido influenciado pelos seus ideais partidários e, nesse sentido, torna-se necessário encontrar outras fontes que corroborem as informações que nos dá.

São inúmeras as obras que falam de Martins Mestre no contexto da Guerra Peninsular. De Carla da Costa Vieira, podemos destacar a obra com o título *Olhão, junho de 1808. O levantamento contra as tropas francesas através da imprensa e literatura da época*<sup>4</sup>. Ao longo do estudo, a autora põe em relevo o papel de Martins Mestre, chegando mesmo a dizer que tanto ele como o Coronel José Lopes de Sousa, foram os “ilustres chefes da Restauração do Algarve”<sup>5</sup>.

Deve-se ainda salientar a obra *Olhão fez-se a si próprio* de António Rosa Mendes<sup>6</sup>. Nesta investigação descrevem-se os acontecimentos que marcaram a revolta popular de Olhão, porém, o seu discurso distingue-se da maioria dos estudos pelo simples facto de adotar uma posição crítica face ao que está a analisar. O autor recorre várias vezes ao

---

<sup>3</sup> Ataíde Oliveira, *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António*, 1999.

<sup>4</sup> Carla da Costa Vieira, *Olhão, junho de 1808. O levantamento contra as tropas francesas através da imprensa e literatura da época*, 2008.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p.133.

<sup>6</sup> António Rosa Mendes, *Olhão fez-se a si próprio*, 2009.

*Manuscrito de João da Rosa*, pois, segundo ele, os relatos do secretário do Compromisso Marítimo de Olhão revelam “uma objetividade e uma lucidez que os restantes depoimentos nem de longe atingem”<sup>7</sup>. Rosa Mendes baseia-se quase única e exclusivamente no *Manuscrito de João da Rosa*, mas o escrivão não é o detentor da “verdade absoluta”. O facto de ter sido uma testemunha direta, pode influenciar o seu discurso, não conseguindo ser imparcial. Nesse sentido, importa ter em conta os vários testemunhos existentes, sejam eles diretos ou indiretos.

De autoria de Ofir Chagas, importa destacar a obra *Algarve e Algarvios*<sup>8</sup>, pois dá-nos várias informações de interesse para esta investigação. Para além de abordar o papel de Martins Mestre na Guerra Peninsular e nas Guerras Liberais, procura colocar em relevo várias questões pertinentes relacionadas com a sua biografia, embora estas não estejam devidamente analisadas e contextualizadas. Importa também verificar a veracidade de algumas afirmações feitas pelo autor. Este diz que Mestre é citado na História do Algarve apenas pelo lado negativo, “omitindo-se todo o protagonismo e valor da sua coragem, determinação e vivência positiva, que também estiveram em grande plano”<sup>9</sup>. Esta constatação não é verdadeira, pois são várias as obras que falam de Martins Mestre no contexto das invasões francesas, existindo um notório reconhecimento da sua coragem e determinação.

O estudo mais recentemente publicado sobre Sebastião Martins Mestre é da autoria de Cátia Salas Pereira e intitula-se “Sebastião Martins Mestre (1761-1834): Do triunfo das peninsulares ao martírio de um vencido”<sup>10</sup>. Tal como aparece referido, o estudo apenas recolhe o pouco que já foi escrito, mas é certo que fornece informação pertinente e inédita acerca dos dados biográficos. O artigo está dividido em cinco partes: Origens e atividade militar; A resistência nas invasões francesas; A participação na Guerra Civil; A trágica morte; Considerações finais. O título da terceira parte revela-se um pouco enganador, pois faz o leitor acreditar que vai ser feita uma análise completa à participação de Mestre nesse período, que inclui a abordagem das funções militares. No entanto, o

---

<sup>7</sup> *Ibidem*. 58.

<sup>8</sup> Ofir Chagas, *Algarve e Algarvios*, p.85.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 83.

<sup>10</sup> Cátia Salas Pereira, “Sebastião Martins Mestre (1761-1834): Do triunfo das Peninsulares ao martírio de um vencido”, in *Vultos tavienses dignos de memória*, pp. 221-236.

discurso presente no artigo é centrado nas funções políticas, mais especificamente no período em que a personalidade histórica governou Vila Real de Santo António. O título também não é o mais adequado, uma vez que a Guerra Civil foi um conflito armado que aconteceu entre 1832 e 1834 e o texto centra-se sobretudo em acontecimentos anteriores ao ano de 1832.

Todas as obras acima mencionadas colocam, sem dúvida, em relevo questões fundamentais relacionadas com a vida de Martins Mestre, contudo, não estão devidamente analisadas e contextualizadas. Assim sendo, reveste-se de todo o interesse a realização de um estudo que apresente novos dados biográficos e que analise por completo a vida militar e política da figura em questão. Desse modo, esta investigação tem dois objetivos fundamentais: o estudo biográfico de Martins Mestre; e uma análise das suas ações (militares e políticas) no âmbito das Invasões Francesas e das Guerras Liberais. De acordo com estes dois objetivos, a que se associam outros mais, este estudo está organizado em três partes: a primeira intitulada “Sebastião Martins Mestre: dados biográficos”, a segunda com o título “Sebastião Martins Mestre e as Invasões Francesas”, e a terceira designada “Sebastião Martins Mestre nas Guerras Liberais”.

A parte I tem apenas um capítulo que pretende traçar um breve perfil biográfico de Martins Mestre, onde se encontram novos dados e interpretações relacionadas com o militar e político. Para a construção deste capítulo, utilizou-se evidentemente a bibliografia geral já acima mencionada, mas também foi necessário recorrer ao site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo onde estão disponíveis vários documentos fundamentais para a construção da vida do nosso biografado (documentos relacionados com o nascimento, família, hábitos recebidos). Para o conhecimento da atividade militar de Mestre foi consultado o site do Arquivo Histórico Militar onde foi possível recolher informação de grande relevância para este capítulo.

A parte II está dividida em três capítulos: o primeiro intitulado “Guerra Peninsular: Europa, Portugal e Algarve”, o segundo com o título “Resistência algarvia contra os franceses”, e o terceiro designado “Resistência alentejana contra os franceses”. Esta parte tem como principal objetivo contextualizar devidamente o papel de Mestre não só na resistência algarvia, como também na resistência alentejana que acabou por se espalhar para outras regiões do país.

A terceira e última parte desta investigação pretende analisar a figura de Martins Mestre no âmbito das Guerras Liberais, sendo que centramos a nossa atenção no período em que foi governador de Vila Real de Santo António. Para isso recorreu-se à metodologia anteriormente referida, de estudo e incorporação de informações recolhidas em investigações no Arquivo Histórico Militar, onde se pode encontrar documentação de grande relevância, tal como correspondências trocadas entre Sebastião Martins Mestre e outros vultos da época.

Em suma, pretende-se que esta dissertação de mestrado contribua para o aprofundamento da biografia de Sebastião Martins Mestre, militar e político com um papel fundamental na História do Algarve. Pretende-se, também, que esta investigação possa contribuir para o estudo de outros aspetos relacionados com Martins Mestre e de outras personalidades igualmente relevantes.





## 1. Sebastião Martins Mestre: dados biográficos

### 1.1. Família e funções militares



*Ele tem em toda esta campanha e como fica dito, sido exemplar no valor, honra e patriotismo; requerendo-me sempre que o preferisse para todas as ocasiões mais notáveis; pelo risco e importância das empresas a bem do Real Serviço e Pátria mostrando-se portanto muito digno da Real Consideração do Príncipe Regente Nosso Senhor: e por ser a verdade a passo por tal assino<sup>11</sup>.*

Gravura de Sebastião Martins Mestre, sem autor e sem data (Arquivo Histórico Militar). Cátia Salas, “Sebastião Martins Mestre (1761-1834): Do triunfo das Peninsulares ao martírio de um vencido”, in *Vultos tavirenses dignos de memória*, p. 222.

Sebastião Martins Mestre nasceu no dia 11 de setembro de 1761 em Santo António de Arenilha<sup>12</sup> e foi sepultado no mesmo local a 27 de setembro de 1834<sup>13</sup>. A data de nascimento consta no seu registo de batismo realizado na Paróquia de Castro Marim pelo prior Manuel Guedelha. O documento dá-nos ainda a informação de que Martins Mestre terá herdado o nome do seu padrinho, “Capitão Sebastião Coelho da cidade de Tavira”<sup>14</sup>. Já a sua madrinha, Catarina Ferreira, era natural de Castro Marim. O nosso biografado tinha como pais Miguel Fernandes, filho de Domingos Mestre e de Bárbara Gomes, e

---

<sup>11</sup> Declaração dos feitos de Sebastião Martins Mestre por José Lopes de Sousa, Doc. 431, 29.09.1808 (Versão em linha disponível em: [http://www.olhaocubista.pt/Textos/Biblioteca/AlbertoIria/doc431.htm?fbclid=IwAR1t3oTNQSKFj28jMiTpXJTcn3FxrwTO-LMGaVp4lrPxA7Ja1vu\\_sVmrdy8](http://www.olhaocubista.pt/Textos/Biblioteca/AlbertoIria/doc431.htm?fbclid=IwAR1t3oTNQSKFj28jMiTpXJTcn3FxrwTO-LMGaVp4lrPxA7Ja1vu_sVmrdy8)).

<sup>12</sup> ANTT: Livro de registo de batismos da freguesia de Castro Marim (1759-1762), Lv. 13, Cx. 73, fl. 73.

<sup>13</sup> ANTT: Livro de registo de óbitos de Vila Real de Santo António (1820-1859), Lv. 3, Cx. 59, fl. 73.

<sup>14</sup> ANTT: Livro de registo de batismos da freguesia de Castro Marim (1759-1762), Lv. 13, Cx. 73, fl. 73.

Águeda Madeira, filha de António Martins e de Bárbara Rodrigues, “todos moradores em Monte [Gordo]”<sup>15</sup>. Sebastião Martins Mestre casou com Maria Filipes no dia 7 de agosto de 1796<sup>16</sup> e com ela teve dois filhos, Gabriel Manuel Martins<sup>17</sup>, que morreu em tenra idade, e Catarina Filipes, que em 1824 casou com José Agostinho Estácio da Veiga<sup>18</sup>, de quem mais tarde teve um filho, o arqueólogo tavirense Sebastião Filipes Martins Estácio da Veiga.

Sabemos que em 1782 terá assentado praça no Regimento de Infantaria de Faro com quartel em Tavira (atual destacamento do Regimento de Infantaria nº1), precisamente no mesmo ano em que é nomeado Governador e Capitão General do Algarve o Conde Vale dos Reis, Nuno José Fulgêncio Agostinho João Nepomuceno de Mendonça e Moura, que se instala nessa cidade<sup>19</sup>. Quanto às funções militares que Martins Mestre exercia nessa altura, Ofir Chagas diz-nos que é provável que ele estivesse presente no contingente que ocupava a fortaleza de São João da Barra, “da qual se defendiam os navios portugueses dos ataques dos xavecós argelinos que infestavam a costa algarvia, ou nos encontros fronteiriços com os espanhóis”<sup>20</sup>. Porém, consideramos que não fazia sentido ter um oficial de infantaria a prestar serviço numa guarnição de artilharia costeira, uma vez que essa responsabilidade era do Regimento de Artilharia do Algarve<sup>21</sup>, com quartel em Faro e destacamento em Vila Real de Santo António<sup>22</sup>. Veja-se, meramente a título de curiosidade, o uniforme militar que poderia ter sido usado por Sebastião Martins Mestre no Regimento de Infantaria de Faro com quartel em Tavira:

---

<sup>15</sup> ANTT: Livro de registo de casamentos da freguesia de Castro Marim (1742 a 1760), Lv. 3, Cx. 80, fl. 63.

<sup>16</sup> Family Research – Nr: 00769222 (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSMZ-BSP3-R>).

<sup>17</sup> Family Research, Nr: 008073131 (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSNH-6SD1-P?moe=g>).

<sup>18</sup> Catarina Filipes e José Agostinho Estácio da Veiga casaram na Igreja de Santa Maria de Tavira em 1824. A.N.T.T: Livro de registo de casamentos da freguesia de Tavira (1819 a 1827), Lv. 13, Cx. 378, fl.100.

<sup>19</sup> Nuno Pereira da Silva, *O Algarve e as Invasões Francesas*, p. 93.

<sup>20</sup> Ofir Chagas, *Algarve e Algarvios*, p. 84.

<sup>21</sup> José Justino Teixeira Botelho, *Novos subsídios para a História da Artilharia Portuguesa*, VOL. I, Lisboa, pp. 119-127.

<sup>22</sup> Fernando Pessanha, “VRSA: Cartografia de uma vila régia artilhada contra Ayamonte”, in *Jornadas da historia de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte*, VOL. XXV, 2022, no prelo.



Representação do uniforme de oficial do Regimento de Infantaria de Faro, entre 1664 e 1806, em *Divisas de los Regimientos de Infantería y Caballería del Reyno de Portugal*, fls. 21, 22, 23 e 45. Retirado de Fernando Pessanha, “VRSA: cartografia de uma vila régia artilhada contra Ayamonte”, in *Jornadas de Historia de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte*, Vol. XXV, 2022.



Planta do andar superior do quartel para o Regimento de Artilharia de Faro, de José de Sande Vasconcelos, c. 1790-1797, B.N.P, Cota D-56-R, disponível em: <https://purl.pt/22457><sup>23</sup>.



Representação do quartel do destacamento do Regimento de Artilharia do Algarve em *Planta da Vila de Santo António de Arenilha, de Outubro de 1774, de José de Sande Vasconcelos*. Retirado de Fernando Pessanha, “VRSA: cartografia de uma vila régia artilhada contra Ayamonte”, in *Jornadas de Historia de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte*, Vol. XXV, 2022.

<sup>23</sup> Consultar a obra de Fernando Pessanha, “O sotavento algarvio na cartografia militar de José de Sande Vasconcelos: os casos de VRSA e Faro”, in *Anais do Município de Faro*, Vol. XLII, 2020.

No dia 5 de agosto de 1801 foi agraciado por D. João VI com o Hábito da Ordem de Santiago<sup>24</sup>, tendo, por isso, se destacado em algum evento. Para que o hábito lhe pudesse ser atribuído, Martins Mestre requereu a “dispensa das provas e habilitações”, onde devia provar a sua limpeza de sangue, com a ausência de judeus ou mouros na sua família<sup>25</sup>. No ano seguinte, já não estaria ligado à vida militar e viveria em Tavira com Maria Filipes, pois “dá-se notícia de ter adquirido ao tenente Diogo Leite Pereira Lima de Melo Virgolino, uma porção de sapal situado entre Cabanas da Armação e o Ribeiro da Canada”<sup>26</sup>.

Tendo abandonado a vida militar, Martins Mestre parte para Gibraltar. Os autores que abordaram este período da vida do nosso biografado não parecem estar de acordo. Uns dizem que Martins Mestre partiu para Gibraltar em 1802, depois de ter recebido o Hábito da Ordem de Santiago e outros afirmam que partiu antes disso. Vejamos o exemplo de Alberto Iria que nos diz que Mestre recebeu o Hábito da Ordem de Santiago graças aos “serviços que em 1801 prestou em Gibraltar”<sup>27</sup>. Não sabemos quais foram as funções que ele exerceu fora do território português, mas é certo que manteve algum contacto com o seu país. A data que regressou a Portugal é desconhecida, mas não terá sido antes de 24 de outubro de 1803, pois temos acesso a uma escritura de venda de umas terras no Monte Francisco (Castro Marim) pertencentes a Sebastião Martins Mestre que é feita por um procurador chamado Manuel da Palma<sup>28</sup>. Visto que necessitou dos serviços de um procurador, é provável que por esta altura ainda se encontrasse em Gibraltar. Caso contrário, sendo ele residente em Tavira, deslocar-se-ia facilmente até Castro Marim. O seu regresso esteve muito provavelmente relacionado com a ameaça francesa que já se fazia sentir em Portugal. A 2 de outubro de 1807 foi promovido ao posto de capitão do Regimento de Milícias de Tavira e passado pouco tempo afirmar-se-ia como uma das figuras mais relevantes da resistência contra as invasões francesas, quer no Algarve, quer depois no Alentejo<sup>29</sup>.

---

<sup>24</sup> ANTT: Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Santiago (27.05.1801), Letra S, mç.1, n.º6.

<sup>25</sup> Nuno Pereira da Silva, *O Algarve e as Invasões Francesas*, p. 93.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 94.

<sup>27</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve*, p. 286.

<sup>28</sup> Arquivo Distrital de Faro: notariais de Castro Marim, Cota 1088 (1802-1804).

<sup>29</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve*, p. 286.

Como adiante veremos, a Junta de Beja promoveu Martins Mestre a tenente-coronel dos Voluntários daquela cidade, “patente confirmada pelos Governadores do Reino, em 12 de outubro de 1808”<sup>30</sup>. O Decreto de 23 de março de 1809 promoveu-o a tenente-coronel de Milícias Honorário, “adido ao regimento de infantaria nº2, com o soldo da nova tarifa, em atenção aos serviços por ele prestados por ocasião da feliz restauração destes Reinos”<sup>31</sup>. Sebastião Martins Mestre não se ficou pelo Algarve e pelo Alentejo. Em 1809 foi um dos responsáveis pela região compreendida entre o Tejo e o Mondego e passou depois a Abrantes sob o comando de José Lopes de Sousa<sup>32</sup>. A 19 de outubro de 1810, “assumiu o comando de ordenanças do Alentejo e Estremadura, cargo que desempenhou até abril de 1812”<sup>33</sup>. Segundo Alberto Iria, em 1814, Mestre foi inibido pelo Governador de Armas do Algarve, de proceder à matrícula dos marítimos desta província<sup>34</sup>, já quando, por Decreto de 18 de junho de 1811, tinha sido galardoado com o Hábito da Ordem de Cristo:

“O Príncipe Regente Nosso Senhor sendo-lhe presentes os bons serviços praticados por Sebastião Martins Mestre, Tenente Coronel Agregado ao Segundo Regimento de Infantaria da Linha com honra, valor na ocasião da Restauração do Reino de Portugal: Há por bem fazer-lhe Mercê do Hábito da Ordem de Cristo e quarenta mil réis de tença efetiva...”<sup>35</sup>.

---

<sup>30</sup> *Ibidem*.

<sup>31</sup> Horácio Madureira dos Santos, *Catálogo dos decretos do extinto conselho de guerra* (Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar), Volume VI, p. 207.

<sup>32</sup> *Ibidem*. O tenente-coronel José Lopes de Sousa era governador da praça de Vila Real de Santo António desde 1787. Foi promovido a Coronel, em virtude do valor e intrepidez demonstrados na defesa de Vila Real de Santo António, durante a Grande Batalha do Guadiana. Foi ele que, em 16 de junho de 1808, incitou a revolta de Olhão contra a ocupação francesa, acabando por se transformar num dos principais protagonistas da Guerra Peninsular”. Ver Fernando Pessanha, “As baterias ribeirinhas de Vila Real de Santo António na cartografia militar setecentista, in *Anais do Município de Faro*, VOL. XLIII, nota de rodapé 137; José Paulo Berger, “Las Operaciones militares de la Guerra de las Naranjas en la desembocadura del Guadiana”, in *Jornadas de Historia de la muy noble ciudad de Ayamonte*, VOL. XVI, pp. 105-133.

<sup>33</sup> Horácio Madureira dos Santos, *Catálogo dos decretos do extinto conselho de guerra* (Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar), Volume VI, p. 207.

<sup>34</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 286.

<sup>35</sup> ANTT: Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo (25.06.1811), Letra S, mç.5, nº 40.

Segundo Ofir Chagas, Sebastião Martins Mestre foi reformado com o posto de coronel em 1819<sup>36</sup>, todavia, não encontramos nenhuma fonte que comprove essa data. Além disso, basta consultarmos alguns dos documentos presentes no Arquivo Histórico Militar para chegarmos à conclusão de que Martins Mestre no ano de 1833 não assinava como coronel, mas sim como tenente-coronel<sup>37</sup>. Conta-nos Alberto Iria que a 13 de maio de 1809 Mestre já havia requerido essa promoção<sup>38</sup> que sempre lhe foi negada. Só terá conseguido o tão desejado posto entre fevereiro e março de 1834, pois é a partir dessa altura que começa a assinar como coronel e também como governador interino das armas do Algarve<sup>39</sup>. O que temos por certo é que a partir de 1820 Mestre passa a estar ligado à política, a fase mais polémica da sua vida e que vamos ter a oportunidade de analisar mais à frente.

---

<sup>36</sup> Ofir Chagas, *Algarve e Algarvios*, edição do autor, Tavira, 2010, p 85.

<sup>37</sup> Vejam-se, a título de exemplo, alguns dos documentos onde ele assina com o posto que tinha na altura: *Ofício de Sebastião Martins Mestre para o conde de Barbacena Francisco a remeter ofícios (cópias) de Alexandre Evaristo de Lemos, comandante das forças marítimas ancoradas na Foz do Guadiana, e do comandante da Marinha das forças ancoradas em São Lucas de Barrameda, em que informam da quantidade de armamento e embarcações presentes em Cádiz e da libertação de Fernando VII, rei de Espanha.* - PT/AHM/DIV/1/18/092/10 [23/08/1823]; *Ofícios da Câmara de Vila Real de Santo António para Sebastião Martins Mestre sobre a disciplina dos militares desta praça.* - PT/AHM/DIV/1/18/083/51 [27/08/1823]; *Ofício do tenente-coronel Sebastião Martins Mestre para o conde de Suberra informando sobre as ordens recebidas do tenente-general Manuel Brito de Mouzinho, chefe do Estado Maior General.* - PT/AHM/DIV/1/18/075/038 [10/06/1824]; *Ofícios de Sebastião Martins Mestre para o conde de Suberra sobre a tentativa de chegada a Huelva e Ayamonte dos rebeldes de Gibraltar, comandados por Lopes Banho.* - PT/AHM/DIV/1/18/092/31 [2-25/09/1824]; *Correspondência do tenente-coronel Sebastião Martins Mestre para o marquês de Tancos sobre as bocas de fogo da praça de Vila Real de Santo António, ordem pública e espanhóis.* - PT/AHM/DIV/1/20/114/51 [1830, Setembro, 17 - 1832, Novembro, 1]; *Correspondência do tenente-coronel Sebastião Martins Mestre, governador das Armas de Trás-os-Montes, para o Ministro da Guerra sobre embarcações, informações dos movimentos dos rebeldes e operações.* - PT/AHM/DIV/1/20/096/08 [5-19/08/1833].

<sup>38</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 287.

<sup>39</sup> Vejam-se, a título de exemplo, alguns dos documentos onde Martins Mestre já assinava com o posto de coronel: *Correspondência de António José Vaz Velho, governador interino das Armas do Algarve, para Sebastião Martins Mestre sobre movimentos e operações contra os rebeldes, pessoal e disciplina.* - PT/AHM/DIV/1/20/096/12 [10-12/08/1833]; *Correspondência do marechal-de-campo António Joaquim Bandeira, do Governo de Armas do Algarve, e do marechal-de-campo Sebastião Martins Mestre, do Governo de Armas do Algarve, para João Honorato Rolim requisitando munições para as operações contra os rebeldes.* -PT/AHM/DIV/1/20/096/13 [22/02 – 06/03/1834].





## 2. Sebastião Martins Mestre nas Invasões Francesas

### 2.1. Guerra Peninsular: Europa, Portugal e Algarve

As invasões francesas do território português, ocorridas entre 1807 e 1811, resultaram de um conjunto de conflitos internacionais cujas origens remontam à Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714). Nesta altura, um dos desejos de Portugal era proteger melhor as suas fronteiras pela aquisição de várias cidades fortificadas espanholas, mas os seus propósitos não foram atingidos<sup>40</sup>. Pelo Tratado de 1703<sup>41</sup>, Portugal juntou-se aos aliados (a Inglaterra, a Holanda, a maior parte da Alemanha, a Áustria, a Saboia) contra a França e Espanha, reconhecendo o arquiduque Carlos da Áustria como legítimo soberano espanhol. Note-se que em 1706, por exemplo, Portugal faz aclamar rei de Espanha o arquiduque Carlos de Habsburgo após a conquista de Madrid<sup>42</sup>. Um armistício conduziu aos Tratados de Utrecht de 1713, onde Portugal vê a sua soberania sobre os territórios entre o Amazonas e o Oiapoque reconhecida, bem como confirmada a devolução da Colónia do Sacramento, no rio da Prata<sup>43</sup>.

O envolvimento de Portugal nos conflitos internacionais estava longe de terminar. Na Guerra dos 7 anos (1756-1763) - conflito militar ocorrido entre a Inglaterra e a França -, o país tentou conservar-se neutro, mas “uma batalha naval entre ingleses e franceses em águas territoriais portuguesas e as vantagens que os portos portugueses ofereciam à causa da Inglaterra tornaram difícil a manutenção da neutralidade”<sup>44</sup>. A situação de Portugal agravou-se ainda mais quando no mês de Agosto do ano de 1761, foi acordado por iniciativa da França o Pacto de Família entre os príncipes Bourbons, “entre os quais Carlos III de Espanha, que desta forma se juntou à luta contra os ingleses”<sup>45</sup>. De forma a prejudicar ainda mais a posição dos ingleses na guerra, faltava o fim da aliança luso-

---

<sup>40</sup> A.H. de Oliveira Marques, *Breve História de Portugal*, Editorial Presença, Lisboa, 2019, p. 389.

<sup>41</sup> O Tratado dava a Portugal as fronteiras desejadas, tanto na América como na Europa.

<sup>42</sup> Consultar João Vieira Borges, *Conquista de Madrid 1706 – Portugal faz aclamar rei de Espanha o Arquiduque Carlos de Habsburgo*, pp. 105-133.

<sup>43</sup> Francisco Contente Domingues, “Batalha do Cabo Matapão (1717)”, in *História Militar de Portugal* (coord. Nuno Severiano Teixeira), p. 366.

<sup>44</sup> A.H. de Oliveira Marques, *Breve História de Portugal*, p. 394.

<sup>45</sup> Sara Pereira, *Portugal e Nápoles no Tempo de Pombal: Atividade Diplomática*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada ao Departamento de História do ISCTE – IUL, p. 17.

britânica. O objetivo seria induzir o governo português a aderir ao Pacto de Família, mas a decisão nacional foi a de não aceitar o ultimato franco-espanhol. A recusa de Marquês de Pombal levou à abertura de mais uma frente de Batalha, desta vez em terras portuguesas, quando a 30 de abril de 1762, o exército espanhol entrou em Portugal. A única opção do governo português era declarar guerra a Espanha, a 18 de Maio de 1762, iniciando-se assim a designada Guerra Fantástica<sup>46</sup>, durante a qual o Conde de Lippe comanda o exército português<sup>47</sup>.

A verdade é que Portugal não estava militarmente preparado para enfrentar um cenário de guerra. A juntar-se à situação estava o facto de os espanhóis terem tomado os territórios nas Colónias da América do Sul. Várias situações não estavam a favor de Portugal. Naturalmente que o país tinha de se proteger e dar resposta aos invasores e é neste sentido que Sebastião Carvalho e Melo pede auxílio militar à Corte de Londres, que enviou para Portugal um contingente militar, tendo este sido significativo para o sucesso desta façanha na Guerra Fantástica, “registando-se a sua vitória em Novembro de 1763”<sup>48</sup>. No território português a guerra terminou, mas Portugal tinha perdido para os espanhóis a colónia do Sacramento e estes tinham perdido para os ingleses Havana e Manila. A realização do Tratado de Paris (16 de fevereiro de 1763), na qual se restituiu aos portugueses os territórios do Sacramento e do Rio Grande do Sul, colocou fim às rivalidades de Portugal e Inglaterra para com a França e a Espanha<sup>49</sup>.

---

<sup>46</sup> Ver António Barrento, *Guerra Fantástica em 1762. Portugal, O Conde Lippe e a Guerra dos Sete Anos*, 2006.

<sup>47</sup> Fernando Dores Costa, “A Guerra no tempo de Lippe e de Pombal, in *História Militar de Portugal*, VOL. 2, Manuel Thermudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.), pp. 331-350; Pedro de Brito, “Os Regulamentos do Conde de Lippe”, in *Libros Relege, Volve, Lege – O livro antigo da Biblioteca do Exército*, pp. 245-260; Miguel Freire, “Um olhar atual sobre a transformação do Conde de Lippe”, in *Nação e Defesa*, Nº 112, 3ª Série, pp. 137-166.

<sup>48</sup> Sara Pereira, *Portugal e Nápoles no Tempo de Pombal: Atividade Diplomática*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada ao Departamento de História do ISCTE – IUL, p. 17.

<sup>49</sup> José Vicente Serrão, “Guerra dos Sete Anos e Portugal”, *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, in *José Costa Pereira* (coord), Volume II, p. 302. Sobre este assunto veja-se também Franz A. J. Szabo, *The seven years war in Europe: 1756-1763*, 2008. Temos ainda em consideração o “(Mapa da) Configuração da Costa do Reyno do Algarve”, de autor desconhecido e provavelmente produzido entre os anos de 1771 e 1774. O mapa em questão é bastante interessante, uma vez que “remete a construção das baterias costeiras de Monte Gordo, Cabeço e Torre Velha para o ano da guerra, ou seja, para a denominada Guerra Fantástica”. Tal como refere Fernando Pessanha, existem “referências a atestar que Pombal, no contexto da Guerra Fantástica, incumbiu o governador de Armas do Reino do Algarve, O Marquês de Louriçal, da construção de baterias nos locais de maior

Todas as tentativas do governo português de conseguir uma tríplice aliança com a Espanha e com a Inglaterra contra a França a nada conduziram, “a não ser a uma hostilidade sistemática por parte da França”<sup>50</sup>. Foi enviada para a Catalunha uma força expedicionária “a fim de tomar parte numa ofensiva conjunta hispano-portuguesa contra a França”<sup>51</sup>. Contudo, a guerra termina pouco tempo depois, sendo que nenhum dos lados teve qualquer vantagem. Após as negociações que encerraram as Campanhas do Rossilhão e da Catalunha, Manuel de Godoy<sup>52</sup> recebe do rei espanhol o título de *Príncipe da Paz*<sup>53</sup>. A Paz de Basileia (1795) pôs termo à Campanha do Rossilhão, porém, “não foi um tratado inclusivo nem resolveu os problemas de fundo”<sup>54</sup>. Portugal não assinou o tratado e manteve-se assim em guerra com a França. Godoy tinha cada vez mais poder em Espanha e invadir Portugal só aumentaria o seu prestígio. Para isso, convenceu Bonaparte a deixá-lo comandar a invasão ao Alentejo. Em 1801, os espanhóis, traíram o apoio militar prestado por Portugal na Campanha do Rossilhão contra os franceses revolucionários e enviaram um numeroso exército contra o Minho, o Alentejo e o Algarve. Vale a pena recordar as palavras que Cláudio de Chaby Consagrou à forma como Espanha traiu os aliados portugueses que poucos anos antes tinham combatido contra o avanço francês na Catalunha:

---

necessidade”. Ver Fernando Pessanha, “As baterias costeiras de Vila Real de Santo António na cartografia militar setecentista, in *Jornadas de História de Ayamonte*, VOL. XXII, p. 8.

<sup>50</sup> A.H. de Oliveira Marques, *Breve História de Portugal*, p. 395.

<sup>51</sup> *Ibidem*.

<sup>52</sup> Manuel de Godoy e Alvarez de Faria Rios Sanchez Zarzosa, Príncipe da Paz, 1º Duque de Alcudia, 1º Duque de Sueca, Conde de Évora-Monte em Portugal e chefe do governo espanhol de 1792 a 1808, nasceu em Badajoz a 12 de junho de 1767 e morreu exiliado em Paris em outubro de 1851. Foi o comandante-em-chefe do Exército que atacou Portugal em maio, após a declaração de guerra de 27 de fevereiro de 1800. Consultar Manuel Godoy, *Memorias de Don Manuel Godoy Príncipe de la Paz ó sea Cuenta de su vida política para servir a la historia del reinado del señor Don Carlos IV de Borbón*, 1839.

<sup>53</sup> Sobre este tema importa consultar Cláudio Bernardo Pereira Chaby, *Excertos históricos e coleção de documentos relativos à guerra dominada da Península e às anteriores de 1801, Do Rousillon e da Cataluña*, 1885.

<sup>54</sup> Francisco Contente Domingues, “Guerra das Laranjas (1801)”, in *História Militar de Portugal* (coord. Nuno Severiano Teixeira), p. 368. Do mesmo autor ver também “Batalha do Cabo Matapão (1717)”, in *História Militar de Portugal* (coord. Nuno Severiano Teixeira), 2017.

“... e seis anos depois da paz de Basileia, invadiram os hespanhoes os nossos lares em som de guerra, associados n’esta deliberação injusta e ingrata, aos inimigos que em comum havíamos combatido”<sup>55</sup>.

No mês de maio o exército espanhol atravessou a fronteira do Alentejo, onde tomaram sem resistência várias localidades: Olivença, Juromenha, Portalegre, Valença de Alcântara, Castelo de Vide. Dominaram ainda Monforte, Arronches, Barbacena e Ouguela. Elvas e Campo Maior foram as cidades que conseguiram resistir. Foi em Elvas que Godoy arrancou dois ramos de laranjeiras com frutos para depois enviar à rainha Maria Luísa de Espanha. Os ramos simbolizavam a vitória. Contudo, Elvas resistiu e, para além disso, no dia 6 de junho de 1801 foi assinado em Badajoz um tratado de paz onde Espanha se comprometia a devolver as localidades que tinham conquistado. Devido a tudo isto, os portugueses reagiram de forma irónica à atitude precipitada de Godoy e decidiram batizar a guerra como a Guerra das Laranjas<sup>56</sup>. Importa, todavia, sublinhar que os espanhóis nunca restituíram Olivença. Veja-se aquilo que D. João escreveu acerca da praça de Olivença:

“O ceder a praça de Olivença não seria grande perda: e mau estado de defesa em que estava esta praça, faz ver que não julgava de grande importância; mas será um escandaloso padrão, que fazendo lembrar a guerra que o rei católico fez a seus filhos, fará

---

<sup>55</sup> Cláudio de Chaby, *Exceptos Historicos e coleção de documentos relativos à guerra denominada da Península e às anteriores de 1801, e do Rousillon e Cataluña*. Transcrito de Fernando Pessanha, “VRSA: Cartografia de uma vila régia artilhada contra Ayamonte”, in *Jornadas da historia de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte*, VOL. XXV, no prelo.

<sup>56</sup> Sobre a Guerra das Laranjas, importa consultar Fernando Pessanha, “Castro Marim e Vila Real de Santo António durante a Guerra das Laranjas no Baixo Guadiana”, in *Jornal do Baixo Guadiana*, n<sup>o</sup> 172, p. 19. O mesmo artigo foi reeditado em *Subsídios para a História do Baixo Guadiana e dos Algarves Daquém e Dalém-mar*, pp. 110-111. Ver também António Ventura, *A Guerra das Laranjas*, Lisboa, Prefácio, 2004; Idem, “Portugal e a Revolução Francesa: da Guerra do Rossilhão à Guerra das Laranjas”, in *Nova História Militar de Portugal*, VOL. III, pp. 14-26; Idem, *Guerra das Laranjas 1801*, Batalhas da História de Portugal, Vol. 12, 2006.

conservar a inimizade entre as duas nações, que eu muito desejo ver extinta”<sup>57</sup>.

No dia 8 de junho de 1801 as forças espanholas atacaram o Algarve com o apoio de oito canhoneiras que entraram pelos esteiros do sapal de Castro Marim e atacaram as baterias que integravam a praça de Vila Real de Santo António (baterias da Carrasqueira e do Pinheiro). As tropas portuguesas estavam numa posição arriscada, mas várias circunstâncias acabaram por evitar o pior, sendo que uma delas esteve relacionada com a precisão dos artilheiros lusos. Durante este conflito, o capitão-general do Algarve, D. Francisco de Melo da Cunha Mendonça e Meneses (9º Monteiro-Mor do Reino) foi elevado a 1º Conde de Castro Marim<sup>58</sup>.



Francisco de Melo da Cunha Mendonça e Meneses.

Alberto Iria, *A Invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da Guerra Peninsular – 1808-1814)*, p. 255.

---

<sup>57</sup> Excerto retirado da obra de José Paulo Berger, “Las Operaciones militares de la Guerra de las Naranjas en la desembocadura del Guadiana”, in *Jornadas de Historia de la muy noble ciudad de Ayamonte*, VOL. XVI, p. 126.

<sup>58</sup> Sobre este assunto, importa consultar as seguintes obras: Vitorino José César, *Invasões Francesas em Portugal*, 1910; Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *O Algarve no contexto das Revoluções Liberais dos séculos XVIII-XIX (1789-1822)*, p. 177; Manuel Amaral, *Olivença 1801 – Portugal em Guerra do Guadiana ao Paraguai*, Coleção Batalhas de Portugal, 2004; Fernando Pessanha: “A Bateria do Pinheiro: monumento à vitória de Portugal na Grande Batalha do Guadiana de 1801, in *Jornal do Algarve*, Nº 3313, 24 de setembro de 2020; Idem, “Baltazar Azevedo Coutinho e o mapa da Grande Batalha do Guadiana, in *Jornal do Algarve Magazine*, Nº 3331, 24 de janeiro de 2021.

Nos finais de 1806, foi decretado o *Bloqueio Continental*, “nos termos do qual nenhuma nação da Europa podia comerciar ou manter relações de qualquer tipo com as ilhas britânicas”<sup>59</sup>. Portugal não podia aceitar a proibição imposta por Napoleão Bonaparte, uma vez que estava militarmente e economicamente dependente dos ingleses<sup>60</sup>. No entanto, o governo português estava consciente de que só existiam duas opções: ou o bloqueio era levado a efeito ou Portugal era invadido. As tentativas de apaziguamento não foram suficientes, pois em agosto de 1807, os enviados diplomáticos de França e de Espanha em Lisboa “apresentaram um *ultimatum* ao governo do príncipe D. João: ou Portugal declarava guerra à Inglaterra, até 1 de setembro, ou os exércitos franco-espanhóis invadiam o país”<sup>61</sup>.

A 27 de outubro, é assinado o Tratado de Fontainebleau, pelo qual Portugal era dividido em três partes:

“... o Entre o Douro e Minho passaria a designar-se Lusitânia Setentrional e seria entregue à casa real de Etrúria, o reino fantoche que Napoleão criara na Toscana; o Alentejo e o Reino dos Algarves seriam entregues ao *Príncipe da Paz*, Manuel Godoy, e as Beiras, Trás-os-Montes e a Estremadura manter-se-iam assim até ser celebrada a paz, com vista a serem posteriormente divididas pelas outras duas partes”<sup>62</sup>.

Em outubro de 1807, as tropas associadas em Baiona, que estavam sob o comando do general Junot, começaram a dirigir-se para a fronteira portuguesa. Na mesma altura, Inglaterra e Portugal negociavam uma convenção secreta em que se previa a “transferência da sede da monarquia para o Brasil e a ocupação da ilha da Madeira por

---

<sup>59</sup> A.H. de Oliveira Marques, *Breve História de Portugal*, p. 397.

<sup>60</sup> Neste contexto, importa voltar atrás para destacar o Tratado de Methuen (1703), um acordo entre Portugal e Inglaterra que envolvia a troca entre os produtos têxteis britânicos e o vinho português. Embora os vinhos portugueses tenham entrado facilmente na Inglaterra, a diferença entre as importações e exportações foi amplamente favorável aos ingleses. Sobre este assunto veja-se: Abílio Diniz Silva, “D. Luís da Cunha e o Tratado de Methuen”, in *Revista da Faculdade de Letras*, III Série, Vol. 4, pp. 059-084.

<sup>61</sup> A.H. de Oliveira Marques, *Breve História de Portugal*, p. 397.

<sup>62</sup> Francisco Contento Domingues, “Invasões Francesas/Guerra Peninsular (1807-1810)”, in *História Militar de Portugal* (coord. Nuno Severiano Teixeira), p. 373.

tropas britânicas, pelo tempo que durassem as ocupações militares no continente”<sup>63</sup>. A 22 de novembro já corriam vários rumores em Lisboa e o medo crescia cada vez mais. Os invasores, que utilizavam a linha do Tejo para progredir em território nacional, concentravam-se em Abrantes, para onde foi o último emissário do príncipe D. João, José de Oliveira Barreto, “com a suposta missão de dissuadir Junot – que antes dirigira aos habitantes do Reino uma mensagem de proteção e conciliação – de avançar para Lisboa”<sup>64</sup>. A verdade é que havia a grande necessidade de ganhar tempo, pois nesta altura preparava-se o embarque da família real para o Brasil.

Não sabemos como é que na época se viveu a retirada da corte para o Brasil (29 de novembro de 1807), mas chegaram até nós alguns testemunhos que retratam o acontecimento, exemplo disso é a pintura de Francisco Bartolozzi que, como nos diz Ana Cristina Bartolomeu Araújo, “é desprovida de qualquer aparato e sentido de despedida”<sup>65</sup>. A partida da corte para o Brasil não foi vista de forma consensual. Se para alguns representou um ato de cobardia, para outros apresentava-se como a única hipótese para salvar o país da aniquilação. Era, pois, uma estratégia ousada e a única forma de resistência. Francisco Soares Franco, nas suas *Reflexões sobre a Conduta do Príncipe Regente de Portugal* afirmou que a partida da corte era a única esperança de salvação:

“... e conhece que a posição de Portugal é a base da insolência do seu inimigo; conhece ao mesmo tempo o perigo, e as consequências; é o Brasil a quem ele vai confiar a sua honra, a sua segurança, a sua glória, e a do nome Português”<sup>66</sup>.

Antes de partir, D. João nomeou um Conselho de Regência para que pudesse governar Portugal enquanto este se encontrasse no Brasil. A regência era constituída por nove personalidades representativas da nobreza, clero e magistratura: o marquês de Abrantes, Francisco da Cunha Meneses, tenente-general do Exército, o principal Castro,

---

<sup>63</sup> Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, “As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5, p. 27.

<sup>64</sup> *Ibidem*.

<sup>65</sup> *Ibidem*.

<sup>66</sup> Francisco Soares Franco, *Reflexões sobre a Conduta do Príncipe Regente de Portugal*, p. 8.

regedor de Justiça, Pedro de Melo Breyner, presidente do Real Erário, D. Francisco de Noronha, presidente da Mesa da Consciência e das Ordens, o conde de Castro Marim, o conde de São Paio, D. Miguel Pereira Forjaz, e João António Salter de Mendonça. Este conselho devia receber bem os franceses e evitar conflitos, uma vez que não existiam condições para uma luta armada. Todas as instruções dadas por D. João “passaram a constituir a base jurídica do regime de colaboracionismo em vigor”<sup>67</sup>. A regência só foi dissolvida em fevereiro de 1808. Junot nomeou três secretários de Estado franceses, residentes em Portugal e escolheu para conselheiros do ministério figuras públicas nacionais. A partir daqui “todos os decretos, cartas e alvarás passam a ser usados em nome de «S.M. o Imperador dos Franceses, Rei de Itália e Protector da Confederação do Reino»”<sup>68</sup>. As armas do Reino e as insígnias da Casa de Bragança foram ocultadas ou banidas.

---

<sup>67</sup> Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, “As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Vol. 5, p. 28.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 29.



### Composição do Conselho da Regência<sup>69</sup>

Pedro de Lancastre da Silveira Castelo Branco Sé e Meneses, Marquês de Abrantes	Presidente
Francisco de Melo da Cunha de Mendonça e Meneses, Conde de Castro Marim, depois 1º Marquês de Olhão	Tenente-General do Exército
Francisco Rafael de Castro (Principal Castro)	Conselheiro e Regedor das Justiças
Pedro de Mello Breyner	Presidente do Real Erário
D. Francisco de Noronha	Tenente-General e Presidente da Mesa da Consciência e Ordens
Manuel António de Sampaio Melo e Castro Moniz e Torres de Lusignano, 2º Conde de Sampaio	Primeiro Secretário
Miguel Pereira Forjaz	Secretário substituto
José António Salter de Mendonça	Desembargador do Paço e Procurador da Coroa

A 22 de janeiro, segundo informa Landerset<sup>70</sup>, os espanhóis tinham já efetuado a ocupação das principais praças do Algarve<sup>71</sup>. Junot, designou para o Algarve um

<sup>69</sup> Informação retirada de Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *O Algarve no contexto das Revoluções Liberais dos séculos XVIII-XIX (1789-1822)*, p. 52.

<sup>70</sup> Joaquim Filipe Landerset, Major do Regimento de Infantaria Nº14, foi uma figura militar que em Faro “maior partido procurou tirar dos invasores a favor dos moradores, não só daquela cidade, mas do Algarve inteiro...”. Foi ele que concorreu eficazmente “para que os pescadores de Faro apenas pagassem durante um mês a contribuição para o *prato do governador...*”. Ver Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 22.

<sup>71</sup> Joaquim Filipe de Landerset, *Breve Notícia da Feliz Restauração do Reino do Algarve e mais sucessos até ao fim da marcha do Exército do Sul em auxílio da Capital*, por I.F.L. Oficial da marcha do mesmo exército, Biblioteca Nacional, Lisboa (H. 15075 P.), pp. 3 e 4. A 22 de fevereiro, os espanhóis receberam inopinadas ordens para partir do território algarvio, “e horas depois eram rendidos pelo general francês Maurin à frente de duas colunas de cerca de quatrocentos homens”. O motivo da substituição “estava na derrogação da cláusula do Tratado de Fontainebleau que atribuía à Espanha o sul do território português...”. Ver António Rosa Mendes, “O Algarve e a 1ª Invasão

corregedor-mor, Jacques Goguet e um oficial general, Maurin. O primeiro exercia funções meramente administrativas e zelava pelos interesses da região, o segundo era o encarregado do governo militar e tinha de manter a ordem pública<sup>72</sup>. Maurin instala-se na cidade de Faro e é bastante bem acolhido pela aristocracia local e eclesiástica, uma vez que por todo o reino se optou por ter uma atitude passiva face aos invasores. O príncipe D. João num decreto de 25 de novembro pediu para que fosse prestado todo o auxílio necessário às tropas francesas, advertindo os governadores da regência a “punirem qualquer ação que fosse constituída contra estas”<sup>73</sup>. Também o Bispo D. Francisco Gomes do Avelar<sup>74</sup> “apelou à calma do povo e mostrou-se solícito na assistência às tropas francesas”<sup>75</sup>, de tal forma que colocou o seu palácio ao dispor do general Maurin.



D. Francisco Gomes do Avelar, Bispo do Algarve.

(<https://purl.pt/22973/2/>).

---

Francesa”, in *O Algarve e as Invasões Francesas* (coord Nuno Pereira da Silva), p. 23. Do mesmo autor ver também “A Guerra da Independência no Algarve”, in *Jornadas de Historia de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte*, Vol. XV, pp. 9-28.

<sup>72</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve*, p. 11.

<sup>73</sup> Carla da Costa Vieira, *Olhão, junho de 1808. O levantamento contra as tropas francesas através da imprensa e literatura da época*, p. 20.

<sup>74</sup> D. Francisco Gomes do Avelar foi bispo do Algarve entre 1789 e 1816 e ocupou o cargo de Governador Interino das Armas do Algarve entre 1808 e 1816. Para o entendimento desta figura histórica tão relevante importa recorrer a três estudos: a *Corografia do Reino do Algarve* e as *Memorias para a Historia Eclesiastica do Bispado do Algarve*, de João Batista da Silva Lopes, e a *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar*, de Ataíde Oliveira.

<sup>75</sup> *Ibidem*.

As consequências da vinda dos franceses começam a fazer-se sentir. Uma delas foi o “completo desarmamento das tropas algarvias”<sup>76</sup>. Maurin tratou de desorganizá-las e licenciá-las em harmonia com as anteriores ordens de Junot. Na cidade de Lagos, o Regimento de Infantaria nº2 “começou a dar baixa dos seus soldados logo no dia 12 de fevereiro”<sup>77</sup>. Já em Faro, sede do Regimento de Artilharia nº2, as forças foram conservadas pelo invasor, pois apresentavam-se como um precioso auxílio de defesa no caso de qualquer tentativa de desembarque da esquadra inglesa. As comarcas de Faro, Tavira e Lagos foram ainda obrigadas a contribuir para o chamado *prato do governador*, isto é, “para o sustento da sua casa, e estado, com a importante soma para aquele tempo de 1.200.00 réis por mês”<sup>78</sup>. Como se ainda não chegasse, tinham também de concorrer para a “célebre contribuição de guerra com que Bonaparte espoliara Portugal: 40 milhões de cruzados”<sup>79</sup>. Devido às exigências dos franceses, o setor das pescarias e os respetivos trabalhadores foram alvos fáceis de medidas mais desastrosas. Os relatos de Acúrsio das Neves assim o confirmam:

“... os barcos foram sujeitos a uma extraordinária finta, que se regulava segundo as suas lotações, e era recebida por um homem arvorado com título de capitão do mar, e sem ser paga, nenhum obtinha licença para sair ao alto. Por dinheiro se fazia tudo, mas também daqui resultou algum bem, porque até se conseguia irem embarcações da costa comerciar a Gibraltar, e é por este meio, que começaram as comunicações de terra com a esquadra inglesa”<sup>80</sup>.

---

<sup>76</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 17.

<sup>77</sup> *Ibidem*.

<sup>78</sup> *Ibidem*.

<sup>79</sup> *Ibidem*. Naturalmente que estas medidas não foram bem aceites por alguns, sendo muitas vezes contrariadas. Tomemos em conta o exemplo do corregedor Cordovil que evitou remeter os dinheiros recebidos da sua comarca para os cofres dos invasores. Após a expulsão destes, o corregedor admite ter ainda o dinheiro para restituir. Aljezur, Monchique, Vila do Bispo, Portimão e outras povoações do barlavento algarvio, livraram-se assim do pesado encargo. Ver Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 18.

<sup>80</sup> José Acúrsio das Neves, *História geral da invasão dos franceses em Portugal, e da Restauração deste Reino*, Tomo IV, p. 128.

António Maria do Couto também se refere aos marítimos, dizendo que o General Maurin obrigava todos eles a “pagar-lhe certa soma, a qual sem nos lembramos de ser uma extorsão violenta excedia as torças dos pobres pescadores, o que pouco lhe importava, pois, todo o seu alvo era saquear o Algarve”<sup>81</sup>. Mas não foi só o peso dos impostos que levou à resistência contra a presença francesa. A imoralidade e a irreligiosidade que os franceses traziam desde a Revolução, “crescia à medida que chegavam ao povo os rumores de profanação das igrejas e de desrespeito às autoridades locais”<sup>82</sup>. Vários templos algarvios foram assaltados, sendo um deles a Igreja da Nossa Senhora do Rosário, em Olhão, onde foram roubadas duas cruzes de prata e uma lâmpada<sup>83</sup>.

Olhão<sup>84</sup>, foi a primeira localidade algarvia a revoltar-se contra a presença dos franceses. O primeiro sinal de resistência foi dado por João da Rosa, Escrivão do Compromisso Marítimo que, contrariando as ordens em vigor, destapou na Igreja Matriz aquando das festas de Santo António, a 13 de junho de 1808, as armas reais da casa de Bragança. Porém, a revolta só viria a eclodir três dias mais tarde. No dia 16 de junho, “dia de gloriosa memória de 1808, dia de Corpo de Deus, pelas dez horas e meia do dia”<sup>85</sup>, consumou-se o levantamento contra a ocupação francesa em Olhão. Na Igreja da Nossa Senhora do Rosário tinha sido afixado um edital de Junot que incentivava os olhanenses a juntarem-se aos invasores. O coronel José Lopes de Sousa, governador de Vila Real de Santo António, ao deparar-se com o edital, não conseguiu esconder o seu descontentamento:

---

<sup>81</sup> António Maria do Couto, *Relação histórica da revolução do Algarve contra os francezes, que dolosamente invadiram Portugal no ano de 1807, Seguida de todos os Documentos autênticos, que justificam a parte, que nella teve Sebastião Drago de Brito Cabreira...*, p. 6.

<sup>82</sup> Carla da Costa Vieira, *Olhão, junho de 1808. O levantamento contra as tropas francesas*, p.23. Ver também as seguintes obras: AAVV, “Atas do Congresso histórico de Olhão, o Algarve e Portugal no tempo das Invasões Francesas”, 2008; Veralisa Brandão, *Olhão com História*, 2021.

<sup>83</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 25.

<sup>84</sup> Sobre a cidade de Olhão, importa consultar as seguintes obras: Antero Nobre, *História breve da Vila de Olhão da Restauração, 1984*; Idem, *Opúsculos Históricos sobre Olhão*, 2008; Ataíde Oliveira, *Monografia do Concelho de Olhão*, 1999.

<sup>85</sup> João da Rosa, *O Manuscrito de João da Rosa*, p. 17.

“... ele o arranca, rasga, e pisa aos pés inspirando ao mesmo tempo com enérgicas persuasões, a verdade, e Patriotismo, quando logo felizmente, se vê seguido de um povo fiel, amante do seu PRÍNCIPE, da Pátria, da honra própria, e da Nação que promete vingar os agravos feitos à Religião tão escandalosamente profanada por um bando de homens, ou monstros corrompidos e abomináveis...”<sup>86</sup>.

A verdade é que um segundo exemplar do edital estava fixado “no pelourinho”, mais concretamente no edifício da cadeia que distava da igreja umas centenas de metros<sup>87</sup>. Os olhanenses, como refere João da Rosa, correram logo até ao dito pelourinho para “fazer o mesmo ao outro edital”<sup>88</sup>. Depois disto deu-se início à missa. O padre Malveiro, com os braços em cruz, virado para a nave pejada, disse o seguinte: “E livrai de todas as adversidades a nossa Rainha, o nosso Príncipe-Regente, a nossa família Real...”. Esta frase corresponde a uma prece proibida pelos franceses, “que ordenaram substituir a invocação dos governantes portugueses pela de Napoleão”<sup>89</sup>.

No intuito de conseguir apoio militar inglês<sup>90</sup>, Lopes de Sousa mandou um enviado, João Gomes Pincho, até à esquadra britânica que se encontrava em Isla Cristina, frente a Vila Real de Santo António. Nesse mesmo sítio encontra o capitão Sebastião Martins Mestre, que estava lá com o mesmo objetivo. Os dois, depois de não receberem auxílio por parte dos ingleses, rumam em direção a Ayamonte onde conseguem o armamento com o qual entram em Olhão no dia 17 de junho<sup>91</sup>. Os patriotas de Faro, ainda que mais tarde, também reagem à presença das tropas inimigas de forma eficaz. Aproveitaram o

---

<sup>86</sup> *Declaração da revolução principiada no dia 16 de junho de 1808 no Algarve, e lugar de Olhão, pelo governador da Praça de Vila Real de Santo António, José Lopes de Sousa para a restauração de Portugal.* (B.N.P: H.G 6747//22 V e H.G. 15064//18 P).

<sup>87</sup> António Rosa Mendes, “O Algarve e a 1<sup>o</sup> Invasão Francesa” in *O Algarve e as Invasões Francesas* (coord. Nuno Pereira da Silva), p. 31.

<sup>88</sup> João da Rosa *O Manuscrito de João da Rosa*, p. 19.

<sup>89</sup> António Rosa Mendes, “O Algarve e a 1<sup>o</sup> Invasão Francesa”, in *O Algarve e as Invasões Francesas* (coord. Nuno Pereira da Silva), p. 31.

<sup>90</sup> Segundo o inventário de João da Rosa, “as armas que havia na terra eram forcados, figas, besteiros e paus, espadas velhas, espadins, paus, pedras...”. João da Rosa, *O Manuscrito de João da Rosa*, p. 19.

<sup>91</sup> Mais à frente falaremos dos movimentos revoltosos que levaram Olhão a distinguirem-se de todas as outras localidades algarvias, movimentos esses que tiveram o contributo fundamental de Martins Mestre.

momento em que as autoridades francesas estavam concentradas na tentativa de ajuste da rendição de Olhão para pegarem em armas e iniciarem a insurreição<sup>92</sup>. Faltava agora a adesão de todo o Algarve e, para isso, foram enviados emissários a todas as localidades<sup>93</sup>. Apesar da tentativa dos franceses em evitar que as revoltas se alastrassem, no dia 23 de junho, já todo o Algarve tinha proclamado a restauração.

Os invasores, ao perceberem que outras cidades algarvias estavam a aderir às movimentações revoltosas iniciadas pelos olhanenses, saem do Algarve para se juntar ao exército de Junot no Alentejo. Francisco de Melo da Cunha de Mendonça e Meneses organiza um componente militar composto por 5000 homens e sai do Algarve para colaborar com as tropas anglo-portuguesas na expulsão dos franceses. Chegaram a Beja no dia 19 de agosto, seguiram depois para Lisboa e já estavam em Évora quando se assinou no dia 30 do mesmo mês a Convenção de Sintra<sup>94</sup>, documento que punha fim à guerra, obrigando Junot a retirar-se do país. Na resistência contra os franceses, não existem dúvidas de que o Algarve teve um papel importante e decisivo, enfrentando de forma eficaz as poderosas táticas de guerra do exército invasor<sup>95</sup>.

---

<sup>92</sup> Em Faro existia uma Sociedade Patriótica que reunia algumas das figuras mais categorizadas da cidade, militares e civis. As reuniões realizavam-se em casa de um dos seus organizadores, o capitão Sebastião Cabreira. Nesses encontros, o major Landerset dava conta do que havia observado durante o dia no quartel de Maurin. Foi graças à Sociedade Patriótica que se espalharam pela província algumas proclamações que tinham como objetivo despertar a consciência nacional. Ver Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 61.

<sup>93</sup> Carla da Costa Vieira, *Olhão, junho de 1808. O levantamento contra as tropas francesas através da imprensa e literatura da época*, p.27.

<sup>94</sup> Adérito Fernandes Vaz, “Sobre a Invasão de Junot no Algarve”, in *O Algarve e as Invasões Francesas*, Regimento de Infantaria Nº1, 2010, p. 81.

<sup>95</sup> A propósito da Guerra Peninsular, veja-se a investigação de Manuel Alonso Moreno, "Ayamonte entre Portugal y España en la Guerra de la Independencia. El transfondo de las relaciones diplomaticas", in *Jornadas de Historia de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte*, Vol. XV, Ayamonte, Ayuntamiento de Ayamonte. De José Fernández Saldaña, ver os estudos enumerados em seguida: José Fernández Saldaña, "Nuevos poderes, viejas disputas: la Junta de Gobierno de Ayamonte en la Guerra de la Independencia", in *Jornadas de Historia de Ayamonte*, VOL. X, pp. 11-32; "Reciprocidades políticas y interacciones sociales: la frontera sur hispano-portuguesa durante la Guerra de la Independencia", in *Actas del Congr s Ocupació, Resist ncia a la Guerra del Franc s (1808-1814)*, pp. 363-376; "Vecinos y extranjeros: representaciones y realidades em torno al outro em la frontera sur hispano-portuguesa durante la Guerra de la Independencia", in *Estangeros y enemigos em Iberoamerica: la visión del outro, del Imp rio Español a la Guerra de la Independencia*, pp. 351-370; "La revitalización de la frontera: Apuntes sobre la Junta Suprema de Sevilla en Ayamonte", in *Jornadas de Historia de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte*, Vol. XV, pp. 45-68; "Ayamonte y su entorno en 1812: El juramento constitucional", in *Jornadas de Historia de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte*, Vol. XVII, pp. 181-200; "De Espanha nem bom vento nem bom tormento?"

Durante a segunda invasão os tumultos continuaram, mas em número mais reduzido, sendo que quase se extinguiram durante a terceira invasão. O ano de 1808 foi, sem dúvida, o de maior amplitude. Vieira Rodrigues diz-nos que foram referenciados 69 movimentos populares, tendo sido o distrito de Faro o de maior número (14), seguido da Guarda, Castelo Branco e Beja (6), Bragança (5) e os restantes com menos ocorrências<sup>96</sup>. Sabemos ainda que os movimentos populares que imediatamente despoletaram da iniciativa popular contra autoridades e poderosos locais foram “em número de 18, sendo as maiores concentrações no Centro interior e a sul do Tejo (Setúbal, Beja e Faro)”<sup>97</sup>.

Depois de uma análise geral, olhemos agora para o capítulo seguinte onde analisamos ao pormenor os acontecimentos que marcaram a resistência algarvia contra os franceses e o papel dos seus impulsionadores.

## 2.2. Resistência algarvia contra os franceses

Segundo nos informa Alberto Iria, foi Sebastião Martins Mestre que a 13 de abril de 1808 liderou a revolta dos habitantes da Conceição de Tavira contra o inimigo francês<sup>98</sup>. Nesse mesmo dia, “sem alardes e durante a noite entraram os amotinados na fortaleza de S. João, junto à barra de Tavira, cuja guarnição, portuguesa, se lhes entregou sem resistência”<sup>99</sup>. Mestre, recentemente regressado de Gibraltar, parte de barco para a barra do Guadiana com o intuito de solicitar auxílio á esquadra inglesa e é lá que encontra Gomes Pincho, um olhanense em igual missão que tinha sido enviado pelo coronel José Lopes de Sousa, como já foi referido no capítulo anterior<sup>100</sup>. Os esforços dos dois homens

---

Consideraciones sobre las relaciones Portugal-Espanha desde una tierra de frontera”, in *Revista... à Beira Interior*, pp. 99-118; El bajo Guadiana durante la Guerra Peninsular (1808-1814): Relaciones y controversias en una tierra de frontera”, in *Livro de Atas das Jornadas de História do Baixo Guadiana (2014-2018)*, pp.28-36.

<sup>96</sup> Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *O Algarve no contexto das Revoluções Liberais*, p. 68.

<sup>97</sup> *Ibidem*.

<sup>98</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 35.

<sup>99</sup> *Ibidem*.

<sup>100</sup> No forte de S. João ficaram a mulher e filha de Martins Mestre, “que suportaram animadas do firme propósito de resistir caso os franceses descobrissem as suas intenções e chegassem a atacar o forte”. Informa-nos ainda Alberto Iria que já por este tempo circulavam pelo Algarve algumas proclamações clandestinas que incentivavam à revolta, entre elas uma de autoria do Padre Mestre Frei José do

terão sido empenhados, mas nem assim a esquadra inglesa lhes facultou as munições requisitadas. A coragem de Martins Mestre neste momento específico, estão descritas numa declaração feita pelo Conde de Castro Marim:

“Atesto que o Tenente-Coronel Sebastião Martins Mestre, da cidade de Tavira, foi dos primeiros que, naquela cidade, levantou voz da liberdade portuguesa no dia 13 de Junho, aclamando o Real Nome de Sua Alteza Real, e é tal a sua aderência à causa que defendemos, que havendo tropas inimigas naquele Reino [do Algarve], ele, superando todas as dificuldades e perigos a que se ia expor, entrou na Fortaleza de S. João do registro da Barra de Tavira; entusiasma os portugueses com a justa persuasão que o Nosso Augusto Soberano existia, e que não se iludissem das falsas promessas dos franceses, que em poucos momentos iam terminar”<sup>101</sup>.

Uma vez que a esquadra inglesa não lhes facultou as munições requisitadas, Martins Mestre e Gomes Pincho partem para Ayamonte e no dia seguinte à noite chegam a Olhão com 130 espingardas, fornecidas pela junta da cidade, tal como aparece numa outra declaração, da autoria de José Lopes de Sousa:

“Atesto que o Tenente-Coronel Sebastião Martins Mestre, empregado nesta campanha às minhas ordens, ao que deu princípio quando veio voluntário unir-se a mim no dia dezassete de junho do presente ano no lugar de Olhão, dia subsequente ao

---

Sacramento Pessoa, natural da cidade de Tavira, com o conhecimento e Aprovação do Conde de Castro Marim. Ver Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 36.

<sup>101</sup> Cf. Declaração dos feitos de Sebastião Martins Mestre pelo Conde de Castro Marim. Doc. 429, 12.09.1808 (Versão em linha disponível em:

[http://www.olhaocubista.pt/Textos/Biblioteca/AlbertoIria/Doc429.htm?fbclid=IwAR1C\\_D5hryhWc\\_bqJirtgAfwVC\\_OHjHIF\\_QTXgveuDHYP7PquSEiC\\_yJXTI](http://www.olhaocubista.pt/Textos/Biblioteca/AlbertoIria/Doc429.htm?fbclid=IwAR1C_D5hryhWc_bqJirtgAfwVC_OHjHIF_QTXgveuDHYP7PquSEiC_yJXTI)) (Consultado a 01/07/2021)

[Transcrição e anotações de Edgar Cavaco].



da Revolução, que formei contra o inimigo naquele lugar; conduzindo-me cento e trinta espingardas que a Junta do Governo da cidade de Ayamonte lhe deu por auxílio, que lhe reclamou achando-me então no arriscado conflito à frente dum povo desarmado, e aproximado a superiores forças do inimigo na distância de uma légua, na cidade de Faro...”<sup>102</sup>.



Monumento alusivo ao local do acantonamento das tropas de Junta de Andaluzia que apoiaram a resistência contra os franceses (Isla Canela, Ayamonte). Foto do autor.

<sup>102</sup> Declaração dos feitos de Sebastião Martins Mestre por José Lopes de Sousa, Doc. 431, 29.09.1808 (Versão em linha disponível em: [http://www.olhaocubista.pt/Textos/Biblioteca/AlbertoIria/doc431.htm?fbclid=IwAR1t3oTNQSKFj28jMiTpXJTcn3FxrwTO-LMGaVp4lrPxA7Ja1vu\\_sVmrdy8](http://www.olhaocubista.pt/Textos/Biblioteca/AlbertoIria/doc431.htm?fbclid=IwAR1t3oTNQSKFj28jMiTpXJTcn3FxrwTO-LMGaVp4lrPxA7Ja1vu_sVmrdy8) (Consultado a 01/07/2021) [Transcrição e anotações de Edgar Cavaco].

A resposta dos franceses às movimentações revoltosas dos olhanenses não tardou a chegar. Logo no dia 16 o inimigo toma conhecimento do que se tinha passado em Olhão. Goguet manda chamar a sua casa o major Landerset e pede que com a sua influência fosse sossegar os revoltosos. Para além de Landerset, manda chamar outras autoridades portuguesas para o auxiliar, foi o caso do corregedor-mor da comarca, Manuel José Plácido de Sousa Negrão, do presidente da câmara e juiz de fora Manuel Herculano de Freitas Azevedo Falcão e do comandante do regimento de infantaria nº2, Coronel Caetano de Almeida<sup>103</sup>. Diz-nos João da Rosa que Goguet, “logo que no mesmo dia soube que Olhão estava levantado, mandou ordens a Tavira e Vila Real de Santo António para virem para Faro todos juntos, para virem arrasar Olhão e passarem tudo à espada”<sup>104</sup>.

No dia 17, soube-se em Faro, de forma mais detalhada, o que se passara em Olhão, por intermédio de um pescador, Domingos Gonçalves Encharrôco, porventura um emissário dos revoltosos<sup>105</sup>. Goguet procura ganhar tempo enquanto solicitava a Maransin os reforços necessários para acabar com os movimentos revoltosos de Olhão, que ameaçavam alastrar-se por toda a província. No dia 18 soube-se que o inimigo vinha de Tavira em três caíques e navegava no canal existente entre a costa e as ilhas que ficavam em frente. Após saber da notícia, Sebastião Martins Mestre parte com um grupo de populares para lhes dar luta. A abordagem acontece junto à Barra Nova e, nesse mesmo sítio, num golpe afortunado, são capturados homens e armamento. De acordo com Alberto Iria, os franceses não tiveram tempo de se refazer da surpresa, pois ao avistarem as embarcações que vinham em sentido inverso ao seu, pensaram que se tratasse de pescadores que iam para o mar, como era, aliás, tão comum<sup>106</sup>. Os olhanenses, para além de conseguirem as armas e munições do inimigo, evitaram que o contingente – “setenta e sete soldados franceses, quatro oficiais e um quartel mestre”<sup>107</sup> – se somassem à guarnição de Faro. Atente-se à descrição deste acontecimento feita por José Lopes de Sousa na Declaração dos feitos de Sebastião Martins Mestre já acima mencionada:

---

<sup>103</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 42.

<sup>104</sup> João da Rosa, *O Manuscrito de João da Rosa*, p. 23.

<sup>105</sup> Sebastião Drago de Brito Cabreira, *Relação Histórica da Revolução do Algarve contra os franceses que dolosamente invadiram Portugal no ano de 1807*, p. 6. (H. 15070 P. ou 6753 V.).

<sup>106</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 42.

<sup>107</sup> João da Rosa, *O Manuscrito de João da Rosa*, p. 23.

“... passou a Ayamonte donde me trouxe as cento e trinta armas acima dito, com as quais no dia dezoito de manhã, com caíque armado tripulado com os paisanos daquele lugar de Olhão, deu abordagem a três barcos que, de Tavira para Faro, conduziam as bagagens da Legião do Meio dia, escoltada por setenta e sete Soldados e quatro Oficiais que a todos fez prisioneiros e conduziu a Olhão...”<sup>108</sup>.

Foi naturalmente grande o entusiasmo dos olhanenses ao verem Mestre ir enfrentar os franceses numa pequena embarcação apenas com alguns populares armados. Os olhanenses correram efetivamente um grande risco, porém, e tal como refere António Maria do Couto, “a justiça de causa, e a providência os ajudou por maneira que apesar de se haverem os marítimos de Tavira lançado a nado sem experiência, ou tática de guerra conseguiram os seus fins sem o menor detrimento”<sup>109</sup>. Acúrsio das Neves descreve o acontecimento de uma forma muito peculiar, dizendo o seguinte:

“Não foi menos importante para Olhão o aprisionamento dos três Caíques Franceses do que outro tempo o fora para os romanos o das três naus rostradas que Duílio ganhou aos Cartagineses: aumentou prodigiosamente aos nossos os meios de defesa, porque lhes deu armas, e munições, de que tinham uma grande falta, e evitou uma junção do inimigo que nos teria sido fatal”<sup>110</sup>.

Ainda no dia 18, os olhanenses aprisionaram três estafetas que vinham de Lisboa com correspondência do governo de Junot para Maurin, além de outros três que também

---

<sup>108</sup> Declaração dos feitos de Sebastião Martins Mestre por José Lopes de Sousa, Doc. 431...

<sup>109</sup> António Maria do Couto, *Relação histórica da revolução do Algarve contra os franceses, que dolosamente invadiram Portugal no ano de 1807, Seguida de todos os Documentos autênticos, que justificam a parte, que nella teve Sebastião Drago de Brito Cabreira*, p. 8.

<sup>110</sup> José Acúrsio das Neves, *História geral da invasão dos franceses em Portugal*, p. 142.

já tinham sido capturados e se dirigiam ao encontro do Coronel Maransin<sup>111</sup>. Contudo, a ameaça francesa estava longe de terminar. Nessa tarde, soube-se que 185 granadeiros vinham unir-se aos de Faro<sup>112</sup>. Mestre organizou imediatamente os seus escassos efetivos e decidiu armar uma emboscada à coluna francesa, escolhendo para isso a ponte de Quelfes. Os pescadores, que esperavam o inimigo por detrás das moitas do mato e dos valados, denunciaram-se demasiado cedo, não seguindo à risca as orientações do comandante<sup>113</sup>. Tal como refere Acúrsio das Neves, este encontro podia ter sido muito fatal para os franceses, “por causa das emboscadas, que os esperavam entre as ribanceiras”, mas a verdade é que os olhanenses se mostraram demasiado cedo “e os inimigos tiveram tempo de acautelarem-se: foram continuando a sua marcha, em pelotão, fazendo fogo de retirada, e fizeram alto a meia légua de Faro, mandando aviso ao seu general e tendo sofrido alguma perda que ocultaram”<sup>114</sup>.

Sobre o recontro da ponte de Quelfes existem algumas dúvidas, mas centremo-nos no que dizem alguns testemunhos. Um deles é *O Manuscrito de João da Rosa*, onde constam os relatos de alguém que presenciou no terreno os vários acontecimentos. Segundo o secretário do Compromisso Marítimo, “começámos a atirar os primeiros tiros e fomos perseguindo em peleja entre os matos do Jóinal, matando-lhes dezoito soldados franceses, fora doze feridos entrando em Faro estropeados”<sup>115</sup>. Vejamos também aquilo que é dito por Acúrsio das Neves:

“... logo o povo influído quer marchar, e corre a atacar estes inimigos, apesar da desigualdade em armas, e poucas munições, assim os vai acompanhar o mesmo Capitão, afim de ordenar este Povo na ação, que foi principiada a meia légua deste lugar no sítio da Ponte de Quelfes, e a ossão (Sic) o inimigo, o mais que era de esperar, quando também com uma peça de campanha, passa o Governador a suster os inimigos que constava virem de

---

<sup>111</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 47.

<sup>112</sup> Cf. Declaração dos feitos de Sebastião Martins Mestre por José Lopes de Sousa, Doc. 431...

<sup>113</sup> José Fernandes Mascarenhas, *A luta contra os franceses em Olhão à luz de novos documentos*, p.3. Do mesmo autor, ver ainda *A luta contra os franceses à ponte de Quelfes*, p.7.

<sup>114</sup> José Acúrsio das Neves, *História geral da invasão dos francezes em Portugal*, pp. 277-278.

<sup>115</sup> João da Rosa, *O Manuscrito de João da Rosa*, p. 23.

Faro chegando, a atacar os seus paisanos, que no fim da tarde são perseguidos, disparando-lhes alguns tiros, e o referido Capitão só recebeu uma grande contusão no peito enquanto inspirava valor...”<sup>116</sup>.

Para além da contusão que recebeu Martins Mestre, “foram mortos fora de ação um velho e dois rapazes”<sup>117</sup>. Se até aqui todos os cronistas parecem estar de acordo, o mesmo não acontece com aquilo que se seguiu ao recontro na ponte de Quelfes. A dúvida é se terá existido um contra-ataque. Pinto Negrão, na “Relação da feliz e gloriosa Restauração do Reino do Algarve”, afirma que os franceses, ao tentarem repelir os olhanenses, sofreram a perda de vários homens:

“No dia 18, os Franceses existentes em a Cidade de Faro, Granadeiros e Caçadores caminharam a fazer conter aquela revolução; e tentando investir Olhão foram rechaçados com perda de 25 homens, deixando no campo 16 mortos, suas mochilas, um obus mal encravado, com todas as munições e pólvora espalhada pela terra”<sup>118</sup>.

O cronista não especifica o acontecimento de dia 18 a que se refere, mas é possível que esteja relacionado com aquilo que exatamente se seguiu ao recontro da ponte de Quelfes, pois no que diz respeito aos outros confrontos do mesmo dia, os testemunhos são condizentes e nenhum faz referência aos números falados por Pinto Negrão. João da Rosa confirma que os olhanenses continuaram perseguindo os franceses até alturas da Meia-Légua (meia légua distante de Faro), mas quanto ao resto, o escrivão é omissivo. O que podemos tomar como certo é que na noite de dia 18 os franceses concentraram forças

---

<sup>116</sup> José Acúrsio das Neves, *História geral da invasão dos franceses em Portugal*, p?

<sup>117</sup> *Declaração da revolução principiada no dia 16 de junho de 1808 no Algarve...*

<sup>118</sup> Sebastião Duarte Andrade Pinto Negrão, “Relação da feliz e gloriosa Restauração do Reino do Algarve,” in *Alberto Iria, A Invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, Doc. N°8, p. 313.

no Rio Seco. Gaviel, o capitão francês de artilharia a quem Maurin confiara o comando militar de Faro, informado do que se tinha passado, “enviou imediatamente para a Meia Léguas um obus conduzido por artilheiros franceses e ordenou ao comandante do Regimento de Artilharia 2 que destacasse algumas tropas para o sítio da Quinta do Rio Seco, a pouca distância da cidade”<sup>119</sup>:

“... ordenou o Coronel de Artilharia do Regimento N.º 2 Caetano António de Almeida mandasse dois oficiais com duas Peças; e 50 Soldados para a Quinta do Rio Seco um quarto léguas distante de Faro, medidas que entretanto tomava para evitar a reunião do Povo de Olhão, com o de Faro, já a este tempo irritado sobrejamente com a notícia de ter corrido Sangue Português”<sup>120</sup>.

A posição dos olhanenses era crítica, pois estavam sozinhos em campo e com cada vez menos condições para se oporem às experimentadas tropas francesas que guarneciam Faro e Tavira. O risco de serem atacados aumentava a cada dia. Todas estas dificuldades, fizeram com que o Coronel José Lopes de Sousa, logo no dia 17, escrevesse uma carta ao marquês de Carrion, presidente da junta de Ayamonte, com o intuito de lhe ser enviado “mais armamento, munições e mesmo tropas regulares com que pudesse resistir eficazmente”<sup>121</sup>. Carrion não pode dar uma resposta positiva, pois armas “não as havia disponíveis e, quanto ao reforço de tropas, só com autorização do supremo governo de Sevilha”<sup>122</sup>.

Soube-se, entretanto, que os franceses atacariam os olhanenses no dia 19, caso os mesmos até lá não se rendessem. O Coronel Lopes de Sousa teve de tomar medidas

---

<sup>119</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve, (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 48.

<sup>120</sup> Joaquim Filipe Landerset? “Feliz Restauração do Reino do Algarve, e mais sucessos até à conclusão da marcha das Tropas do mesmo Reino em auxílio da Capital”, in Alberto Iria, *A Invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, Doc. N.º5, p. 320.

<sup>121</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 50.

<sup>122</sup> *Ibidem*.

rápidas e eficazes, antes que fosse tarde demais. Com o objetivo de conseguir os socorros indispensáveis para fazer frente ao inimigo, na própria noite de dia 18, Lopes de Sousa, juntamente com Martins Mestre, partem para Ayamonte. Muitos foram os que criticaram a partida dos dois chefes da revolta, tendo sido acusados de abandonar os olhanenses numa altura em que estes estavam em situação desesperada. Houve, inclusive, quem visse a partida de ambos como uma forma de fugir ao invasor. Todavia, também houve quem visse a partida como prudente e necessária, exemplo disso é Acúrsio das Neves:

“Foi uma resolução tão sábia, e prudente, como útil à causa do Soberano e da Pátria, mas não deixou a maledicência de derramar sobre ela os seus venenos. Houveram invejosos, que a notaram de cobardia; mas os invejosos tem de calar-se à face do público reconhecido, e imparcial, que respeitará sempre Lopes e Mestre como os ilustres chefes da Restauração do Algarve”<sup>123</sup>.

Ora, depois de Mestre e Lopes de Sousa terem demonstrado a sua coragem nos confrontos com as tropas francesas, não parece fazer sentido afirmar que a partida para Espanha foi uma desculpa para fugir ao inimigo. Como vimos anteriormente, a posição dos olhanenses era crítica, uma vez que não tinham condições para confrontar os franceses. Vimos, inclusive, que a decisão de ambos não foi precipitada, pois antes de partirem escreveram uma carta a pedir auxílio militar à junta de Ayamonte, auxílio esse que lhes foi negado<sup>124</sup>. Martins Mestre e Lopes de Sousa não abandonaram os olhanenses, mas sim arranjaram forma de os apoiar. Era, pois, a única maneira de fazer frente aos invasores.

Desde o dia 16 que o corregedor-mor Goguet tentava pacificar os movimentos revoltosos dos olhanenses. Para conseguir alcançar o seu objetivo, mandou afixar um edital em Olhão, contrário ao de José Lopes de Sousa e que era dirigido “a sufocar os

---

<sup>123</sup> José Acúrsio das Neves, *História geral da invasão dos franceses em Portugal*, p. 279.

<sup>124</sup> Sobre este assunto, veja-se o artigo de António Paulo Oliveira, “Sebastião Cabreira (1763-1833) e a revolta contra os franceses no Algarve”, pp. 27-35.

movimentos da Restauração, a que chamava o mais tumultuoso e escandaloso atentado contra a nação...”<sup>125</sup>. O próprio general Maurin, apesar de se encontrar doente, encarregou o seu irmão, o provedor das comarcas, “de confiar uma carta ao hortelão, já na manhã de dia 19, para que fosse entregá-la aos insurretos, como de facto sucedeu”<sup>126</sup>. O padre Malveiro, que era a autoridade suprema dos revoltosos na ausência de Lopes de Sousa e Mestre, soube “interpretar o firme propósito dos pescadores por quando respondeu por escrito ao general francês que jamais se renderiam”<sup>127</sup>. A firmeza do padre fez crer aos habitantes de Faro que existiam tropas inglesas. Até já havia quem dissesse ter visto soldados britânicos “na Horta do Rio Seco e no Montinho do José da Beira no dia 18 à tarde”<sup>128</sup>.

No dia 19, o capitão Gaviel decidiu fazer a marcha sobre Olhão. O receio que tinha da esquadra inglesa “obrigou-o a fazer alto a alguma distância da povoação, mas não tanta que não imaginasse ver os fardamentos do exército da Grã-Bretanha”<sup>129</sup>. O povo fez supor aos franceses que os ingleses estavam em terra. Conta-nos Alberto Iria que as mulheres, fizeram com que os franceses achassem que ali se encontravam tropas inglesas, pois estavam vestidas de vermelho e os uniformes de alguns regimentos tinham essa cor. Por tudo isto, o capitão Gaviel, já próximo das primeiras guardas avançadas dos insurretos, decidiu “empregar os últimos esforços para evitar um combate que ele próprio também não desejava travar...”<sup>130</sup>. Afastando-se das suas tropas, Gaviel, recorrendo aos “acenos e demonstrações amigáveis”<sup>131</sup>, conseguiu chamar à atenção dos paisanos. Logo de seguida persuadi-os, dizendo-lhes que o general francês estava disposto a perdoá-los:

“... entrou a persuadir-lhes, da forma como se pôde entender, que o General francês estava pronto a perdoar àquele Povo, logo que ele se tranquilizasse, e reconhecesse o Governo

---

<sup>125</sup> José Acúrsio das Neves, *História geral da invasão dos francezes em Portugal*, p. 280.

<sup>126</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 54.

<sup>127</sup> *Ibidem*.

<sup>128</sup> Ataíde Oliveira, *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar Arcebispo do Algarve*, p. 184.

<sup>129</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 55.

<sup>130</sup> *Ibidem*, p. 56.

<sup>131</sup> José Acúrsio das Neves, *História geral da invasão dos francezes em Portugal*, p. 283.



francês, que a pesca havia de ser favorecida, e todos seriam indemnizados dos males que haviam padecido, que bem conhecia, enfim, que o autor de tudo era o coronel José Lopes de Sousa, mas que deste mesmo nada pretendia, senão que ele se ausentasse daquele Lugar”<sup>132</sup>.

Os pescadores, com o objetivo de ganharem tempo, propuseram ao capitão Gaviel que o melhor era falar diretamente com o Juiz do Compromisso Marítimo, José Martins Micano. Gaviel regressou a Faro “com a notícia de haver conseguido abrir, finalmente, negociações com os revoltosos”<sup>133</sup>. Pouco depois, reuniram-se “na Quinta do Chantre, sítio do Torrejão de Cima, terreno neutro a meio caminho das duas localidades enfrentadas, as delegações de Faro e Olhão”<sup>134</sup>. Os representantes de Faro eram da mais alta hierarquia, entre eles estava o corregedor Manuel José Plácido e o juiz de fora Manuel Herculano de Freitas Azevedo Falcão. Por parte dos de Olhão, compareceu, claro, José Martins Micano, o juiz do Compromisso Marítimo. Sobre este encontro, atente-se ao que é dito por Landerset:

“Depois de terem conferido, e de lhes serem anunciadas pelos Ministros as mesmas promessas ditadas pelo Capitão, todos se mostraram inclinados à pacificação, declarando o deplorável estado em que se viam por falta de mantimentos, e por não terem quem os dirigisse militarmente, havendo na noite antecedente o Coronel José Lopes de Sousa e o Capitão Sebastião Martins Mestre passado a Espanha a pedir auxílio à Junta de Sevilha e Ayamonte e, achando-se nesse meio tempo governados pelo Prior daquele Lugar de Olhão, cujo zelo e patriotismo eles tanto louvavam. À vista destas razões concluíram por fim que

---

<sup>132</sup> Sebastião Drago de Brito, *Relação Histórica da Revolução do Algarve contra os franceses que dolosamente invadiram Portugal no ano de 1807*, 1809 (H. 15070 P. ou 6753 V.), p. 8.

<sup>133</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 57.

<sup>134</sup> António Rosa Mendes, “O Algarve e a 1ª Invasão Francesa”, in *O Algarve e as Invasões Francesas* (coord. Nuno Pereira da Silva), p. 41.

mandariam no dia seguinte a Faro pessoas capazes para tratarem definitivamente”<sup>135</sup>.

Entretanto, no meio do encontro onde os franceses e olhanenses procuravam chegar a um entendimento pacífico, chega a notícia de que Faro tinha iniciado a revolução. Acabavam assim para Olhão aqueles três dias de desespero. No dia 20 de manhã, o povo de Faro reuniu-se “no alto da Esperança para afirmar ali a sua fidelidade a D. João VI”<sup>136</sup>. No entanto, para o bom êxito do movimento restauracionista, “era necessário que as demais cidades e vilas da província fossem convidadas a cooperar, sem perda de tempo, com os habitantes de Faro e Olhão”<sup>137</sup>. Para isso, foram enviados emissários a todos os recantos do Algarve. Um paisano, de seu nome Sebastião Duarte de Ponte Negrão, cheio de coragem e determinação, parte para poente, “levando consigo as participações da câmara de Faro, para as entregar às autoridades constituídas nas cidades e vilas por onde devia passar”<sup>138</sup>. Fez prender em “Loulé, Albufeira, Lagoa, Silves, Portimão, Alvor, Monchique e Lagos todos os franceses que porventura ainda ali existiam e “com tal felicidade que em 48 horas não havia lugar algum que não tivesse restaurado a sua liberdade”<sup>139</sup>.

A viagem de Sebastião Duarte terminou em Lagos, mas mandou emissários a Sagres e outras terras situadas a norte do Cabo de S. Vicente, “nas quais se efetuou a restauração com igual sucesso”<sup>140</sup>. Depois de repousar, o emissário regressou a Faro com o objetivo de procurar “novas ocasiões de servir o Soberano e a pátria no que foi infatigável”<sup>141</sup>. Mas centremo-nos sobretudo na marcha dos acontecimentos no sotavento algarvio. Em Faro, no dia 20, ouviu-se dizer que a Legião do Meio-dia e o Batalhão do Regimento 26° “deixara Tavira em direção à capital algarvia, boato que infundiu nos habitantes de Faro

---

<sup>135</sup> Joaquim Filipe de Landerset, “Breve Notícia da Feliz Restauração do Reino do Algarve”, in *Alberto Iria, A Invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 462.

<sup>136</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 75.

<sup>137</sup> *Ibidem*.

<sup>138</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 75.

<sup>139</sup> *Ibidem*, p. 77.

<sup>140</sup> José Acúrsio das Neves, *História geral da invasão dos franceses em Portugal*, pp. 291-292.

<sup>141</sup> *Ibidem*.

verdadeiro pânico”<sup>142</sup>. Mas a verdade é que não existiam motivos para recear um ataque iminente, uma vez que os irmãos Cabreira tinham já saído da cidade, “afim de explorarem o campo para os lados de Olhão”<sup>143</sup>. Foi nessa altura que encontraram o mencionado padre Malveiro que “receoso também das forças inimigas estacionadas em Tavira, deliberara requerer pessoalmente a Faro alguma tropa e armamento com que defender Olhão”<sup>144</sup>.

Lembre-mo-nos que os intitulados chefes da Restauração do Algarve tinham partido no dia 20 para Ayamonte com o intuito de receber auxílio militar. O que não sabemos é que Martins Mestre parte de Ayamonte para Sevilha, “afim de alcançar armamento indispensável, fazendo o longo trajeto em dezoito horas, pela posta, não obstante estar ainda mal curado da contusão no peito, que sofrera no reencontro da Meia-légua”<sup>145</sup>. Entretanto o coronel Lopes de Sousa esperava em Ayamonte respostas vindas de Sevilha, mas os acontecimentos precipitaram-se, pois “quando Lopes de Sousa passou a Vila Real de Santo António e daqui a Olhão, com alguns soldados dos nossos regimentos já então os franceses tinham evacuado o Algarve”<sup>146</sup>.

Na madrugada do dia 20, Maransin, vindo de Mértola, entra em Tavira “com algumas companhias da Legião do Meio-dia, depois de haver passado por Vila Real, onde deixou algumas forças de guarnição”<sup>147</sup>. Enquanto esteve no Alentejo, formou os seus planos. Atacar Olhão e manter o Algarve em obediência ao governo de Junot eram os seus principais objetivos. O problema é que os olhanenses já não estavam sozinhos em campo. Maransin, com o intuito de provocar a população, destacou “algumas patrulhas

---

<sup>142</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 83. É de sublinhar a coragem de D. Maria Amélia Álvares Pinheiro Correia de Lacerda Green Cabreira, mulher de Sebastião Cabreira, que fez da sua casa depósito de armas, “que ela própria distribuía pelos que se alistavam nas fileiras dos defensores de Faro, até mesmo aos presos que haviam saído dos calabouços”. Ver Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 84.

<sup>143</sup> *Ibidem*.

<sup>144</sup> *Ibidem*. O capitão Cabreira facultou ao padre Malveiro um destacamento de 160 artilheiros, com uma peça de calibre 6 e outra de 3, sob o comando dos tenentes Maximiliano Augusto Penedo e António Teixeira Valente”. Graças a Cabreira, Olhão preparou-se com uma melhor defesa contra o inimigo e Malveiro passou a ser ainda mais admirado pelo povo olhanense. Consultar Sebastião Drago de Brito Cabreira, *Relação Histórica da Revolução do Algarve contra os franceses*, p. 13.

<sup>145</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 84.

<sup>146</sup> *Ibidem*.

<sup>147</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 85.

pelas ruas, mas, sem conseguir a reação desejada, resolveu então abandonar a cidade, em cuja praça principal tinham ensarilhado armas”<sup>148</sup>.

Formadas as tropas francesas, “tomaram a Rua de São Lázaro pela estrada do Alentejo, e idos que saíram de Tavira se levantou a cidade no dia vinte de Junho”<sup>149</sup>. O Conde de Castro Marim, demonstrando a sua fidelidade ao rei D. João VI, mandou tocar a rebate em todas as igrejas e, apesar de se encontrar doente, “saiu do seu Palácio, pondo-se à testa do Povo, que concorria a unir-se-lhe, animado com a sua presença, e dando todas as providências possíveis para a pronta defesa da cidade”<sup>150</sup>. Seguiram depois para Castro Marim. Na madrugada do dia 21 de Junho, foi reconhecida na vila a legitimidade da Junta Governativa Provisória do Reino do Algarve, que se tinha constituído em Faro. Conscientes do seu ato, “e da proximidade das tropas francesas, as autoridades castromarinenses ficam de prevenção, ficando a cargo do Capitão-mor António Rodrigues Brabo a defesa da Praça”<sup>151</sup>. Uma companhia francesa, “que partira de Castro Marim para se juntar ao Coronel Marazin, intenta a entrada na Praça de Castro Marim, pelo que é prontamente repelida pelo fogo dos baluartes”<sup>152</sup>. A tropa francesa acaba por se retirar em direção à serra, mas é perseguida por uma Companhia de Ordenanças sob o comando do Capitão Silvestre Falcão, que consegue capturar 45 soldados e 1 oficial, que ficam prisioneiros em Castro Marim<sup>153</sup>. Os franceses foram em direção a Mértola e não mais voltariam para o Algarve<sup>154</sup>.

A retirada dos franceses causou uma grande desordem no Algarve. Atentemos ao que nos diz Sebastião Cabreira:

---

<sup>148</sup> *Ibidem*.

<sup>149</sup> João da Rosa, *O Manuscrito de João da Rosa*, p. 26.

<sup>150</sup> Joaquim Filipe de Landerset, “Breve Notícia da Feliz Restauração do Reino do Algarve”, in *Alberto Iria, A Invasão de Junot no Algarve*, p. 465.

<sup>151</sup> Pedro Pires, Osvaldo Pires, “A Guerra das Laranjas (1801): a passagem das tropas francesas por Castro Marim”, in *Castro Marim, Baluarte Defensivo do Algarve* (Coord. António Rosa Mendes), p. 48.

<sup>152</sup> *Ibidem*.

<sup>153</sup> *Ibidem*.

<sup>154</sup> A 23 de Junho Castro Marim é guarnecida com soldados e armas para acautelar possíveis ataques. A guerra estava bem perto (no vizinho Alentejo) e em Lisboa o governo do país continuava sob a alçada dos franceses. *Ibidem*.

“O sossego público ainda não estava equilibrado por falta de disciplina, a qual nunca se pode estabelecer de chofre, e repentinamente entre paisanos armados, e Ordenanças pouco sujeitas ao rigor militar; pelo que eram frequentes os rebates pouco segura a vida dos cidadãos, e quase comum a fazenda dos particulares”<sup>155</sup>.

Era urgente a existência de um governo que estabelecesse a ordem nacional. Essa ideia veio do Cabido da Sé, o Cónego Doutor António Luís Macedo e Brito e do Arcediago de Tavira, Gaspar Limpo Leitão de Aguiar. Um governo em Faro, que fosse capaz de gerir os diversos interesses da província, era absolutamente fundamental “para o bom andamento da causa em que todos estavam empenhados”<sup>156</sup>. Depois de realizadas as eleições, fez-se o apuramento dos votos e o novo governo do Algarve passou a ter como presidente o Tenente-General Francisco de Melo da Cunha de Mendonça e Meneses, o 1º Conde de Castro Marim, e como vice-presidente o Bispo D. Francisco Gomes do Avelar. Este último foi quem ocupou as funções de Governador Interino das Armas do Algarve quando o Capitão-General teve de se ausentar do Algarve para marchar com as tropas em direção a Lisboa<sup>157</sup>.

---

<sup>155</sup> Sebastião Drago de Brito Cabreira, *Relação Histórica da Revolução do Algarve contra os franceses*, p. 16.

<sup>156</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 102.

<sup>157</sup> Em 1810 o bispo pede para ser substituído nas suas funções, “e a partir de Março desse ano é o coronel John Austin, oficial britânico, que assume essas mesmas funções de governação militar”. Ainda assim, manteve o título de Governador Interino das Armas do Algarve até 1816, ano em que faleceu. O desempenho das funções militares de Gomes do Avelar teria sido mais notório nos primeiros anos do seu cargo, quando havia a constante ameaça de uma nova invasão ao Algarve. O bispo empreendeu grandes esforços ao nível das reparações/construções dos equipamentos militares: baterias do Cabeço, do Medo Alto, do Pinho, da Carrasqueira e da Rocha do Azambujal, fortes de São João da Barra e de São Sebastião. As suas ações eram sobretudo dirigidas aos termos de Castro Marim e Vila Real de Santo António que não era amuralhada, mas em compensação, estava protegida pelas baterias. Consultar Andreia Fidalgo, “Um Governador de Armas e Báculo no Reino do Algarve: D. Francisco Gomes do Avelar”, in *Revista ÁGORA*, pp. 22-23.

## Composição da Junta Suprema Provisional do Reino do Algarve<sup>158</sup>

<b>Nomes</b>	<b>Cargo</b>	<b>Grau</b>	<b>Categoria Social</b>
Francisco de Melo da Cunha	Presidente	Conde de Castro Marim/ Marquês de Olhão/Tenente-General	Militar
D. Francisco Gomes do Avelar	Vice-presidente. Presidente interinamente.	Bispo	Clero
Domingos Maria Gavião Peixoto	Membro	Arce-diago da Sé de Faro	Clero
António Luís de Macedo e Brito	Membro	Cónego	Clero
Joaquim Filipe de Landerset	Membro	Major	Militar
Sebastião Drago Valente Cabreira	Membro	Capitão	Militar
José Duarte da Silva Negrão	Membro	Desembargador	Nobreza
José Bernardo da Gama	Membro	Bacharel	Nobreza
Miguel do Ó	Membro	Negociante/Capitão/Major de Ordenanças	Povo
Francisco Aleixo	Membro	Mestre Pedreiro	Povo

<sup>158</sup> Informação retirada de Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *O Algarve no contexto das Revoluções Liberais dos séculos XVIII-XIX (1789-1822)*, p. 70.

Tal como refere Vieira Rodrigues, a composição da Junta “reflete a nova correlação de forças que brotou dos movimentos populares, não sendo já uma emanção do Antigo Regime”<sup>159</sup>. Temos a nobreza, o clero, o povo e um novo interveniente, os militares, que passam a ser protagonistas nos eventos, sendo que isso também vai ser notório no pronunciamento de 1820.

A presença do bispo do Algarve vem comprovar que, entre 21 de maio e 22 de junho, “a sua posição se alterara em relação à presença dos franceses na região, a que não terá sido estranha o papel desempenhado pelo povo”<sup>160</sup>. Também confirma o papel que o clero representou no processo dos levantamentos populares, tanto na região algarvia, como no resto do país, “embora em alguns casos com orientações ideológicas antagónicas”<sup>161</sup>. Também foi criada uma Junta da Fazenda, tal como podemos verificar na tabela a seguir<sup>162</sup>:

Corregedor Manoel José Plácido Negrão	Presidente
Ventura da Cruz	Deputado
Cónego Manoel do Coito	?
Cónego Duarte da Horta Machado	?
José Lopes Ferrete	?
António Januário da Fonseca	Secretário

Quando os franceses foram expulsos, o bispo e a aristocracia alteraram o seu posicionamento de colaboração para com o inimigo e tomaram algumas medidas. Uma delas foi a de “declarar a abertura dos portos algarvios a toda a navegação estrangeira, excetuando as embarcações francesas”<sup>163</sup>. Embora as duas invasões seguintes não tenham perturbado diretamente o Algarve, as consequências foram sentidas. A demografia

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 71.

<sup>160</sup> *Ibidem*.

<sup>161</sup> *Ibidem*.

<sup>162</sup> Informação retirada de Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *O Algarve no contexto das Revoluções Liberais dos séculos XVIII-XIX (1789-1822)*, p. 71.

<sup>163</sup> *Ibidem*.

ressentiu-se e houve uma diminuição da produção cerealífera e do número de gado bovino em algumas regiões. A fome tornou-se uma realidade em vários locais. O alistamento nos corpos militares em excesso também foi um dos fatores que criou mal-estar, como deixam antever os pescadores de Olhão que remeteram ao Príncipe Regente uma representação, na qual se queixavam de estarem subcarregados com o recrutamento<sup>164</sup>. Assistiu-se também ao crescimento da marginalização e do banditismo. A verdade é que os anos que antecederam o pronunciamento de 1820 foram marcados por uma “atmosfera de inquietação, de temor, de surda revolta que prepara os acontecimentos vindouros”<sup>165</sup>.

E porque as ações de Sebastião Martins Mestre não se restringiram à região Algarvia, olhemos para o capítulo seguinte onde analisamos o papel do nosso biografado (e não só), na resistência alentejana contra os franceses.

### 2.3. Resistência alentejana contra os franceses

Parece-nos essencial, agora, retornar ao momento em que Martins Mestre voltou a Ayamonte com o objetivo de conseguir o armamento necessário para poder enfrentar o inimigo. Em Espanha, Mestre encontra o corregedor de Beja, “o Desembargador João José Mascarenhas de Azevedo e Silva, que ali se dirigia na esperança de obter armas e munições para a defesa daquela cidade do Baixo Alentejo”<sup>166</sup>. Apesar da grande urgência que o corregedor tinha em adquirir os socorros para Beja, a Junta de Ayamonte não podia responder às suas necessidades. Por essa razão, a mesma junta propõe que Mestre conceda ao desembargador metade do armamento que era destinado ao Algarve<sup>167</sup>. Para isso, o corregedor entregou uma carta a Mestre, na qual pedia ao Conde Monteiro mor “algum socorro de tropas”, mas este disse não ser possível “mandar os pedidos de auxílio porque a tropa organizada era pouca”<sup>168</sup>.

No dia 29 de Junho, o corregedor de Beja dirigiu-se até Tavira, onde ficou hospedado na casa do capitão Martins Mestre. Os dois dirigiram-se depois a Faro, cidade

---

<sup>164</sup> *Ibidem*, p. 77.

<sup>165</sup> *Ibidem*.

<sup>166</sup> *Ibidem*, p. 153.

<sup>167</sup> *Ibidem*.

<sup>168</sup> *Ibidem*, p. 154.



onde se encontraram com José Lopes de Sousa. O corregedor aproveitou o momento e pediu ao governador de Vila Real de Santo António e a Martins Mestre que o acompanhassem até Beja, pois sabia que ambos seriam uma grande ajuda na luta contra os franceses. Os dois chefes da Restauração do Algarve aceitaram o convite, mas antes tinham de pedir autorização ao seu General. Para além de terem conseguido a autorização, o General concedeu alguns dos seus soldados, quatro peças de artilharia, um obus e munições<sup>169</sup>. Era ainda dia 29 quando o corregedor parte de Faro levando consigo as primeiras forças que constituíam a chamada *Vanguarda do Exército do Algarve ou Primeira Divisão do Sul*, “cujo parque de Artilharia era composto por 4 peças de campanha, de calibre 6 e 1 obus de 6 polegadas”<sup>170</sup>. Mas os franceses já no dia 26 “tinham quebrado a fraca resistência dos defensores de Beja”<sup>171</sup>. Depois de Beja marcharam sob Cuba, sendo que no sangrento ataque a essa vila “pereceram muitos camponeses do Algarve que então, como ainda hoje, se empregavam no trabalho das ceifas alentejanas”<sup>172</sup>.

No dia 30, as tropas reuniram-se em Tavira para depois seguirem para Beja, mas antes de deixarem a cidade, o corregedor enviou um emissário a Gibraltar e Sevilha, “no intuito de obter dos respetivos governadores destas praças mais algumas armas e munições”<sup>173</sup>. Quem se ocupou desta missão foi Joaquim Leonardo de Mendonça, o sargente de milícias que consegue alguns socorros. O corregedor e as tropas partem de Mértola no dia 9 de julho e chegam a Beja no dia a seguir. Entretanto novas tropas marchavam do Algarve para se juntarem a Lopes de Sousa e Martins Mestre: eram os Voluntários de Portimão, do comando do major Estilista<sup>174</sup>. Em Beja estavam já reunidos cerca de 400 homens sob o comando de Lopes de Sousa e Martins Mestre. A organização

---

<sup>169</sup> *Ibidem*. É importante referir que o Governo de Faro não tinha descurado completamente o Alentejo. Antes do corregedor de Beja chegar a Faro, o Conde de Castro Marim já tinha projetado enviar para Campo de Ourique e S. Tiago do Cacém um corpo de 200 voluntários de Portimão, sob o comando do major de milícias António Estilista de Castão Farto. Consultar Sebastião Drago de Brito Cabreira, *Relação Histórica da Revolução do Algarve contra os franceses*, p. 21.

<sup>170</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 155.

<sup>171</sup> *Ibidem*.

<sup>172</sup> *Ibidem*.

<sup>173</sup> *Ibidem*.

<sup>174</sup> *Ibidem*, p. 157.

destas primeiras tropas algarvias deu início ao *Exército do Sul na Província do Alentejo*”<sup>175</sup>.

Aos soldados algarvios juntaram-se as tropas espanholas, Ordenanças e Caçadores do Alentejo, e a Legião dos Voluntários de Honra ou Voluntários de Beja, “da qual fazia parte o Regimento de Cavalaria 3, ali aquartelado e sob as ordens do capitão António Figueira”<sup>176</sup>. No Algarve, o Conde de Castro Marim, organizou as suas tropas e “resolveu imediatamente passar com elas ao Alentejo e marchar até á capital do Reino”<sup>177</sup>. Entretanto em Beja criava-se uma Junta do Governo, “presidida pelo já aludido corregedor da comarca desta cidade, do qual fez parte, como vogal, o coronel Lopes de Sousa”<sup>178</sup>. Beja não deixou de homenagear os oficiais que no Sul do país se tinham revoltado contra o invasor e promoveu Lopes de Sousa a Marechal de Campo e Martins Mestre ao posto de Tenente-Coronel”<sup>179</sup>.

Sebastião Martins Mestre parte no dia 17 de julho para Alcácer do Sal, com o objetivo de constituir nessa região uma linha de defesa: o chamado Cordão do Sado. Esta linha de defesa organizada pelo tenente-coronel foi guarnecida por mais de 300 soldados de infantaria, 200 de cavalaria, alguns caçadores paisanos dirigidos pelo capitão António Pedro de Barbuda e algumas Ordenanças de Grândola e Santiago do Cacém<sup>180</sup>. Apesar de todas estas forças estarem desejosas de combater o inimigo, não possuíam preparação técnica suficiente. Por sorte, os franceses “hesitaram em passar á ofensiva”<sup>181</sup>, em primeiro lugar porque pensavam que a esquadra inglesa estava a apoiar as forças comandadas por Martins Mestre, e em segundo lugar porque “receberam a notícia de que um aguerrido Exército do Algarve tinha já iniciado a sua marcha sobre Lisboa”<sup>182</sup>.

Bastou a simples chegada das tropas algarvias para que os franceses se pusessem em fuga e desocupassem Santiago do Cacém, Grândola e os portos de Sines e Melides. Assim, Martins Mestre pode fortificar Sines e “para aqui fez conduzir, não sem grandes

---

<sup>175</sup> *Ibidem*.

<sup>176</sup> *Ibidem*.

<sup>177</sup> *Ibidem*, p. 158.

<sup>178</sup> *Ibidem*.

<sup>179</sup> *Ibidem*.

<sup>180</sup> *Ibidem*, p. 159.

<sup>181</sup> *Ibidem*.

<sup>182</sup> *Ibidem*.

dificuldades, a artilharia pesada que julgou conveniente”<sup>183</sup>. Depois disso, com 4 peças de ferro, de grosso calibre, encontradas em Melides, instalou uma bateria no Sítio do Montalvo, que tinha como objetivo assegurar a defesa de Alcácer, pois o inimigo, mais tarde ou mais cedo, invadiria a região pelo Sítio da Comporta. A Junta de Beja criou algumas Juntas do Governo nas vilas vizinhas e ordenou que cada uma delas fizesse a entrega do dinheiro público, mas nem todas reconheceram a autoridade da junta alentejana e enviavam os rendimentos à Junta Suprema do Algarve<sup>184</sup>.

Martins Mestre entra em Alcácer do Sal no dia 26 de julho à frente das tropas do seu comando, que eram constituídas por Caçadores e Ordenanças de Ferreira do Alentejo, Grândola, Santiago do Cacém e algumas forças do Algarve. Pouco tempo depois corria a notícia de que as forças do general Graindorge marchavam sobre a vila. Face ao exposto, Mestre “evacuou a povoação e foi acampar com as suas tropas a curta distância, no sítio do Castelo de Ares onde esperou, em vão, enfrentar o inimigo”<sup>185</sup>. No dia 30, Lopes pediu a Mestre que regressasse a Beja, pois previa que a cidade fosse atacada pelos franceses. O tenente-coronel considera o pedido e no mesmo dia parte para junto do seu aliado:

“ A Junta de Alcácer não deixou faltar coisa alguma para a subsistência desta tropa, até ao dia 30 de Julho que o seu Comandante recebeu ordem da Junta Suprema de Beja, e do seu Marechal de Campo, General então das tropas que formavam o Exército daquela cidade para que logo o acudisse ali por se achar ameaçado pelo inimigo que saía de Évora, o dito Tenente Coronel logo recebeu a ordem, se pôs em marcha, pouco depois das 8 horas da manhã”<sup>186</sup>.

---

<sup>183</sup> *Ibidem*.

<sup>184</sup> *Ibidem*.

<sup>185</sup> *Ibidem*, p. 161.

<sup>186</sup> “Continuação da narração dos acontecimentos que ocorreram na vanguarda do Exército do Algarve comandada pelo Tenente Coronel Sebastião Martins Mestre”, In *Alberto Iria, A Invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, Doc nº6, p. 329.

Estava a anoitecer quando chegaram a Odivelas “com visíveis mostras de fadiga e fome, pois em todo o dia não haviam tomado qualquer refeição”<sup>187</sup>. Martins Mestre chegou mesmo a percorrer as ruas dessa localidade, a fim de solicitar pão para alimentar as suas tropas:

“Então que seriam 9 horas da Noite este Tenente Coronel junto com o Ajudante António Brito Vilalobos, pegando cada um dos dois em uma alcofa foram pelas casas desta povoação pedindo-lhes os socorressem com algum Pão para animar a sua tropa que até aquela hora estava em jejum, e cuja ação aqueles Povos Generosos lhes entregaram quanto tinham, o que junto com uma porção que o honrado capitão Mor lhe tinham mandado, foi suficiente para repartir o quarto de Pão a cada um com o que se mostraram aqueles valerosos Soldados sumamente satisfeitos...”<sup>188</sup>

Quando Martins Mestre chega ao Alentejo já não havia perigo, visto que Loison, o famigerado “Maneta”, ia longe daquela cidade<sup>189</sup>. No Algarve, o Governo de Faro arranjou forma de ter conhecimento sobre os acontecimentos do Alentejo, enviando para lá Frei José do Sacramento Pessoa<sup>190</sup>. Nesta altura, o governo tinha procurado cobrir a serra algarvia, “de harmonia com o plano de defesa elaborado pelo tenente-coronel Landerset”<sup>191</sup>. Para a execução do plano foram nomeados três oficiais engenheiros: o coronel Joaquim José de Sousa, o capitão Eusébio de Sousa Soares e o capitão Vaz Velho<sup>192</sup>. A Regência do Algarve prestou um grande auxílio militar ao Alentejo. Para

---

<sup>187</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 162.

<sup>188</sup> “Continuação da narração dos acontecimentos que ocorreram na vanguarda do Exército do Algarve”, p. 329.

<sup>189</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 162.

<sup>190</sup> *Ibidem*.

<sup>191</sup> *Ibidem*.

<sup>192</sup> Sebastião Drago de Brito Cabreira, *Relação Histórica da Revolução do Algarve contra os franceses*, p. 22.

Évora enviaram “uns 60 cavalos e 40 barris de pólvora, que por não poderem chegar a tempo ficaram em Beja, assim como algum armamento e munições”<sup>193</sup>. O Governo de Faro também enviou a toda a província uma proclamação, a 8 de julho, “manifestando o propósito de fazer marchar o exército do Algarve em socorro dos habitantes de Beja, primeiras vítimas do furor do inimigo”<sup>194</sup>.

A carnificina e incêndios de Beja e Évora “não só tinham alarmado entre nós as populações indefesas, mas também haviam tido grande repercussão nos meios espanhóis e britânicos”<sup>195</sup>. Soube-se no Algarve que os franceses “tinham atravessado o Tejo e mandando aprontar rações para as suas tropas em Vendas Novas e Évora”<sup>196</sup>. Todas estas notícias fizeram com que o Conde de Castro Marim apressasse a partida das suas tropas para o Alentejo. O mesmo determinou “que se tardassem e calçassem rapidamente os soldados, enquanto enviava para aquela província mais alguns socorros”<sup>197</sup>. Também organizou os regimentos tal como eram constituídos antes da invasão dos franceses. O comandante do Regimento de Infantaria Nº 2 da cidade de Lagos (Coronel António Hipólito da Costa) dirigiu aos povos algumas proclamações. Entre elas chegou até nós uma datada de Monchique em 13 de julho<sup>198</sup>. No dia 13 a Regência tinha ordenado à Junta de Silves que as forças, sob o comando do alferes Francisco Xavier da Costa, partissem para o Campo e se juntassem às tropas do Marechal Lopes de Sousa que se encontravam em Beja. Contudo, no dia 17, Silves recebeu uma contra ordem e a companhia “dirigiu-se a marchas forçadas para S. Tiago do Cacém”<sup>199</sup>.

Face aos acontecimentos, o governador da praça de Beja foi ao Algarve acompanhado do capitão-mor de Castro Verde, João António Varela Coelho, com o fim de conseguir do Governo de Faro mais alguns socorros<sup>200</sup>. Contudo, o Conde de Castro

---

<sup>193</sup> José Acúrsio das Neves, *História geral da invasão dos franceses em Portugal*, p. 169.

<sup>194</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 163.

<sup>195</sup> *Ibidem*.

<sup>196</sup> Sebastião Drago de Brito Cabreira, *Relação Histórica da Revolução do Algarve contra os franceses*, p. 23.

<sup>197</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 164.

<sup>198</sup> *Ibidem*.

<sup>199</sup> *Ibidem*, p. 165.

<sup>200</sup> Sebastião Drago de Brito Cabreira, *Relação Histórica da Revolução do Algarve contra os franceses*, pp. 23-24.

Marim, muito antes do governador, tinha-se dirigido à cidade de Faro com os mesmos objetivos. Foi também ele que conseguiu evitar “que os socorros enviados pelas autoridades do Algarve à cidade de Évora caíssem em poder do inimigo”<sup>201</sup>. Era de esperar que a Regência de Faro começasse a sentir fortemente os problemas financeiros, de tal forma que o Governo do Algarve teve de pedir ajuda à corte de Marrocos, “por intermédio de Jorge de Pedro Colaço, então nosso cônsul geral naquelas paragens”<sup>202</sup>. A proposta foi muito bem recebida, tanto pelo imperador como pelo primeiro-ministro, tendo estes prometido imediatamente 200 mil cruzados, mas entretanto os franceses foram expulsos e não se justificava receber esse empréstimo.

A cidade de Faro continuava a contribuir com mais alguns donativos importantes para que as tropas pudessem ser bem equipadas. O major Joaquim Ramalho Ortigão<sup>203</sup> ofereceu vários *côvados de pano azul* que serviam para fardar grande parte dos soldados do Regimento de Artilharia 2 e deu também grande quantidade de *bezerros atanados*, destinados ao calçado. Quando se procedeu à organização dos regimentos, chegou-se à conclusão de que o quadro de oficiais era muito reduzido. Vários deles tinham sido enviados para França, onde ingressavam na célebre Legião Portuguesa e outros, como nos diz Cabreira, tinham simplesmente ignorado a causa pública<sup>204</sup>. No entanto, importa sublinhar que muitos oficiais ofereceram os seus serviços à Regência, ainda que alguns deles não recebessem qualquer remuneração<sup>205</sup>.

A Regência de Faro queria agir com prudência e, por isso, antes de mandar o seu exército para o Alentejo, resolveu enviar emissários em direção ao norte do país. O exército algarvio deveria, “em ação combinada com as tropas do norte e do centro, libertar a Capital do Reino”<sup>206</sup>. Por ordem do governo, saíram do Algarve Duarte da Ponte Negra e Pedro Coelho Xavier. Ambos deviam comunicar ao Algarve as notícias que mais

---

<sup>201</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p. 165.

<sup>202</sup> *Ibidem*, p. 166.

<sup>203</sup> O major Ramalho Ortigão era quem dirigia a Administração de Víveres das tropas do Algarve. Ver Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve*, p.167.

<sup>204</sup> Sebastião Drago de Brito Cabreira, *Relação Histórica da Revolução do Algarve contra os franceses*, p. 26.

<sup>205</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p.167.

<sup>206</sup> *Ibidem*, p. 168.

interesse tinham para o Conde de Castro Marim: “a exacta posição do inimigo e a situação das tropas nacionais nas províncias do norte e do centro”<sup>207</sup>.

O Conde de Castro Marim pensava concentrar as suas tropas em Beja e, “juntamente com o Exército do Alentejo, marchar sobre Lisboa”<sup>208</sup>. Porém, não lhe foi possível fazer essa concentração, “nem tão pouco imprimir às tropas do seu comando aquela rapidez de movimentos necessária para cortar a retirada ao inimigo”<sup>209</sup>. A retirada de Sebastião Martins Mestre para Beja que falámos anteriormente fez com que as margens do Sado ficassem novamente expostas ao inimigo. Os franceses de Setúbal depressa aproveitaram a situação para atacar Alcácer. A junta local não teve outra alternativa se não a de se ausentar, logo depois de enviar a Beja e ao General um urgente pedido de socorros, como aliás também fizeram as câmaras de Santiago do Cacém e Grândola<sup>210</sup>.

A 13 de agosto, Martins Mestre e as suas tropas partem em direção a Évora, cidade que se encontrava de novo ameaçada pelo inimigo. Esta expedição compunha-se de 400 homens de infantaria (do Algarve), 300 espanhóis, “e algumas Ordenanças, e duas peças de artilharia com respetiva guarnição”<sup>211</sup>. No dia a seguir, Mestre chega a Água de Peixe e logo no dia 15 soube que as tropas de Kellermann e Graindorge tinham desembarcado em Alcácer do Sal. O tenente-coronel não ficou inativo e decidiu enviar “uma pequena força explorar o terreno, até às imediações da vila”<sup>212</sup>. As tropas de Martins Mestre chegaram “à vista de Alcácer” no dia 16 e aguardaram no *Porto de lama* no dia seguinte, “em que esperavam ir enfrentar o inimigo às portas de Alcácer”<sup>213</sup>. Todavia, os franceses já tinham evacuado a vila, retirando-se novamente para Setúbal. Embora Sebastião Martins Mestre não tivesse entrado em confronto, foi em perseguição do inimigo, “até quási às proximidades de Setúbal, onde este havia entrado na véspera”<sup>214</sup>. Os inimigos tinham passado de Setúbal para Palmela, onde reforçaram a guarnição do castelo. Continuaram depois para Almada e aí permaneceram até se poderem retirar para a capital. No dia 17, o Marechal José Lopes de Sousa parte em direção a Alcácer do Sal e no dia

---

<sup>207</sup> *Ibidem*.

<sup>208</sup> *Ibidem*, p. 183.

<sup>209</sup> *Ibidem*.

<sup>210</sup> *Ibidem*.

<sup>211</sup> *Ibidem*.

<sup>212</sup> *Ibidem*.

<sup>213</sup> *Ibidem*.

<sup>214</sup> *Ibidem*, p. 185.

seguinte “o caudilho da independência algarvia reunia ali todas as forças de Vanguarda do Exército do Algarve”<sup>215</sup>. Em Beja tinham-se já reunido duas colunas do Exército do Conde de Castro Marim que partiram depois para Alcácer<sup>216</sup>.

No dia 25, Sebastião Martins Mestre parte com as suas tropas em direção a Setúbal, onde chega ao anoitecer. Na cidade dizia-se que os franceses tinham saído de Palmela para saquear Setúbal. Por essa razão, Mestre organizou um novo estratagema de forma a intimidar o inimigo: “mandou iluminar a povoação e queimar toda a sorte de fogo artificial entre o festivo repicar dos sinos de todas as igrejas e mosteiros”<sup>217</sup>. Tudo isto fazia com que o inimigo acreditasse que tinham chegado forças importantes, quando apenas se tratava de um “pequeno corpo de cavalaria e caçadores de Tavira e Lagos”<sup>218</sup>. No dia 26, José Lopes de Sousa chegou a Setúbal, no momento em que os franceses se tinham retirado para Almada<sup>219</sup>.

Martins Mestre e Lopes de Sousa criaram uma Junta do Governo<sup>220</sup> e estabeleceram de imediato “piquetes e patrulhas nas proximidades de Palmela, que tiveram como fruto o aprisionamento de alguns soldados inimigos”<sup>221</sup>. Os nossos fizeram mais de 60 prisioneiros, “sem falar dos que encontravam a morte ao tentarem sair ou entrar no castelo de Palmela”<sup>222</sup>. No assédio a essa vila, devido ao facto do Marechal não ter tomado a iniciativa de uma ação decisiva, apenas foram registadas “algumas escaramuças entre as respetivas patrulhas e piquetes, sendo, porém, notória a ação de alguns soldados e oficiais de uma companhia de voluntários de Silves”<sup>223</sup>. Foi o capitão Álvaro de Macedo Pestana Coutinho, do Regimento de Infantaria 2 (Lagos) que conseguiu aproximar-se das muralhas do castelo, “surpreendendo o inimigo no Sítio da Fonte, e penetrar até na

---

<sup>215</sup> *Ibidem*.

<sup>216</sup> *Ibidem*, p. 186.

<sup>217</sup> Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p.187.

<sup>218</sup> *Ibidem*.

<sup>219</sup> No dia 24, O General Graindorge tinha enviado a Lopes de Sousa um ajudante de campo, Marlier, “para entabular negociações respeitantes à evacuação das suas tropas”. *Ibidem*.

<sup>220</sup> A propósito da constituição das Juntas veja-se Henrique José Martins Matos, “As juntas minhotas de 1808 na reação à ocupação francesa”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2009.

<sup>221</sup> *Ibidem*.

<sup>222</sup> *Ibidem*.

<sup>223</sup> *Ibidem*, p. 188. Era o capitão Pestana Coutinho que estava encarregue de tentar impedir as comunicações das forças inimigas que estavam a guarnecer Palmela e Almada.



povoação, onde pôs a descoberto as armas reais”<sup>224</sup>. Entretanto Lopes de Sousa e Martins Mestre encarregavam-se de organizar a defesa da costa de Setúbal.

A coluna do Conde de Castro Marim, que estava em Beja, foi bastante bem recebida pela Junta Governativa da cidade, tendo o corregedor fornecido “alguns cavalos para os seus oficiais e outros auxílios indispensáveis”<sup>225</sup>. O conde aproveitou os dias que ficou na cidade para aguardar a chegada de bagagens que tinham subido o Guadiana em pequenas embarcações até Mértola e também para estabelecer correspondência com o Governador de Armas do Alentejo em Évora e com os governadores das praças desta província, “onde se dava notícia de existirem já algumas tropas organizadas”<sup>226</sup>. Também foi em Beja que o Conde de Castro Marim recebeu ofícios do capitão-general de Badajoz e do brigadeiro Manuel Pinto Bacelar, “nos quais se assentava num plano de assédio a Lisboa”<sup>227</sup>. O conde de Castro Marim e o brigadeiro Bacelar decidiram que as tropas algarvias e alentejanas ocupariam toda a costa e margem do Tejo desde o Cabo Espichel até à Moita, que as tropas auxiliares de Espanha guarneceriam o setor compreendido entre Moita e Salvaterra e que as tropas de Bacelar ficariam encarregadas da defesa da margem do Tejo até Santarém.

No dia 30 de agosto, o Conde de Castro Marim chega a Évora e é dessa cidade que sai no dia 2 de setembro em direção a Montemor, “no propósito de resistir ao inimigo”<sup>228</sup>. Depois de chegar a Montemor o conde decide partir com a sua coluna para Palmela, onde chega no dia 8. Foi nessa vila que fez reunir todo o Exército do Algarve e que recebeu Fr. José do Sacramento Pessoa, regressado do Norte, “o qual lhe entregou um ofício do general Bernardim Freire Andrade em que este lhe participava a capitulação dos exércitos de Junot”<sup>229</sup>.

Devido à Convenção de Sintra (celebrada em 31 de agosto), no dia 15 de setembro os franceses saem de Portugal, “mais como vencedores do que como vencidos, graças à deslealdade dos nossos velhos aliados”<sup>230</sup>. Com a ajuda de Sebastião Cabreira, o Conde

---

<sup>224</sup> *Ibidem.*

<sup>225</sup> *Ibidem*, p. 190.

<sup>226</sup> *Ibidem.*

<sup>227</sup> *Ibidem.*

<sup>228</sup> *Ibidem*, p. 192.

<sup>229</sup> *Ibidem*, p. 193.

<sup>230</sup> *Ibidem*, p. 194.

de Castro Marim exigiu que “fossem embargadas todas as embarcações que deviam conduzir as tropas e bagagens de Junot”, pelo menos enquanto o rei da Inglaterra e D. João VI não resolvessem aquilo que mais convinha às duas coroas<sup>231</sup>. Nada disso aconteceu e o invasor abandona o país sem qualquer tipo de constrangimento.

O Conde de Castro Marim entra em Lisboa no dia 17 de setembro de 1808 e aí reassumiu as suas funções de membro da Regência do Reino estabelecida pelo Regente em 26 de novembro de 1807, antes da sua partida para o Brasil<sup>232</sup>. Foi desta forma que terminou a missão do Exército do Algarve que, “em 24 de setembro, começou a recolher a quartéis, evacuando a margem esquerda do Tejo em direção ao sul”<sup>233</sup>.

Portugal foi alvo de mais duas invasões francesas, mas nenhuma delas voltou a afetar o Algarve. No mês de março de 1809 um novo exército invasor, que era comandado por Soult, entra em Portugal e, vencendo as serranias do Alto Minho e Trás-os-Montes, instala-se na cidade do Porto<sup>234</sup>. Entre cenas de extrema violência, como o famoso desastre da ponte das barcas<sup>235</sup>, Soult permanece no Porto durante pouco mais de um mês. No mês de maio, as forças anglo-portuguesas combinaram esforços e conseguiram expulsar o exército francês para Espanha. No verão do ano seguinte, “um poderoso corpo de 50 000 homens, comando pelo Marechal Massena, entra em Portugal pela fronteira de Almeida, ocupando a posição naquele importante forte de defesa”<sup>236</sup>. Depois de Almeida foi a vez de Coimbra cair sob o domínio dos franceses, comandados pelo general Pamplona. A vitória de Buçaco, ocorrida a 27 de setembro, “é acompanhada por um recuo estratégico do exército anglo-português até às linhas de Torres”<sup>237</sup>. O sistema de fortificação que tinha sido construído em Torres “permitiu arrastar para Estremadura o palco de guerra”<sup>238</sup>. Na guerra de usura, “que se avizinhava longa, a fome e a política de

---

<sup>231</sup> *Ibidem.*

<sup>232</sup> *Ibidem.*

<sup>233</sup> *Ibidem.*

<sup>234</sup> Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, “As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Vol. 5, p. 37.

<sup>235</sup> O episódio da ponte das barcas foi um desastre que provocou a morte de várias pessoas que, assustadas pela chegada do inimigo francês, procuraram refúgio na cidade do Porto, atravessando para isso a ponte das barcas que, segundo se diz, não aguentou com o peso de tanta gente.

<sup>236</sup> *Ibidem.*

<sup>237</sup> *Ibidem.*

<sup>238</sup> *Ibidem.*

terra queimada ajudaram a acelerar a derrota das tropas de Napoleão”<sup>239</sup>. Os franceses caminhavam de forma progressiva para a capitulação. Em março de 1811 o inimigo francês deu início à sua retirada de Portugal, mas até passarem à fronteira (outubro), sofreu ainda várias vicissitudes. Em Espanha, os confrontos continuaram até à primavera de 1814<sup>240</sup>.

Como já pudemos comprovar, Sebastião Martins Mestre teve um papel fundamental não só no Algarve, como também noutras regiões do país e isso está bem evidente nas correspondências existentes no Arquivo Histórico Militar. Mestre informava as mais importantes figuras da resistência sobre assuntos militares. Uma dessas figuras era D. Miguel Pereira Forjaz<sup>241</sup>, o ministro e secretário de Estado de Negócios de Guerra. Ambos trocavam informações relativas aos animais, operações, embarcações, intendência, pessoas apuradas para fortificações, justiça, feridos, prisioneiros e também sobre os inimigos<sup>242</sup>.

---

<sup>239</sup> *Ibidem*.

<sup>240</sup> Sobre a terceira invasão francesa veja-se as seguintes obras: Maria Antónia Lopes, “Sofrimentos das populações na terceira invasão francesa. De Gouveia a Pombal”, in *o Exército Português e as Comemorações dos 200 Anos da Guerra Peninsular*, Volume III, pp. 299-323; David Buttey, *Wellington contra Massena: A Terceira Invasão de Portugal 1810-1811*, 2008.

<sup>241</sup> Para mais informações sobre D. Miguel Pereira Forjaz, veja-se o capítulo 3.1 desta investigação.

<sup>242</sup> Arquivo Histórico Militar, *Correspondência de Sebastião Martins Mestre para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios de Guerra, sobre informações militares, víveres, operações, intendência, embarcações, transportes, solípedes, pessoal e justiça*, PT/AHM/DIV/1/14/164/31 [20-09/06-12-1810]; AHM, *Ofício de D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, para Sebastião Martins Mestre sobre a libertação de Domingos José Gonçalves, empregado na Repartição das Munições de Bola, preso na cadeia de Almeirim*. - PT/AHM/DIV/1/14/175/84 [16/11/1810]; AHM, *Correspondência de Sebastião Martins Mestre para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios, sobre operações, solípedes, animais, presos, delitos, espanhóis, franceses*, PT/AHM/DIV/1/14/245/34 [31-01/24-12-1811]; AHM, *Correspondência de Sebastião Martins Mestre e José António de Rosa para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios de Guerra, sobre relações do gado de Serpa e Moura na margem esquerda do Guadiana e mapa das bestas existentes no Exército e Depósito de Lisboa*, PT/AHM/DIV/1/14/272/25 [20-09/8-12-1811]; *Ofícios de Sebastião Martins Mestre para António de Lemos Pereira de Lacerda e para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios de Guerra, e relações com o número de pessoas apuradas para as obras de Fortificação*, PT/AHM/DIV/1/14/156/21 [9/16-01-1811]; AHM, *Ofícios de Sebastião Martins Mestre para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios de Guerra, sobre solípedes*.

“Em toda a nossa linha no dia 4 não ocorreu novidade alguma, relativamente ao inimigo. Desde a embocadura do Zêzere até à Golegã, tem-se observado muito poucos inimigos: em Santarém lá que ontem apareceu mais número do que ordinariamente estes dias se observava”<sup>243</sup>.

Martins Mestre mostrou o seu patriotismo desde muito cedo, começando pelo momento em que decidiu regressar de Gibraltar para auxiliar os algarvios que naquela altura já se sentiam ameaçados pelos franceses. Foi um homem de ação que empreendeu todos os esforços em prol da liberdade do seu país e, por essa razão, merece ser lembrado como um dos militares mais notáveis da luta contra o inimigo. A propósito da coragem e determinação de Mestre atente-se ao discurso onde este incentiva as suas tropas, recorrendo ao exemplo da revolta de Olhão, onde os algarvios saíram vitoriosos:

“... vós meus soldados não me negareis que debaixo das ordens do nosso Marechal de campo José Lopes de Sousa eu com um punhado de pescadores fizemos abater o orgulho da legião do meio-dia em o lugar de Olhão, tanto na bordagem que lhe demos no mar no dia 17 de Junho, como na tarde do mesmo dia na Ponte de Quelfes; para cada um destes pescadores o inimigo tinha 10 vencedores de *Marengo*, *gena* e *fredland*, com tudo o que não foi morto foi posto em fuga ou prisioneiro, Vós sois igualmente *Algarvios*, sois soldados generosos que sem auxílio do que o vosso valor fizestes afugentar do *Algarve* o inimigo, e com o mesmo valor inexplicável generosidade vos oferecestes voluntários para defender a Província do *Alentejo*, e a mesma capital de Lisboa; pois companheiros, amigos, e Irmãos, estes que vamos a combater e vencer são os mesmos cobardes que nos

---

<sup>243</sup> AHM, *Correspondência de Sebastião Martins Mestre para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios de Guerra, sobre informações militares, víveres, operações, intendência, embarcações, transportes, solípedes, pessoal e justiça*, PT/AHM/DIV/1/14/164/31 [20-09/06-12-1810].

fugiram do *Algarve*, é verdade que os vereis vestidos de Tigres, mas é porque estão salpicados com sangue dos inocentes, e impossibilitados moradores de Beja, e Évora, de cuja maldade se não tomarmos vingança, aquelas mesmas vítimas inocentes se as não vingais, no sepulcro, os seus ossos rechaçarão os nossos com desprezos, estas honradas palavras não vo-las digo como vosso chefe se não como um Soldado, como um vosso companheiro, que aspira a conduzir-vos à glória: ver-me-eis entrar por entre os inimigos desprezando as suas Baionetas, e comendo a morte a bocados...”<sup>244</sup>.

Depois de analisarmos o papel de Sebastião Martins Mestre na resistência contra o inimigo francês, chegou a vês de olharmos para a outra parte do seu percurso de vida, aquela que se insere no período das Guerras Liberais.

---

<sup>244</sup> “Continuação da narração dos acontecimentos que ocorreram na vanguarda do Exército do Algarve”, in Alberto Iria, *A invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, p.331.



### 3. Sebastião Martins Mestre nas Guerras Liberais

#### 3.1. Mudança da velha ordem: as Guerras Liberais

A implantação do Liberalismo em Portugal foi um “processo lento, complexo e marcado por revoluções e guerras civis que ocupou toda a primeira metade do século XIX, entre 1820 e 1851”<sup>245</sup>. Se é verdade que o quadro internacional pesou sobre o processo de implantação do Liberalismo, não é menos verdade que pesou também o quadro peninsular. Desde logo, “pela unificação estratégica da Península Ibérica operada pela guerra peninsular e depois pela herança que deixou de influências ideológicas e apoios políticos e militares recíprocos entre os dois campos em conflito de um e do outro lado da fronteira”<sup>246</sup>.

Em Portugal, são as sociedades secretas que, entre 1817 e 1818, vão conseguir “um importante movimento de operacionalidade revolucionária, o que reflete uma efetiva tomada de consciência liberal por parte de certos setores da sociedade portuguesa”<sup>247</sup>. Devemos destacar duas associações: Supremo Conselho Regenerador, responsável por promover a conspiração de Gomes Freire, e o Sinédrio, que teve um papel fundamental para o desencadear da Revolução de 1820<sup>248</sup>. Foram os membros da sociedade secreta e paramaçónica revolucionária Supremo Conselho Regenerador de Portugal, Brasil e Algarves que pensaram numa conspiração, cujo objetivo era “afastar ingleses e outros estrangeiros do controlo militar do país e o de promover a salvação da «independência de Portugal», criando-se um novo governo”<sup>249</sup>. Gomes Freire de Andrade, acusado de ser o

---

<sup>245</sup> Nuno Severiano Teixeira (coord), João Gouveia Monteiro, Francisco Contento Domingues, *História Militar de Portugal...*, p. 391.

<sup>246</sup> *Ibidem*, p. 395.

<sup>247</sup> Isabel Nobre Vargues, “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5, p. 47.

<sup>248</sup> As sociedades secretas não eram uma realidade exclusiva de Portugal. Por toda a Europa formaram-se núcleos restritivos com elementos revolucionários. Estas associações, que estavam espalhadas por vários países, tiveram um papel fundamental no desencadear dos movimentos de revolta que originaram o liberalismo oitocentista. Consultar Isabel Nobre Vargues, “O processo de formação do primeiro movimento liberal”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5, p. 47.

<sup>249</sup> *Ibidem*. A sociedade tinha uma pequena imprensa, onde se ultimavam todas as proclamações relativas à sua revolta. Muitos dos seus membros foram presos em maio de 1817. É de destacar ainda que grande parte dos membros da sociedade eram militares regressados a Portugal depois de terem prestado serviço no exército napoleónico. Consultar Isabel Nobre Vargues, “O processo de formação do primeiro movimento liberal...”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5, p. 47.

principal mentor da conspiração, acaba por ser preso juntamente com mais 11 membros da sociedade, sendo a sua grande maioria militares. Foram condenados à morte, mas mais do que isso, “a sua punição terrífica foi considerada afrontosa, dada a sua qualidade de militares”<sup>250</sup>. As execuções aconteceram no dia 18 de outubro de 1817 em dois locais da zona de Lisboa. Gomes Freire foi executado em São Julião da Barra, por enforcamento, tendo também os seus membros sido mutilados e as suas cinzas lançadas ao mar<sup>251</sup>.

Em 22 de janeiro de 1818 foi fundada no Porto a associação secreta Sinédrio, que teve como responsáveis os juristas Manuel Fernandes Tomás e José da Silva Carvalho. Na mesma data também se juntaram à associação o jurista José Ferreira Borges e o comerciante João Ferreira Viana, que aprovaram todos os estatutos redigidos por Fernandes Tomás<sup>252</sup>. Um dos objetivos da associação era observar a opinião pública e a marcha dos acontecimentos<sup>253</sup>. Em 1818, o Sinédrio não tinha um projeto revolucionário definido, mas estava preparado para intervir quando a revolta popular eclodisse. Depois de 1820, esta associação, que até aqui tinha sido bastante cautelosa, “começou a agir mais operacionalmente, tentando ativar forças militares indispensáveis para o sucesso de um movimento revolucionário”<sup>254</sup>. Apesar das perseguições de que eram alvo, os sinedristas estavam determinados à ação. Com grande realismo, cautela e ponderação, “conseguiram aliciar os elementos militares que os coadjuvavam no pronunciamento”<sup>255</sup>.

Sabe-se que o Sinédrio estabeleceu ligações com outras sociedades no país e no estrangeiro, da mesma forma que também se sabe “os esforços individuais levados a efeito por Silva Carvalho, em 1819, e Fernandes Tomás, em 1820, nas suas deslocações

---

<sup>250</sup> *Ibidem*, p. 48.

<sup>251</sup> A memória de Gomes Freire foi depois reabilitada pelos promotores e interventores do movimento revolucionário de 1820. No entanto, a campanha a favor dessa reabilitação já tinha sido iniciada há mais tempo nos jornais portugueses de Londres, particularmente em *O Português e O Campeão*. Consultar Isabel Nobre Vargues, “O processo de formação do primeiro movimento liberal” in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5, p. 48.

<sup>252</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>253</sup> De 1818 a 1820 entraram outros membros para a associação: Duarte Lessa, José M. Lopes Carneiro, José Gonçalves dos Santos Silva, José Pereira Meneses, Francisco Gomes da Silva, João da Cunha Sotto Maior, José de Melo Castro e Abreu, José M. Xavier Araújo e Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda. Consultar Isabel Nobre Vargues, “O processo de formação do primeiro movimento liberal”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5 ..., p. 49.

<sup>254</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>255</sup> *Ibidem*.



a Lisboa”<sup>256</sup>. Aí existiam outros núcleos liberais. Um deles era o que se reunia em casa do médico Gregório José de Seixas<sup>257</sup>. A verdade é que a admissão de Sepúlveda na associação desencadeou uma importante ação tática por parte de Fernandes Tomás e Ferreira Borges, “sobretudo junto dos militares, quer ultimando as suas intervenções quer elaborando os textos de proclamações e do manifesto”<sup>258</sup>.

Chegamos, finalmente, ao acontecimento que marcou o início do Liberalismo em Portugal. Deu-se no dia 24 de agosto de 1820 quando o exército, sob liderança dos coronéis Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda e de Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, se revoltou no Campo de Santo Ovídio, no Porto. Nessa cidade, instala-se uma Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, presidida pelo brigadeiro António da Silveira, “que estava destinada, em nome do rei, a governar Portugal”<sup>259</sup>. A 15 de setembro dá-se um segundo levantamento, mas desta vez em Lisboa “que triunfante por seu turno, expulsou os regentes e se constituiu como o governo interino sob a presidência nominal de José Gomes Freire de Andrade”<sup>260</sup>. Pelo acordo de Alcobça de outubro de 1820, as duas juntas, do Norte e do Sul, unem-se e dão origem a uma só Junta Provisional do Supremo Governo do Reino e uma segunda Junta Provisional Preparatória das Cortes “que não deveriam ser convocadas e integradas pelos três Estados, mas antes eleitas e constituintes”<sup>261</sup>.

Os ecos dos acontecimentos do Porto chegaram naturalmente à província do Algarve. A propaganda, o esclarecimento das pessoas (nomeadamente das que vivam em meio rural) sobre a adesão ao regime liberal e depois sobre a legislação que ia sendo aprovada e publicada “era fundamental para permitir a adesão ao sistema constitucional”<sup>262</sup>. Para a difusão das ideias da época foram utilizadas as proclamações,

---

<sup>256</sup> *Ibidem*.

<sup>257</sup> Sobre este assunto veja-se Simão J. da Luz Soriano, *História da Guerra Civil e Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, 1866-1890.

<sup>258</sup> Isabel Nobre Vargues, “O processo de formação do primeiro movimento liberal”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5, p. 50.

<sup>259</sup> Nuno Severiano Teixeira (coord), João Gouveia Monteiro, Francisco Contento Domingues, *História Militar de Portugal...*, p. 395.

<sup>260</sup> Trata-se de uma personalidade diferente do Gomes Freire anteriormente mencionado. A.H. de Oliveira Marques, *Breve História de Portugal.*, p. 447.

<sup>261</sup> Nuno Severiano Teixeira (coord), João Gouveia Monteiro, Francisco Contento Domingues, *História Militar de Portugal...*, p. 398.

<sup>262</sup> Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *O Algarve no contexto das Revoluções Liberais dos séculos XVIII-XIX (1789-1822)*, p. 171.

os jornais, livros, folhetos e catecismos. Uma das obras mais difundidas foi *Vozes dos Leaes Portuguezes* (1821), de António Maximino de Dulac, um emigrado francês. Vieira Rodrigues dá-nos a informação de que vários exemplares foram vendidos, sobretudo no Alentejo e no Algarve. No Algarve temos o exemplo das cidades de Tavira e Lagos<sup>263</sup>. Se olharmos para o estudo de Maria Cândida Proença verificamos que o movimento foi bem recebido, uma vez que a generalidade dos concelhos da região aderiu.<sup>264</sup>

A cidade de Loulé, a 6 de setembro de 1820, “pronunciava-se contra a rebelião portista, tendo o juiz de fora convocado os senados e os representantes das três ordens sociais”<sup>265</sup>. Já Faro quis seguir o exemplo do Porto. A ideia veio do Comandante de Artilharia 2 que queria que às dezassete horas do dia 19 de setembro se proclamasse à Casa de Bragança e à Constituição. Tal como combinado, o senado, acompanhado de toda a nobreza da cidade, autoridades e povo “dirigiram-se para a praça, sob repiques de sinos, onde eram aguardados pelo regimento”<sup>266</sup>. Em Lagos, o coronel de milícias e governador interino da praça convidou o presidente da câmara, senado, nobreza, povo e guarnição militar, a comparecer no dia 21 de setembro na igreja matriz, para comemorarem o governo interino, o monarca, a Casa de Bragança, a religião católica e, claro, a Constituição. Na vila de Castro Marim, o Batalhão de Caçadores nº 4 “derão as salvas de alegria do estillo, comrespondendo o castelo e forte com as salvas de Artelharia”<sup>267</sup>.

A verdade é que à exceção de Loulé, principalmente após 15 de setembro, todas as câmaras municipais do Algarve abraçaram o pronunciamento de 24 de agosto de 1820. Algumas delas durante o período de funcionamento das Cortes constituintes “irão endereçando missivas de felicitações às Cortes”<sup>268</sup>. A que mais se destacou foi a Câmara de Monchique onde no dia 17 de março de 1821 foi redigida uma epístola que falava na nossa História e em “todo o contexto em que se viveu nos anos que precederam o

---

<sup>263</sup> *Ibidem*.

<sup>264</sup> Maria Cândida Proença, “As Cartas de Adesão ao Movimento Liberal (1820-1823)”, Fernando Marques Costa, Francisco Contento Domingues, Nuno Gonçalo Monteiro, Organização *Do Antigo Regime ao Liberalismo (1750-1850)*, p. 135.

<sup>265</sup> Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *O Algarve no contexto das Revoluções Liberais dos séculos XVIII-XIX (1789-1822)*, p. 172.

<sup>266</sup> *Ibidem*, p. 173.

<sup>267</sup> Hugo Cavaco, *Vereações de Castro Marim À Época do Liberalismo (1818-1824). (Contributos para a sua História)*, p. 77.

<sup>268</sup> Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *O Algarve no contexto das Revoluções Liberais dos séculos XVIII-XIX (1789-1822)*, p. 177.

pronunciamento de 24 de agosto de 1820<sup>269</sup>. A missiva atribuía fortes críticas ao absolutismo e grandes elogios aos trabalhos dos regeneradores. Também em Albufeira o Capitão-Mor, Sebastião Duarte André da Ponte Negrão, “enviaria uma carta de felicitação e prestação de vassalagem às Cortes, assim como o juiz de fora e cidadãos de Albufeira e, novamente, o coronel governador de Lagos”<sup>270</sup>. Com isto, podemos concluir que as câmaras algarvias se inseriam oficialmente no apoio ao movimento.

Ao terminar o ano de 1820 o Governo “restabeleceu a ordem pública interna, regulava a forma das eleições e elaborava já um texto constitucional, de que Frei Francisco de São Luís era autor”<sup>271</sup>. A proposta constitucional era moderada. Nela constavam já as duas câmaras, tornando-se assim no primeiro texto não oficial do constitucionalismo, “cuja elaboração se apressava pela marcha dos acontecimentos, que previa a chegada a todo o momento do Brasil de algum membro da família real”<sup>272</sup>. Com a instalação do primeiro parlamento liberal estava firmado um dos principais objetivos do movimento revolucionário, mas era ainda necessário consolidá-lo procedendo-se à elaboração de uma constituição escrita. Entretanto várias questões surgiam na sociedade portuguesa, estando estas relacionadas com os processos eleitorais, com as reformas a empreender, com o local das cortes, entre outras. Os portugueses também quiseram fazer propostas “em forma de memórias, na melhor tradição académica, algumas manuscritas, outras impressas para serem distribuídas pelos deputados”<sup>273</sup>. As questões que mais se destacaram estavam relacionadas com o modelo unicameral ou bicameral, com os poderes do rei e das cortes, com as bases constitucionais, com a constituição e com a independência ou união ao Brasil<sup>274</sup>. A constituição foi aprovada a 23 de setembro de 1822<sup>275</sup>. Olhemos agora para a tabela seguinte elaborada por Joaquim Manuel Vieira

---

<sup>269</sup> *Ibidem*, p. 178.

<sup>270</sup> *Ibidem*, p. 179.

<sup>271</sup> Isabel Nobre Vargues, “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5, p. 53.

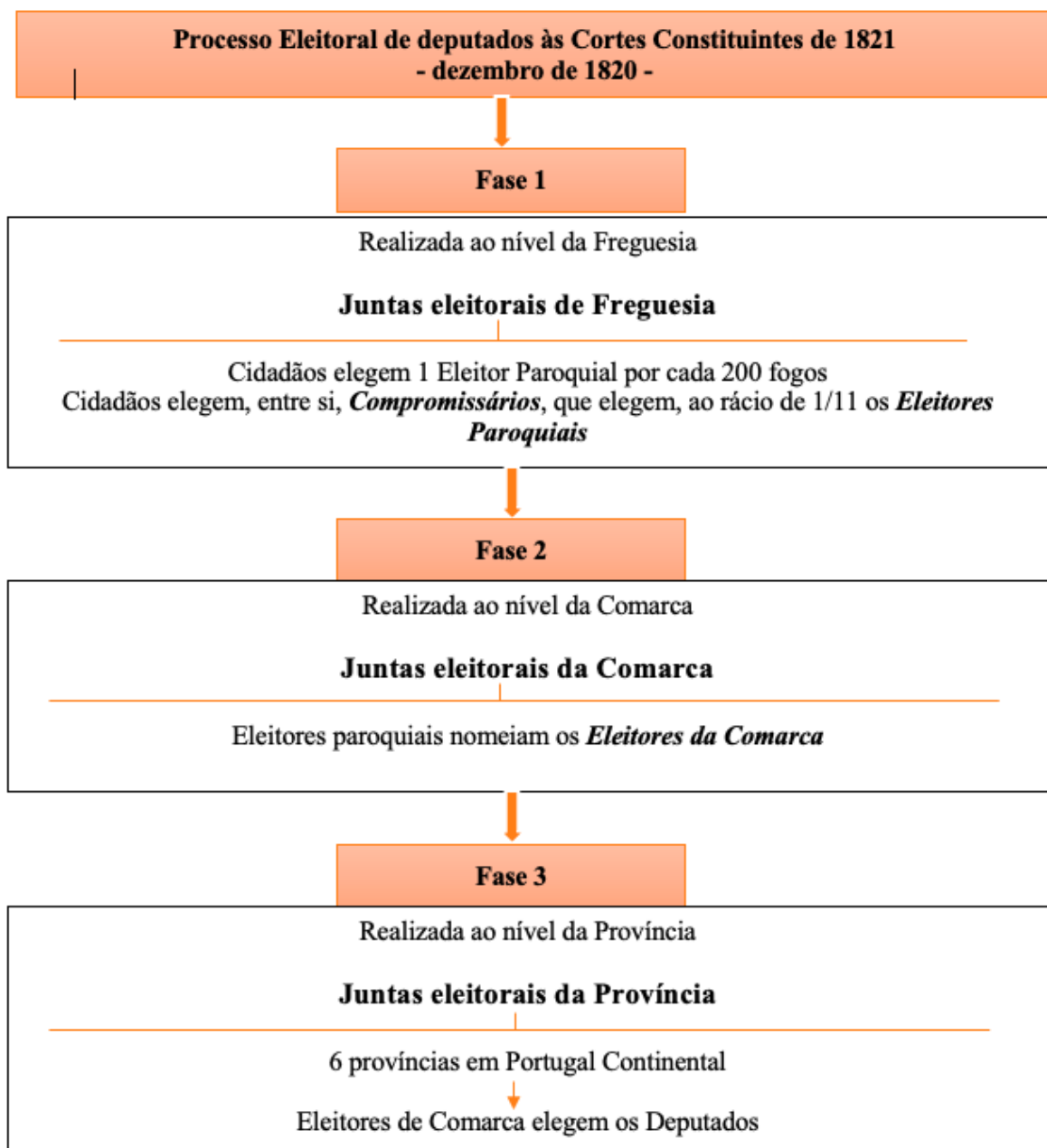
<sup>272</sup> *Ibidem*.

<sup>273</sup> *Ibidem*, p. 54.

<sup>274</sup> *Ibidem*.

<sup>275</sup> Poucos dias depois de ser celebrada a Constituição, morre um dos seus principais colaboradores: Fernandes Tomás. Consultar Isabel Nobre Vargues, , “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5, p. 54. A propósito da Constituição de 1822 veja-se os estudos que se seguem: José Subtil, “A Comissão de Justiça Criminal e as Cortes Constituintes e Ordinárias (1821-1823)”, in *Anais Série História*, Vol. I, 1994; José Gomes Canotilho, “As Constituições”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Vol.

Rodrigues que explica o processo eleitoral de deputados às Cortes Constituintes de 1821<sup>276</sup>.



5, pp. 126-130 e J. J. Lopes Praça, *Coleção de leis e subsídios para o estudo do direito constitucional português*, Coimbra Editora, Coimbra, 2000.

<sup>276</sup> Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *O Algarve no contexto das Revoluções Liberais dos séculos XVIII-XIX (1789-1822)*, p. 159.

Depois de realizadas as eleições, foram eleitos como deputados no Algarve Manuel José Plácido da Silva Negrão (Faro-1775 -?), Jerónimo José Carneiro (Ourique, 1774-?) e José Vaz Velho (Tavira, 1775 – Lisboa, 1830/1831)<sup>277</sup>. Neste contexto, não podíamos deixar de falar do movimento peticionário. Nos direitos individuais do cidadão encontrava-se, claro, o direito de petição que ficou inscrito nas Bases da Constituição de 1822 e dizia que todo o cidadão poderia “apresentar por escrito às Cortes e ao poder Executivo reclamações, queixas, petições que deveriam ser examinadas”<sup>278</sup>. Entre 1821 e 1822 foram apresentadas várias petições que falavam sobretudo dos problemas económicos<sup>279</sup>. O direito de petição levou ao debate político, à discussão sobre os vários problemas que estavam a prejudicar as populações.

---

<sup>277</sup> Manuel José Plácido da Silva Negrão era filho de Manuel Nascimento, bacharel e residente em Faro. Foi membro da Sociedade Patriótica de Faro. Votou diferentes assuntos dez vezes e faltou apenas uma vez. Durante a primeira invasão francesa exercia o cargo de corregedor de Faro, sendo que teve um papel de relevância em alguns momentos que marcaram a expulsão dos franceses da região. Presidiu à Junta das Finanças criada pela Junta Suprema Provisional do Reino do Algarve e foi encarregue da Polícia de todo o *Reino do Algarve*. Jerónimo José Carneiro era filho de Manuel José Carneiro e Luzia do Carmo. Foi bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra e exerceu funções de juiz de fora em Portimão (1805-1809) e de superintendente dos tabacos, alfândegas e saboarias do Algarve (1816). Exerceu também o cargo de Perfeito do Algarve entre 21-10-1833 e 15-08-1834. Este deputado, por estar doente, solicitou a concessão de licença. Faltou 86 vezes. José Vaz Velho, político, eclesiástico e maçã, era filho de Veríssimo José dos Santos e de Mariana Jesus Teresa. Tomou o hábito de Santo Agostinho e doutorou-se em Teologia pela Universidade de Coimbra. Posteriormente transitou para a Ordem de Cristo, tendo sido reitor do colégio de Coimbra (1805-1825) e, mais tarde, cónego magistral da Sé de Lamego (1817-1821) e Évora (1821 ss.). Foi um deputado com presença assídua e as suas inúmeras intervenções tiveram grande destaque. Informação retirada de Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *O Algarve no contexto das Revoluções Liberais dos séculos XVIII-XIX (1789-1822)*, pp. 197-199.

<sup>278</sup> *Ibidem*, p. 202.

<sup>279</sup> Tal como refere Vieira Rodrigues, já durante o período de funcionamento das antigas Cortes, povos, cidades, vilas, apresentaram petições, assim como durante os séculos XVIII e XIX, até 1820, “no âmbito dos movimentos populares do mundo rural, os povos endereçaram ao monarca e a outras entidades reclamações contra abusos de várias ordens praticadas por donatários civis e religiosos, senhorios, câmaras municipais, juizes de fora e outras entidades”. Consultar Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *O Algarve no contexto das Revoluções Liberais dos séculos XVIII-XIX (1789-1822)*, p.200.

## Fluxograma e mapa das eleições para as Cortes Gerais da Nação Portuguesa<sup>280</sup>:



No Algarve este movimento teve como principal foco as atividades económicas, nomeadamente o setor das pescas. No dia 8 de maio de 1821 foi apresentado um projeto às Cortes Gerais onde se reconhecia que “sobre a classe piscatória se abatia elevados direitos, prejudicando fortemente aquela classe, assim como a indústria de pescas do país”<sup>281</sup>. A propósito desse problema, foi apresentado um diploma sobre os direitos das pescas. O art.º 1.º determinava que os impostos não podiam ultrapassar os 20%. O artigo seguinte dizia que esses direitos deveriam ser pagos por avença, “no caso de os pescadores quiserem avençarem-se a satisfazer prestações nos tempos convencionados, pelo que

<sup>280</sup> Assembleia da República, *O Processo eleitoral das Cortes Constituintes*. URL: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/O-processo-eleitoral-das-Cortes-Constituintes-1820.aspx> . Consultado a 03/06/2022.

<sup>281</sup> Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *O Algarve no contexto das Revoluções Liberais dos séculos XVIII-XIX (1789-1822)*, p. 203.

deveriam *prestar fiança idónea*”<sup>282</sup>. Também se constituiria um fundo para que se estabelecesse um Montepio “a favor dos pescadores, viúvas e filhas e para o concerto dos barcos e das redes”<sup>283</sup>.

No Brasil o rei D. João VI jurou as bases da constituição em fevereiro de 1821. A família real, com exceção de D. Pedro, embarca a 25 de abril de 1821 em direção à metrópole e vem acompanhada por “um séquito de cerca de 4000 indivíduos: ministros, oficiais diplomatas e suas famílias, além dos deputados às cortes pelo Rio de Janeiro”<sup>284</sup>. A pequena comitiva que acompanhava o rei foi depois do desembarque até à Sala das Cortes que estava localizada no Convento das Necessidades e é nesse mesmo sítio que o rei mais uma vez jura as bases da Constituição. As cortes proibiram o desembarque de alguns dos conselheiros do rei, entre eles estava o Conde de Palmela, que acabou por ser afastado da capital. No dia 4 de julho o rei nomeou um novo ministério que substituiu a regência. É desta forma que se dá início ao exercício efetivo da monarquia constitucional, “onde o rei é chamado a desempenhar um novo papel e os cidadãos passam a poder intervir mais ativamente, através dos seus representantes nas Cortes”<sup>285</sup>.

A rainha Carlota Joaquina, que manifestou desde sempre a sua grande vontade de reinar, oscilou estrategicamente entre campos opostos, sendo que o seu comportamento

---

<sup>282</sup> *Ibidem*.

<sup>283</sup> *Ibidem*. A Comissão de Pescarias, no dia 18 de dezembro de 1821, deu a conhecer um requerimento dos pescadores de Olhão de 17 de junho, “onde se afirmava que chegando ao porto vindo com o resultado da sua pesca capturada nos mares de Larache e a ter a bordo dois guardas a quem tinham de pagar 600 réis diários, além dos exorbitantes emolumentos da visita da saúde, que alcançava os 6.460 réis para o guarda-mor de Belém e seus oficiais”. Eram, portanto, pesados encargos que podiam comprometer a atividade. A Comissão de Pescarias ficou sensibilizada com as queixas feitas pelos pescadores e concordou que deviam existir alterações. Relativamente à quarentena, a Comissão afirmou que quando os barcos de pesca chegassem munidos com as devidas certidões do registo, “onde constasse que não tiveram comunicação alguma com a terra, era deferível a súplica dos pescadores, visto que por meio tão legal e autêntico documento passado pelo comandante do vaso de guerra, encarregada da vigilância e proteção dos barcos de pesca na costa de Larache, ficariam dispensados da quarentena. A Comissão considerou que todas essas questões deviam ser conhecidas pela Junta de Saúde Pública, pois só assim poderia tomar uma decisão. A primeira parte do parecer foi reprovada e a mesma teve de regressar à Comissão de Pescarias para elaborar um projeto de decreto que abordasse os assuntos referidos. A segunda parte foi aprovada. Ver Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, *O Algarve no contexto das Revoluções Liberais dos séculos XVIII-XIX (1789-1822)*, pp. 205-206.

<sup>284</sup> Isabel Nobre Vargues, “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5, p. 55. Já desde o início do movimento revolucionário de 1820 que se pensava no regresso do monarca ao país. Sebastião Cabreira propusera algumas medidas que considerava urgentes de serem tomadas caso o rei regressasse.

<sup>285</sup> *Ibidem*.

político só se veio a definir em 1822<sup>286</sup>. Tornou-se “na figura central da contra-revolução em Portugal, na qual seu filho, o infante D. Miguel, seria a figura operacional”<sup>287</sup>. Em frente às cortes, Carlota Joaquina demonstra a sua oposição à Revolução de 1820 quando recusa jurar as bases da Constituição de 1822. Esta foi uma das questões que abriu as Cortes Ordinárias em dezembro do mesmo ano. As Cortes foram inclusivamente obrigadas a fazer uma publicação oficial do assunto, de forma a esclarecer a opinião pública<sup>288</sup>. Os liberais quiseram que a rainha fosse para o exílio, mas isso não aconteceu porque a mesma alegou estar doente.

Apesar das Cortes Ordinárias continuarem a trabalhar na construção da nova ordem liberal e constitucional, estavam conscientes do movimento contra-revolucionário. A 1 de fevereiro de 1823, o Secretário de Estado dos Negócios de Guerra, Manuel Gonçalves Miranda, deslocou-se até às cortes e apresentou um relatório sobre os vários acontecimentos. O relatório tinha como objetivo chamar a atenção dos deputados para os «negócios da Europa» e a «necessidade de preparar uma intervenção militar»<sup>289</sup>. O alerta lançado pelo ministro de guerra não foi suficiente para conter a rebelião contra-revolucionária que no dia 23 de fevereiro Manuel da Silveira (Conde de Amarante) iniciara em Vila Real. O Conde de Amarante “reuniu sob o seu comando um grupo de militares descontentes que se propunham acionar, no Norte do País, a revolta contra o governo liberal”<sup>290</sup>. Todas estas ações tiveram consequências. O Governo enviou uma força militar, comandada por Luís do Rego Barreto, que derrotou o Conde de Amarante. Manuel da Silveira, para além de ter visto os seus bens serem confiscados, foi obrigado a refugiar-se em Espanha<sup>291</sup>.

A revolta militar que envolveu o conde de Amarante e o fim do liberalismo em Espanha com a saída das cortes de Madrid (23 de maio de 1823) foram dois dos acontecimentos que abriram caminho a todos aqueles que queriam acabar com a experiência liberal. D. Miguel entra em cena política com a *Vila-Francada*, uma revolta militar bem sucedida que ocupou um lugar fundamental na história política portuguesa

---

<sup>286</sup> Luís Reis Torgal, Isabel Nobre Vargues, “Da Revolução à Contra-revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O Exílio Político”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5, p. 57.

<sup>287</sup> *Ibidem*.

<sup>288</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>289</sup> *Ibidem*.

<sup>290</sup> *Ibidem*.

<sup>291</sup> *Ibidem*.



do século XIX e na própria vida de D. Miguel. Se até aqui Carlota Joaquina era a figura principal da contra-revolução, após a *Vila-Francada*, “esse lugar passa a ser ocupado pelo filho ou é, na melhor das hipóteses, partilhado por ambos”<sup>292</sup>. As forças contra-revolucionárias começavam a ganhar expressão, mas isso não fez com que a experiência liberal terminasse.

O período de 1823 a 1826 foi marcado pelo debate de um projeto de governo liberal e constitucional moderado e a existência de uma significativa oposição. Esse debate “veio traduzir-se na indefinição de uma fórmula de governo monárquico-constitucional ou monárquico-tradicional”<sup>293</sup>. D. João VI afirmava querer uma constituição moderada. As medidas empreendidas no mês de junho de 1823 e o novo ministério nomeado na mesma data mostram a tendência condescendente da política do monarca. Seguem algumas delas:

“... a reintegração da rainha D. Carlota Joaquina e do conde de Amarante; o convite dirigido ao cardeal-patriarca D. Carlos da Cunha para regressar ao País; a libertação dos presos políticos; a fixação dos limites ao poder do infante D. Miguel como comandante chefe do Exército; a criação de uma comissão para censura dos escritos...”<sup>294</sup>.

O movimento contra-revolucionário mais significativo do ano de 1824 foi a *Abrilada* que tinha sido premeditada pelos opositores de D. João VI em outubro de 1823<sup>295</sup>. O acontecimento começou no dia 30 de abril quando D. Miguel, comandante-em-chefe do exército nomeia novos comandos militares e manda prender os ministros, o intendente da polícia e o comandante da Guarda Real da Polícia<sup>296</sup>. Em maio, D. João VI refugia-se no

---

<sup>292</sup> Maria Alexandre Lousada, Maria de Fátima Ferreira, *D. Miguel*, p. 50.

<sup>293</sup> Luís Reis Torgal, Isabel Nobre Vargues, “Da Revolução à Contra-revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O Exílio Político”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5, p. 59.

<sup>294</sup> *Ibidem*.

<sup>295</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>296</sup> Maria Alexandre Lousada, Maria de Fátima Ferreira, *D. Miguel*, p. 75. De entre as várias personalidades civis e militares que foram presas estavam o conde Vila-Flor, Palmela – conde Paraty -, o barão de Rendufe, o barão de Portela, o visconde de Santa Maria, o marquês da Fronteira, o conde da Taipa e muitos outros.

navio britânico *Windsor Castle* e toma várias medidas. Não só destituiu D. Miguel do comando-em-chefe do exército, como também manda libertar aqueles que tinham sido presos e prender todos os que se haviam revoltado. No mesmo mês D. Miguel foi obrigado a embarcar na fragata *Pérola* com destino a França, pondo-se assim fim à sublevação dos miguelistas<sup>297</sup>.

Apesar de D. Miguel já ter sido afastado do país, estava a ser planeado outro movimento contra-revolucionário. Mais uma revolta militar acontecia na cidade de Lisboa, com os mesmos objetivos de sempre: “o assassinato dos ministros de D. João VI, a abdicação do rei e o estabelecimento de uma regência a favor da rainha humilhada”<sup>298</sup>. A revolta contra-revolucionária, que fragilizava cada vez mais o governo, levou D. João VI a determinar a sua sucessão (1825). Além disso, preparou o afastamento de uma eventual regência de D. Carlota Joaquina (decreto de 6 de março de 1826). No seu testamento político deixou ainda bastante clara a questão da regência, “para a qual nomeava a infanta D. Isabel Maria”<sup>299</sup>.

D. João VI morre a 10 de março de 1826 e a situação do país agrava-se ainda mais. O seu filho primogénito, D. Pedro, era o imperador do Brasil e, por isso, considerado um estrangeiro. Ainda assim, foi aclamado rei, mas “abdicou sem demora a favor da filha Maria Glória – uma menina de sete anos – sob a condição de ela casar com o seu tio D. Miguel, ao qual era confiada a regência do reino”<sup>300</sup>. Em Portugal, apesar de muita gente ser contra, a solução foi geralmente aceite. A infanta Isabel Maria faz aclamar D. Maria II e jurar a carta em todo o país, ao mesmo tempo que organizava as eleições para as novas cortes. D. Miguel, que entrou em Lisboa a 22 de fevereiro de 1828, aceitou as condições do irmão, jurou a carta e realizou as esponsais com a sobrinha<sup>301</sup>. Os liberais com uma constituição e um parlamento sentiam-se novamente vitoriosos, ao contrário dos absolutistas que entendiam isso como uma afronta e, por isso, não tardaram a evocar toda a espécie de razões para provar que D. Pedro não tinha direito à Coroa, uma vez que o legítimo herdeiro e soberano era D. Miguel. A 26 de fevereiro D. Miguel jurou a carta

---

<sup>297</sup> Maria Alexandre Lousada, Maria de Fátima Ferreira, *D. Miguel...*, pp. 77-78.

<sup>298</sup> Luís Reis Torgal, Isabel Nobre Vargues, “Da Revolução à Contra-revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O Exílio Político”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5 p. 62.

<sup>299</sup> *Ibidem*.

<sup>300</sup> A.H. de Oliveira Marques, *Breve História de Portugal*, p. 450.

<sup>301</sup> *Ibidem*.

no Palácio da Ajuda, assumiu a regência e nomeou um executivo, que teve como membros mais salientes Luís de Paula Furtado do Rio de Mendonça (Eclesiásticos e Justiça), José António Oliveira Leite de Barros (Reino) e o visconde de Santarém (Estrangeiros)<sup>302</sup>.

A partir do mês de março, os atos de D. Miguel contrariaram as resoluções que haviam sido estabelecidas por D. Pedro. Existiu uma nova mudança no processo político em Portugal que consistiu no regresso ao absolutismo. No mesmo mês a Câmara dos Deputados foi dissolvida e uma junta nomeada para preparar a convocação da antiga assembleia dos três estados do Reino<sup>303</sup>. Entre março de 1828 e agosto de 1831 ocorreram vários movimentos de revolta contra D. Miguel. Em março, um grupo de estudantes liberais assassinaram os professores que se deslocavam de Coimbra para Lisboa com o objetivo de felicitar D. Miguel em nome da universidade. Em maio, aconteceram vários pronunciamentos militares nas cidades de Faro, Porto, Aveiro, Coimbra, que tiveram consequências marcantes. Na cidade do Porto constituiu-se um governo revolucionário (Junta do Porto). A luta liberal desenvolvida pela junta recebeu o apoio de alguns exilados, que vieram de Inglaterra a bordo do navio Belfast<sup>304</sup>. Os miguelistas venceram o conflito e os revolucionários sofreram drásticas consequências<sup>305</sup>. A 9 de janeiro do ano seguinte, dá-se uma importante tentativa de revolta liberal: a designada Revolta do

---

<sup>302</sup> Luís Reis Torgal, Isabel Nobre Vargues, “Da Revolução à Contra-revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O Exílio Político”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5, pp. 64-65.

<sup>303</sup> A reunião dos três estados realizou-se em Lisboa entre 23 e 25 de junho para a aclamação do infante como rei absoluto. Consultar Luís Reis Torgal, Isabel Nobre Vargues, “Da Revolução à Contra-revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O Exílio Político”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5, p. 65.

<sup>304</sup> Os exilados não se entenderam com os membros da junta revolucionária do Porto e regressaram à Inglaterra antes da grande represália miguelista. O episódio conhecido como a «Belfastada» contribuiu para que em junho de 1828 os liberais se dividissem em dois grupos: Saldanha, Pinto Bizarro e os irmãos Passos contra Palmela, Cândido Xavier e José da Silva Carvalho. Pouco tempo depois chegaram a Inglaterra o grupo de voluntários académicos derrotados pelos absolutistas e que tinham apoiado a revolução do Porto. Quando chegaram a Plymouth formaram o «Depósito de Plymouth» que era o núcleo de oposição crítica dirigido sobretudo contra a administração do «depósito» de exilados a cargo de Palmela e Cândido José Xavier, “a quem imputavam uma distribuição injusta de subsídios e a falta de meios e outros planos de ação”. Consultar Luís Reis Torgal, Isabel Nobre Vargues, “Da Revolução à Contra-revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O Exílio Político”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5 p. 70.

<sup>305</sup> Criaram-se tribunais especiais (alçadas) onde os revolucionários eram julgados e condenados à morte. Consultar Luís Reis Torgal, Isabel Nobre Vargues, “Da Revolução à Contra-revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O Exílio Político”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5, p. 66.

Brigadeiro Moreira. O objetivo era afastar D. Miguel da regência e entregá-la à infanta D. Isabel. Em fevereiro e agosto de 1831 também aconteceram significativas rebeliões que, apesar de tudo, acabaram por revelar a grande fragilidade política do governo miguelista<sup>306</sup>.

A ação de repressão feita pelo governo de D. Miguel aos liberais que ficaram em Portugal “traduziu-se essencialmente em inúmeros homizios, prisões e condenações á morte por fuzilamento e enforcamento”<sup>307</sup>. As prisões espalhadas pelas várias localidades do país estavam sobrelotadas e muitos dos presos aí permaneceram desde 1828 a 1834 em péssimas condições. Para além das prisões, outra característica que marcou o governo miguelista foi a “criação de uma importante rede de espionagem, não só no país como também no estrangeiro, exercendo uma efetiva vigilância sobre os passos dos exilados”<sup>308</sup>. Apenas a Espanha, o Vaticano e os Estados Unidos se mostravam favoráveis à atuação política de D. Miguel. Já a Inglaterra e a França discutiam a «questão portuguesa» nos anos de 1820 a 1830, “dando um apoio mais perceptível a D. Pedro e sua filha, D. Maria, sobretudo após a revolução francesa de Julho de 1830”<sup>309</sup>.

Apesar de não ser muito abordado pelos diversos historiadores, o Algarve foi palco de vários conflitos entre liberais e absolutistas. No dia 8 de outubro de 1826, o Regimento de Infantaria nº4, oriundo de Castro Marim, proclama o infante D. Miguel como Rei Absoluto. Formaram uma Junta Provisória do Governo do Algarve que estava em harmonia política com os revoltosos do Marquês de Chaves (António da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira)<sup>310</sup>. Embora se tivessem apoderado de todo o sotavento algarvio, “o certo é que barlavento opôs-se às pretensões dos miguelistas cindindo-se a região entre

---

<sup>306</sup> *Ibidem*.

<sup>307</sup> *Ibidem*.

<sup>308</sup> *Ibidem*.

<sup>309</sup> *Ibidem*. Tal como é referido por Luís Torgal e Isabel Vargues, a política miguelista entre 1828 e 1830 “centrou-se sobretudo numa ação de justificação interna e externa e no exercício de um importante movimento ideológico de combate ao liberalismo”<sup>309</sup>. A atuação diplomática do governo absolutista fora do país tornou-se nula, pois os ideais defendidos na época eram contrários à política de D. Miguel. Consultar Luís Reis Torgal, Isabel Nobre Vargues, “Da Revolução à Contra-revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O Exílio Político”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5, p. 67.

<sup>310</sup> José Carlos Vilhena Mesquita, “A instauração do Liberalismo em Portugal numa visão global socioeconómica – A participação do Algarve”, in *Estudos 1*, p. 40.

os dois partidos beligerantes”<sup>311</sup>. Diz-nos Vilhena Mesquita que a explicação para este rápido desaire dos absolutistas residiu “na escassa adesão das autoridades políticas-administrativas, à qual se deve acrescentar os fracassos militares do Marquês de Chaves e do general Magessi”<sup>312</sup>. D. Miguel, como vimos anteriormente, aceitou as condições de D. Pedro, mas a política de paz depressa se desvaneceu<sup>313</sup>.

Seguindo o exemplo do que acontecera no Norte, o Algarve, no dia 25 de maio de 1828, “pegaria em armas contra o usurpador”<sup>314</sup>. A revolta foi preparada pelos oficiais do Regimento de Infantaria nº2, com sede em Lagos, mas que pontualmente estava aquartelado em Tavira. Na cidade de Lagos, “uma denúncia fez abortar o pronunciamento que, não obstante, em Tavira surtiu pleno efeito, aclamando-se a carta e a rainha D. Maria II”<sup>315</sup>. O Regimento de Artilharia nº2 (Faro) contrariou o plano revolucionário e não apoiou a revolução. Dois dias depois, os pedristas foram derrotados num feroz combate às portas de Faro<sup>316</sup>.

As rebeliões militares de 1826 e 1828 foram esmagadas. O mesmo não aconteceu no dia 24 de junho de 1833, com o desembarque das tropas do Duque da Terceira que, “praticamente sem qualquer oposição, submeteram esta província, derrotaram a tropa miguelista na batalha do Cabo de S. Vicente e marcharam vitoriosos para Lisboa, onde

---

<sup>311</sup> José Carlos Vilhena Mesquita, “Loulé no contexto político e socioeconómico das lutas liberais”, in *Atas do I Encontro de História de Loulé*, p. 210. Sobre o mesmo tema temos também as seguintes obras: José Carlos Vilhena Mesquita, *Silves no processo histórico do Liberalismo português*, II Jornadas de Silves, 1993; Idem, *A Revolução de Tavira em 1826*, in *Actas das IV Jornadas de História de Tavira*, 2003; Idem, “O Remexido e a resistência miguelista no Algarve”, in *Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, 2009; Idem, Aurélio Nuno dos Santos Cabrita, *A HISTÓRIA DE UMA ALDEIA: S.B. DE MESSINES, Dos alvares do Liberalismo ao 5 de Outubro de 1910*, 2016.

<sup>312</sup> *Ibidem*. António Tavares Magessi (1771-1843) foi um dos mais importantes apoiantes do governo miguelista até terminar a Guerra Civil Portuguesa.

<sup>313</sup> A ação de repressão desencadeada por D. Miguel “traduziu-se essencialmente em inúmeros homizios, prisões e condenações à morte por fuzilamento e enforcamento”. Muitos presos permaneceram nas cadeias desde 1828 a 1834 em condições lastimáveis. Para além das prisões, outro aspeto que caracterizou a época dos miguelistas foi a criação de uma rede de espionagem que exercia uma “efetiva vigilância sobre os passos dos exilados”. Consultar Luís Reis Torgal, Isabel Nobre Vargues, “Da Revolução à Contra-revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O Exílio Político”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5, p. 66.

<sup>314</sup> *Ibidem*, p. 211.

<sup>315</sup> *Ibidem*.

<sup>316</sup> *Ibidem*.

entraram triunfalmente no glorioso dia 24 de junho”<sup>317</sup>. As duas revoltas algarvias em defesa da implantação do sistema constitucional, comprovam que a região não era alheia aos problemas nacionais, muito pelo contrário. A evolução dos factos, “confere-lhe uma especial singularidade no dirimir geopolítico dos conflitos, comprovando-se não só a sua atenção aos problemas do país como também a sua efervescente atividade partidária”<sup>318</sup>.

Sobre o papel de Sebastião Martins Mestre nas Guerras Liberais muito pouco se sabe. Para não termos uma análise demasiado incompleta, neste trabalho decidimos centrar a nossa atenção no período em que Mestre foi governador de Vila Real de Santo António. Como já pudemos constatar, vários autores abordaram esta fase da vida do nosso biografado, mas a verdade é que todos eles basearam a sua análise no discurso de Ataíde Oliveira presente na Monografia do Concelho de VRSA. No capítulo que se segue também tivemos, claro, em consideração aquilo que é dito pelo autor da Monografia, mas a nossa análise não se restringiu a essa informação.

### **3.2. O governo em Vila Real de Santo António e a sua morte**

Tinha ficado para trás a guerra e estávamos agora num período de mudança, pois as ideias reformistas que pairavam na Europa tinham chegado ao nosso país. Depois de ter sido promulgada a Constituição de 1822, as câmaras municipais sujeitaram-se pela primeira vez ao escrutínio para eleição da sua administração. Todos os autores concordam quando dizem que Mestre nesta altura era um liberal que na Praça da Ribeira (Tavira) demonstrou o seu grande apoio à Constituição. Era, pois, uma figura de grande relevo para a população graças à sua intervenção nas Guerras Peninsulares e, por essa razão, quando se candidatou para ser o primeiro presidente liberal do município de Tavira,

---

<sup>317</sup> José Carlos Vilhena Mesquita, “A instauração do Liberalismo em Portugal numa visão global socioeconómica...”, p. 42. A vitória de 24 de junho, para além do efetivo valor bélico, teve naturalmente um grande impacto psicológico, pois tal como nos diz Luís Reis Torgal, “elevou a moral das tropas liberais, provocou deserções nas fileiras miguelistas e suscitou o desencadeamento das revoltas e guerrilhas antiabsolutistas em vários locais”. Consultar Luís Reis Torgal, Isabel Nobre Vargues, “Da Revolução à Contra-revolução...”, p. 79.

<sup>318</sup> José Carlos Vilhena Mesquita, “Loulé no contexto político e socioeconómico das lutas liberais” ..., p. 212.

venceu as eleições. Tomou posse do cargo a 14 de outubro de 1822<sup>319</sup>. Martins Mestre foi presidente durante pouco tempo, pois é obrigado a abandonar as suas funções após um levantamento militar de inspiração absolutista que tentou mudar a situação política do país. Depois de Tavira, foi nomeado governador de Vila Real de Santo António.

Ofir Chagas afirma que Sebastião Martins Mestre foi nomeado governador a 6 de fevereiro de 1824. Não sabemos se é a data certa, mas a verdade é que a 1 de janeiro do mesmo ano Mestre ainda assinava como governador interino. Com este cargo exercia funções de grande relevância, como pudemos verificar em algumas fontes documentais. Uma delas data de 23 de agosto de 1823 e corresponde a um ofício de Sebastião Martins Mestre para o Conde de Barbacena a remeter ofícios (cópias) de Alexandre Evaristo de Lemos (comandante da Marinha das forças ancoradas na Foz do Guadiana), e do comandante da Marinha das forças ancoradas em São Lucas de Barrameda, onde se fala da libertação de Fernando VII de Espanha, de armamento e embarcações:

“Em Cádiz se acham armadas para cima de cem Cantoneiras Hespanholas, e algumas embarcações, sendo as maiores duas fragatas, e que se acham mui bem fortificadas, e com mantimentos para dois anos...”<sup>320</sup>

Do dia 27 de agosto do mesmo ano temos outro documento, mas que desta vez fala sobre a disciplina dos militares da Praça de Vila Real de Santo António:

“... Sendo um dos meus primeiros deveres por a coberto os habitantes desta Praça de qualquer indulto contra a Segurança pessoal e de Suas propriedades, e não me sendo possível

---

<sup>319</sup> Arnaldo Casimiro Anica, *Tavira e o seu termo*, p. 139.

<sup>320</sup> AHM, *Ofício de Sebastião Martins Mestre para o conde de Barbacena Francisco a remeter ofícios (cópias) de Alexandre Evaristo de Lemos, comandante das forças marítimas ancoradas na Foz do Guadiana, e do comandante da Marinha das forças ancoradas em São Lucas de Barrameda, em que informam da quantidade de armamento e embarcações presentes em Cádiz e da libertação de Fernando VII, rei de Espanha*, PT/AHM/DIV/1/18/092/10 [23/08/1823].

preencher este dever sem a coadjuvação de Vossas Excelências como mais imediatos representantes deste Povo, rogo portanto a Vossas Excelências se dignem informar-me no tempo do meu Comando nesta Praça, que teve principio em 15 do Corrente, algum Soldado ou outro individuo desta Guarnição tem perpetuado algum insulto, ou roubo nas propriedades dos habitantes e Lavradores deste distrito, para eu entrar na mais escrupulosa averiguação, a fim de serem castigados ou culpados...”<sup>321</sup>

Sebastião Martins Mestre, já como governador de Vila Real de Santo António, demonstrou ser um grande adepto do miguelismo e, segundo alguns autores, é possível que tenha feito parte da sublevação de 1826 do Regimento de Infantaria 14 de Tavira, que em conjunto com os Caçadores 4 de Mértola, organizaram um Governo Provisório em nome de D. Miguel. Segundo Ofir Chaves, a participação de Mestre nesse acontecimento fez com este se exilasse, possivelmente em Espanha, “pois é conhecida uma sentença do Juiz de Ordenações de Vila Real de Santo António, arrematando por 3 anos os rendimentos das fazendas *sequestradas ao prófugo Sebastião Martins Mestre*”<sup>322</sup>. Ainda de acordo com o mesmo autor, só depois de D. Miguel regressar a Lisboa para jurar a Carta Constitucional e casar com a sobrinha D. Maria da Glória é que Martins Mestre regressa ao cargo de governador de Vila Real de Santo António<sup>323</sup>.

A verdade é que o seu governo na cidade iluminista ficou inevitavelmente associado às perseguições feitas aos liberais. A obra que mais nos fala sobre esse assunto é a *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António* de Ataíde Oliveira. Segundo o autor, Martins Mestre acabou por se tornar num “cacique odiento às ordens de D. Miguel”<sup>324</sup>, revelando ser “cruel e ambicioso em extremo”<sup>325</sup>. De acordo com Ataíde Oliveira, o governo de Mestre foi marcado pelas perseguições às personalidades mais notórias que se opunham à presença dos absolutistas. José da Encarnação Almeida,

---

<sup>321</sup> AHM, *Ofícios da Câmara de Vila Real de Santo António para Sebastião Martins Mestre sobre a disciplina dos militares desta praça*, PT/AHM/DIV/1/18/083/51 [27/08/1823].

<sup>322</sup> Ofir Chagas, *Algarve e Algarvios*, p.86.

<sup>323</sup> *Ibidem*.

<sup>324</sup> Ataíde Oliveira, *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António*, p. 223.

<sup>325</sup> *Ibidem*.



pároco da vila, foi uma das vítimas que acabou por ser presa na cadeia do Limoeiro, em Lisboa. Também a família Pessanha, bastante conceituada em Vila Real, foi castigada:

“Sebastião Martins Mestre armou barraca de campanha contra esta família, perseguindo-a por todas as formas. Não satisfeito em persegui-la nos seus bens, consentindo ou autorizando a rapinagem dos cereais armazenados nos seus depósitos, e o roubo dos gados, moveu um processo desalmado contra dois dos seus membros – Francisco Friz Pessanha e António Friz Pessanha – processo que terminou com a condenação à pena de morte”<sup>326</sup>.

No dia 24 de junho de 1833, desembarcaram na praia da Mantarrota as tropas liberais ao comando do Duque da Terceira e não “tardaram os confrontos entre o governador de Vila Real de Santo António e os constitucionalistas, que acabaram por derrubar o poder local absolutista”<sup>327</sup>. Atente-se ao extrato oficial das operações da expedição comandadas pelo Duque da Terceira onde o mesmo refere os dias que foram necessários, contados desde o momento de desembarque da divisão do Algarve, para a província ficar livre:

“Assim em seis dias, contados do momento de desembarque da divisão do Algarve, esta província estava livre dos rebeldes, o governo intruso tinha sido abjurado por todas as povoações; grande número de oficiais e soldados, especialmente de artilheria, serviam já nas nossas fileiras; todas as baterias da costa e suas munições, todo o material de guerra da província tinha caído em nosso poder; e toda a força dos opressores tinha sido arrojada além da serra de Monchique e Caldeirão”<sup>328</sup>.

---

<sup>326</sup> *Ibidem*, p. 224.

<sup>327</sup> Fernando Pessanha, "O Concelho de Vila Real de Santo António e as Guerras Liberais", in *Subsídios para a História do Baixo Guadiana e dos Algarves Daquém e Dalém-mar*, p. 85.

<sup>328</sup> Simão José da Luz Soriano, *História da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal*, p. 537.

Com a vitória dos liberais, Martins Mestre foi chamado a responder pelo seu comportamento. Foi preso na cadeia de Vila Real até que pudesse ser julgado em Lisboa. Conta-nos Ataíde Oliveira que a cadeia foi reforçada com um guarda militar, não fosse o povo querer fazer justiça pelas próprias mãos. O preso deveria ser colocado no barco sem que ninguém se apercebesse, mas o delineado plano não correu bem e o que mais se temia acabou por acontecer. Numa noite, o ex-governador ao sair da cadeia foi atacado ferozmente:

“Ao dobrar uma esquina, saiu de um portal um vulto, que de um salto caiu sobre o preso, dando-lhe profunda punhalada. O preso ainda deu alguns passos, indo cair morto em frente à porta da casa, hoje habitada pela viúva de João Nené”<sup>329</sup>.

Diz-nos Ataíde Oliveira que muitos boatos correram sobre quem teria sido o assassino. A ser verdade todos os crimes cometidos por Mestre, era normal que várias pessoas se quisessem vingar. Mais tarde veio a saber-se que o assassino foi José da Cruz Azevedo, familiar do pároco José da Encarnação Almeida:

“José da Cruz Azevedo tinha a alma repassada de dor pela morte recente do seu cunhado, que exalara o seu último suspiro por motivo de perseguições contínuas e violentas do infame governador...”<sup>330</sup>.

A Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António é, sem dúvida, uma obra que temos de ter em consideração quando queremos falar do governo de Sebastião Martins Mestre em Vila Real. A forma como Ataíde Oliveira expõe as suas ideias é cheia de convicção, parece até que viveu naquela época e que presenciou os acontecimentos. Como já foi dito antes de iniciar o capítulo, alguns dos historiadores que escreveram sobre

---

<sup>329</sup> Ataíde Oliveira, *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António*, p.226.

<sup>330</sup> *Ibidem*, p. 227.

Martins Mestre acabaram por se basear (algumas vezes copiar) aquilo que foi dito pelo autor, sendo que nunca se questionaram se alguns dos relatos podiam ou não ser exagerados. Isto não quer dizer que as informações dadas por Ataíde Oliveira sejam falsas, mas não estão documentadas, logo, podem ser reflexos de opiniões partidárias que levam facilmente ao exagero e distorção. Face ao exposto, devemos apenas levar em conta os relatos que podem ser corroborados por outras fontes.

Uma das informações que pode ser corroborada diz respeito à morte de Sebastião Martins Mestre. A verdade é que a maioria dos autores fala da versão presente na Monografia de VRSA, mas nenhum deles parece concordar com tamanho ato de vingança, nem mesmo Ataíde Oliveira. O autor critica José da Cruz Azevedo dizendo que, apesar de tudo, cometeu um erro, pois a “ninguém é permitido fazer justiça por suas próprias mãos”<sup>331</sup>. Deixa ainda claro que o crime não foi responsabilidade dos liberais, mas sim de um homem “aflito e desorientado”<sup>332</sup> pela morte de alguém que tanto estimava. Num dos estudos de Adérito Vaz ficamos a conhecer uma versão que não está de acordo com aquilo que nos é dito por Ataíde Oliveira, pois defende que Mestre foi preso e morto na cidade de Tavira e não na vila pombalina:

“O ex governador de Vila Real de Santo António fora arrastado da prisão de Tavira e morto à saída, chegando os assassinos a despedaçarem-lhe o corpo em quatro partes e regarem as ruas da vila com sangue da vítima”<sup>333</sup>.

Não nos parece que essa versão seja correta, uma vez que Martins Mestre era governador em Vila Real de Santo António e fazia todo o sentido que fosse preso e morto nessa cidade. Além disso, o seu próprio neto, Estácio da Veiga, afirmou em forma de poema que o avô morreu de um ataque com um punhal, tal como podemos ver de seguida:

---

<sup>331</sup> Ataíde Oliveira, *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António*, p.228.

<sup>332</sup> *Ibidem*, p. 229.

<sup>333</sup> Segundo o autor, essa versão foi tirada do jornal miguelista O Eco de 24 de Março de 1836. Consultar Adérito Fernandes Vaz, *Quem foi Sebastião Martins Mestre na História do Sotavento Algarvio?*, Separata de A Voz de Olhão, pp. 6-7.

- Aniversário do assassinio do meu prezado Avô –

“Quem poderá do mal aparelhado  
Livrar-se sem perigo sabiamente  
Se lá de cima a Guarda soberana  
Não acudir à fraca força humana?

Carinhoso Avô quanto hoje lamento  
Este dia de luto e desgraçado:  
Urdido pela vil gente e vil fado –  
Por malvados que são meus tormentos.

Ficou sem vida o bravo militante  
Mas seu nome será p´ra sempre ilustre  
Por ter sempre nas guerras tido lustre –  
Por ganhar honra fama e luz brilhante.

Oh Céus! Guarda o santo e bravo Luso  
Já que os homens... da terra opaca e escura  
Com agudo punhal na mão perjura  
A vida lhe roubaram por abuso<sup>334</sup>”.

---

<sup>334</sup> Sebastião Filipes Estácio Martins da Veiga, *Poesias (ou banalidades poéticas)*, 15ª poesia.

Felizmente chegaram até nós alguns documentos que nos dão conta dos últimos anos do governo de Mestre em Vila Real. De 1830 a 1832, sabemos que trocou correspondências com o Marquês de Tancos para falar do governo de Vila Real de Santo António e da ordem pública<sup>335</sup>. No ano de 1833, Martins Mestre era informado pelo governador interino das Armas do Algarve (António José Vaz Velho) sobre os movimentos e operações contra os rebeldes, pessoal e disciplina. Vaz Velho, numa correspondência de 3 de agosto solicitou a ajuda de Mestre e pediu-lhe que enviasse um pequeno destacamento para Tavira, pois não tinha tropa sequer para fazer a ronda:

“A notícia da chegada de Vossa Senhoria a essa vila deu uma satisfatória alegria a esta cidade: aqui estou arvorado em governador de Tavira bom ou mau pesar, mas os homens fizeram-se para as ocasiões, e não as ocasiões para os homens. Rogo a Vossa Excelência que comunique o progresso das suas operações que desejarei seja feliz. Também lhe rogo, sendo policial, que mande para aqui um pequeno destacamento que pode fazer parte da sua guarda avançada, a fim de conservar nessa cidade o sossego público, para o que não tenho mais que veteranos velhos: há 5 noites, que faço eu mesmo a ronda juntamente com o vereador e o juiz dos órfãos com nossos criados; porque as ordenanças até já não obedecem enfim está Tavira em uma perfeita anarquia...”<sup>336</sup>.

A 12 de agosto do mesmo ano ficamos a saber pelo governador *interino* das armas que Martins Mestre se encontrava doente, tendo por isso pedido a dispensa do comando das forças de operação contra o inimigo. É evidente o apreço que Vaz Velho tinha por Mestre. Para além de se ter mostrado preocupado com o seu estado de saúde, revelou

---

<sup>335</sup> AHM, *Correspondência do tenente-coronel Sebastião Martins Mestre para o marquês de Tancos sobre as bocas de fogo da praça de Vila Real de Santo António, ordem pública e espanhóis*, PT/AHM/DIV/1/20/114/51 [1830, Setembro, 17 - 1832, Novembro, 1].

<sup>336</sup> AHM, *Correspondência do tenente-coronel Sebastião Martins Mestre, governador das Armas de Trás-os-Montes, para o Ministro da Guerra sobre embarcações, informações dos movimentos dos rebeldes e operações*, PT/AHM/DIV/1/20/096/08 [5-19/08 (1833)].

também a grande consideração que tinha pelo seu trabalho, como podemos comprovar na transcrição que se segue:

“Recebi os dois Offícios de Vossa Senhoria do 11 do corrente, que me sensibilizarão não só pela moléstia de Vossa Senhoria, como pela falta que me faz no Comando das Forças de Operação contra o inimigo: mas eu não o dispenso, no caso que melhore, de ajudar ao Major Camacho, pois se faz ali assaz necessário...”<sup>337</sup>.

Não sabemos a gravidade do problema de saúde de Martins Mestre, sabemos é que, apesar de tudo, nunca descurou a defesa da cidade onde era governador. Se olharmos atentamente para a correspondência que trocou com o Ministro de Guerra, vemos que se preocupava efetivamente com tudo aquilo que punha em causa a segurança e integridade de Vila Real. Mestre enviava sempre informações sobre as operações, os movimentos dos inimigos e solicitava auxílio quando fosse necessário. No dia 6 de agosto pediu ao Ministro de Guerra que lhe enviasse “alguma força”, pois restava-lhe apenas o Batalhão de Mértola que estava a guarnecer Castro Marim e Vila Real. Na correspondência, Mestre deixa bem claro que, apesar das dificuldades, não abandonaria esses “dois importantes pontos” sem antes receber ordens superiores<sup>338</sup>.

Sabemos que nos meses de fevereiro e março de 1834 o Algarve passou por algumas dificuldades associadas, em grande parte, à falta de material de guerra para enfrentar o inimigo. Na correspondência do marechal-de-campo António Joaquim Bandeira e de Sebastião Martins Mestre para João Honorato Rolim verificamos que o cartuchame (material de guerra que fazia com que as bocas de fogo explodissem) era bastante

---

<sup>337</sup> AHM, *Correspondência de António José Vaz Velho, governador interino das Armas do Algarve, para Sebastião Martins Mestre sobre movimentos e operações contra os rebeldes, pessoal e disciplina*, PT/AHM/DIV/1/20/096/12 [10-12/08 (1833)].

<sup>338</sup> AHM, *Correspondência do tenente-coronel Sebastião Martins Mestre, governador das Armas de Trás-os-Montes, para o Ministro da Guerra sobre embarcações, informações dos movimentos dos rebeldes e operações*, PT/AHM/DIV/1/20/096/08 [5-19/08 (1833)]. Neste documento, a assinatura de Martins Mestre está bastante trémula e diferente do habitual, pois nesta altura já se encontraria doente.

requisitado. O pedido foi escutado, mas em vez de cartuchame enviaram pólvora em quantidades que não eram suficientes, pois tal como disse Joaquim Bandeira numa das correspondências que enviou a Honorato Rolim, consumia-se muita pólvora “por causa dos frequentes combates que há com os Rebeldes que quase todos os dias estão saindo dos portos que ocupam”<sup>339</sup>. Diz ainda que não sendo possível arranjar cartuchame, que se enviasse, no mínimo, uma porção de chumbo para que pudessem ser eles mesmos a prepará-lo.

Centrando agora a nossa atenção nas baterias, são várias as correspondências em que Martins Mestre afirma o papel de destaque que estas tinham, sobretudo em tempos de guerra. Felizmente temos acesso a algumas fontes cartográficas que nos dão informações sobre a geoestratégia militar da vila. A cartografia de Eusébio de Sousa Soares e Baltazar Azevedo Coutinho em conjunto com outra documentação manuscrita são efetivamente relevantes, pois delas podemos tirar várias informações. Vejamos alguns exemplos nas páginas a seguir.

---

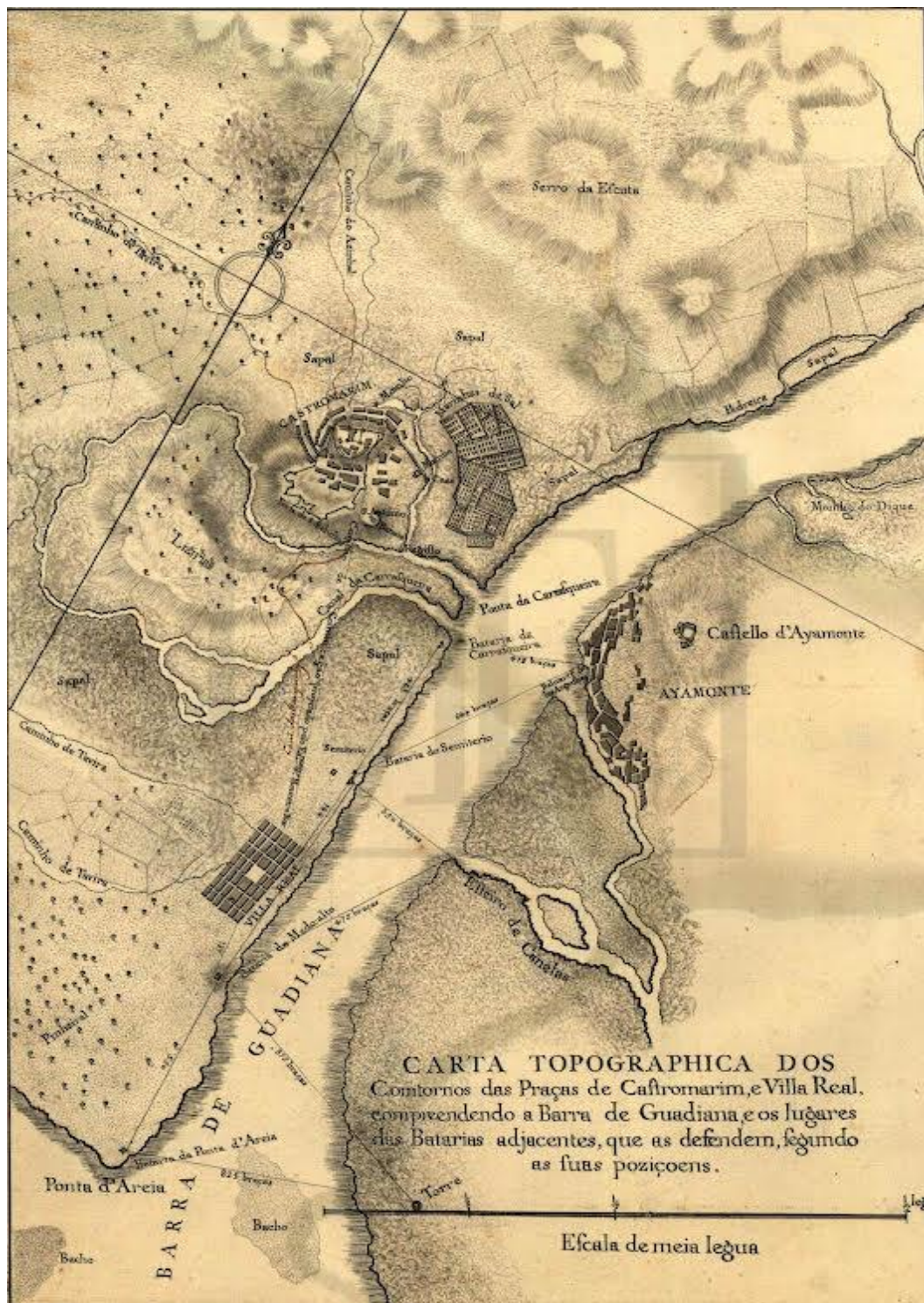
<sup>339</sup> AHM, *Correspondência do marechal-de-campo António Joaquim Bandeira, do Governo de Armas do Algarve, e do marechal-de-campo Sebastião Martins Mestre, do Governo de Armas do Algarve, para João Honorato Rolim requisitando munições para as operações contra os rebeldes*, PT/AHM/DIV/1/20/096/13 [22/02 – 06/03 (1834)].



Gravura **PLANO GERAL DO TERRENO PROXIMO AO RIO GUADIANA, Compreendendo a Praça DE VILLA REAL, E suas Baterias adjacentes, e a Praça DE CASTRO MARIM, Eusébio de Sousa Soares, [Séc. XVIII], I.P.C.C.**

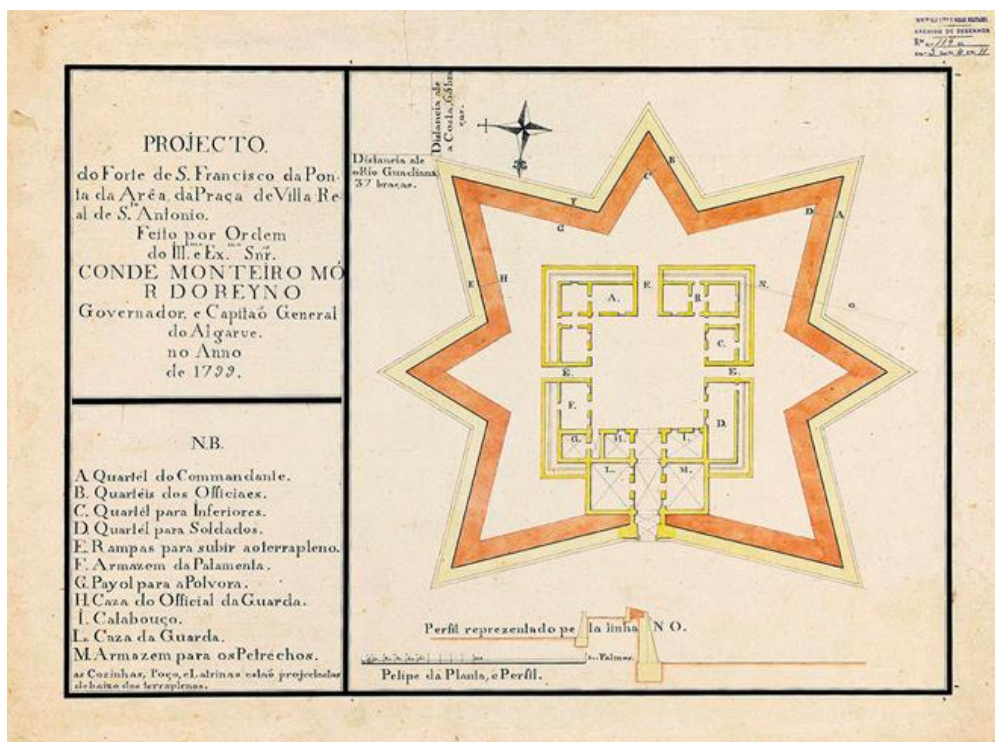
*Plano geral do terreno próximo ao rio Guadiana compreendendo a praça de Villa Real e suas baterias adjacentes, e a praça de Castro Marim, por Euzébio de Souza Soares, Capitão do Real Corpo de Engenheiros. I.G.P., Catálogo de Cartografia Antiga, Nº 256.*



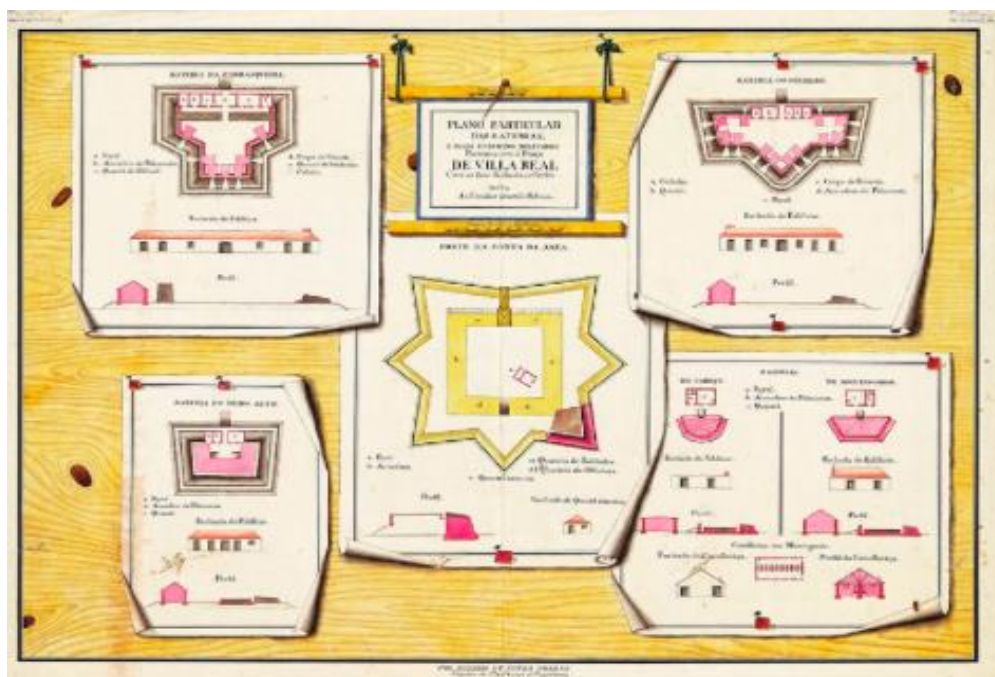


*Carta topographica dos comtornos das praças de Castromarim, e Villa Real, comprehendendo a Barra de Guadiana, e os lugares das batarrias adjacentes, que as defendem, segundso as suas pozicoens, de Baltazar de Azevedo Coutinho (1798). A.N.T.T., Colecção Cartográfica, Nº 211.*





Projeto do Forte de S. Francisco da Ponta da Arêa da praça de Villa Real de Sto. Antonio, feito por ordem do Illm.o e Exm.o Snr. Conde Monteiro Mór do Reyno, Governador e Capitão General do Algarve, no anno de 1799. (GEAEM/DIE, 119-2A-26A-38). Documento publicado por Fernando Pessanha, “Cartografia militar de Eusébio de Sousa Soares sobre Vila Real de Santo António”, *Jornal do Algarve*, 28 de Maio de 2021. Disponível em: <https://jornaldoalgarve.pt/cartografia-militar-de-eusebio-de-sousa-soares-sobre-vila-real-de-santo-antonio/>.



Plano particular das baterias e mais edificios militares pertencentes à praça de Villa Real com as suas fachadas e perfis (...) por Euzébio de Souza Soares, Capitão do Real Corpo de Engenheiros. (GEAEM/DIE, 118-2A-26A-38) Documento publicado por Fernando Pessanha, “Cartografia militar de Eusébio de Sousa Soares sobre Vila Real de Santo António”, *Jornal do Algarve*, 28 de Maio de 2021. Disponível em: <https://jornaldoalgarve.pt/cartografia-militar-de-eusebio-de-sousa-soares-sobre-vila-real-de-santo-antonio/>.

Seria interessante saber a razão pela qual Sebastião Martins Mestre se tornou um apoiante do absolutismo, mas o que podemos apenas fazer é apresentar algumas hipóteses. Adérito Vaz afirma que a mudança de ideologia pode ter estado relacionada com o facto de nunca ter sido um verdadeiro liberal, uma vez que o liberalismo tinha nascido da revolução francesa e Mestre esteve sempre ligado às influências da Inglaterra que era, na altura, uma grande adversária da França<sup>340</sup>. Conseguimos perceber a perspectiva do autor, mas não nos podemos esquecer que a Inglaterra também era liberal, embora o seu liberalismo diferisse do francês. Além disso, o governo inglês nunca reconheceu o governo de D. Miguel.

Em primeiro lugar, importa ter em consideração as pessoas com quem trocou correspondências e ofícios, pois poderão ter influenciado a sua ideologia. Podemos destacar quatro personalidades: D. Miguel Pereira Forjaz, Conde de Suberra, Conde de Barbacena, António José Vaz Velho e Marquês de Tancos.

D. Miguel Pereira Forjaz (1769-1827), tal como Sebastião Martins Mestre, teve funções militares significativas no país. Sabemos que durante a Guerra das Laranjas desempenhava as funções de Ajudante General entre o Tejo e o Guadiana, sob o comando de Gen. Forbes, Comandante das forças entre o Douro e o Guadiana<sup>341</sup>. Em dezembro do mesmo ano foi nomeado Secretário do Conselho Militar, constituído por nove generais portugueses e estrangeiros, dos mais competentes em todas as armas, pelo Ministro da Guerra e dos Estrangeiros D. João de Almeida de Melo e Castro, que presidia ao mesmo<sup>342</sup>. D. Miguel Forjaz, à semelhança de Martins Mestre, prestou serviços fundamentais no período das invasões francesas. Podíamos ficar a falar do militar durante muito tempo, mas não sendo esse o principal objetivo deste capítulo, importa apenas dizer que Mestre não terá sido influenciado por Forjaz, pois este, com a revolução de 1820, colocou-se numa “situação marginal irredutível perante a contenda ideológica que dividia a nação”<sup>343</sup>.

---

<sup>340</sup> Adérito Fernandes Vaz, *Quem foi Sebastião Martins Mestre na História do Sotavento Algarvio?*, Separata de A Voz de Olhão, pp. 5-6

<sup>341</sup> João Jorge Botelho Vieira Borges, *D. Miguel Pereira Forjaz (1769-1827)*, p.23.

<sup>342</sup> *Ibidem*.

<sup>343</sup> *Ibidem*, p. 28.

O percurso de vida de Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real (1762-1832), Conde de Suberra, em alguns aspetos, também se assemelha ao de Martins Mestre. Ambos começaram por ser militares e depois se tornaram políticos. O que mais importa destacar é o facto de também existirem dúvidas em relação à ideologia de Pamplona. Sabemos que “ocupou lugares políticos proeminentes”<sup>344</sup>. Foi Primeiro-ministro e ministro de várias pastas de D. João VI, deputado às Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes (1821-1822), foi elevado à condição de par do Reino e Conde de Suberra, membro do Conselho de Estado, e foi também o Encarregado de negócios de Madrid<sup>345</sup>. Durante a 1ª Invasão Francesa (1807), Pamplona, juntamente com Gomes Freire e Alorna, foram considerados para ocupar os três postos cimeiros da Legião Portuguesa, “organizada por Junot por ordem direta de Napoleão, para ser enviada para França e assim reforçar os exércitos imperiais e desguarnecer a defesa de Portugal”<sup>346</sup>. De acordo com o próprio Pamplona, ele tinha aceite as funções e responsabilidades “apenas para o cumprimento de ordens, durante a Regência que então governava Portugal, na ausência de D. João VI, e também sob coação”<sup>347</sup>. Pode, claro, ter alegado coação em defesa da sua inocência, mas é certo que cumpriu todas as suas missões “com elevado zelo, convicção e dedicação, e com reconhecimento das hierarquias”<sup>348</sup>.

Depois de uma vida dedicada à carreira militar, Pamplona, tal como o nosso biografado, “iniciou com idade provecta a sua prestação como homem político”<sup>349</sup>. Como já foi dito, não é fácil perceber a sua ideologia. Pamplona esteve ao lado de D. Miguel em vários acontecimentos marcantes, sendo um deles a Vila-Francada. No dia 1 de Junho de 1823 tomou posse o 1º governo do Regime Joanino, presidido por Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real, na qualidade de Ministro Assistente ao Despacho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, e Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Guerra<sup>350</sup>. A partir do novo golpe Miguelista, a Abrilada, a sua fortuna política começou a decair. Para evitar ser preso pelos golpistas refugiou-se num barco fundeado no Tejo. Após regressar do seu exílio em França, em 1828, apresenta o seu

---

<sup>344</sup> Rui Mora, *O General Pamplona Côrte-Real Barão de Pamplona e Conde de Suberra (1762-1832)*. “Ser ou não ser (Liberal), eis a questão”, p. 210.

<sup>345</sup> *Ibidem*.

<sup>346</sup> *Ibidem*, p. 221.

<sup>347</sup> *Ibidem*

<sup>348</sup> *Ibidem*, p. 222.

<sup>349</sup> *Ibidem*, p. 247.

<sup>350</sup> *Ibidem*, p. 250.

apoio a D. Miguel, mas este não o perdoa e Pamplona acaba por ser preso, no dia 14 de Junho do mesmo ano<sup>351</sup>. Pamplona chegou ao fim da sua vida consciente das opiniões que existiam sobre ele. Vejamos o que nos diz numa das memórias que escreveu:

*Achei-me em huma posição tão extraordinária, que desde 1821 e principalmente desde 1823 os liberais não me pouparam as imputações de servil, cruel e déspota e os realistas absolutos as denominações de liberal e mesmo de jacobino e de negro*<sup>352</sup>.

Sebastião Martins Mestre, dedicou os últimos anos da sua vida à causa miguelista e, por isso, foi morto por um liberal que o odiava. Pamplona Corte Real chegou ao fim da sua vida nas insalubres masmorras do período de D. Miguel e consciente de que todos os partidos o repudiavam. Será que ambos, em algum momento da sua vida, foram verdadeiramente admiradores de um partido? Ou apenas adaptaram as suas atitudes a cada momento histórico?

Francisco Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro (1780-1854), 2º conde de Barbacena, foi quem em 1820 ficou encarregado pelos governadores do reino de comandar as forças que deviam lutar contra a revolução liberal que tinha rebentado no Porto. Este movimento tomou grandes proporções e Barbacena, vendo que nada podia fazer, “pediu a exoneração do comando em que fora investido e recolheu-se à vida privada, conservando-se fora da política até à chegada de D. João VI, em julho de 1821”<sup>353</sup>. Foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros e ocupou o lugar de vereador da rainha até ao dia que D. Carlota Joaquina foi deportada para o Ramalhão. Depois dos sucessos políticos conhecidos pelo nome de Abrilada, a 10 de junho de 1823, Barbacena foi nomeado chefe de estado-maior do infante D. Miguel. Em janeiro de 1825, quando foi exonerado o cargo de ministro de guerra que era da responsabilidade do conde de Suberra, foi Barbacena quem ficou encarregado dessa pasta, “que conservou até 1 de

---

<sup>351</sup> *Ibidem*, p. 254.

<sup>352</sup> Transcrição feita por Rafael Ávila de Azevedo, O conde de Suberra. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, p. 163.

<sup>353</sup> <https://www.arqnet.pt/dicionario/barbacena7v.html>. Consultado a 25/11/2022.

agosto de 1826, em que Saldanha o substituiu, pelo facto de se mostrar pouco afeiçoado à carta Constitucional, que tinha sido jurada no dia antecedente, 31 de julho”<sup>354</sup>.

Por se ter mostrado sempre fiel às causas absolutistas, o conde de Barbacena foi escolhido por D. Miguel, quando rebentou a revolução do Porto de 1828, para chefe de Estado-Maior General. Mais tarde, em vista dos revezes sofridos pelas tropas miguelistas, “quando em julho de 1838 veio para o Porto o general Bourmont, D. Miguel nomeou-o chefe de Estado-Maior General em substituição do conde de Barbacena, a quem conferiu a patente de marechal do Exército”<sup>355</sup>. Quando terminou a campanha, Barbacena pediu a demissão de oficial do exército, mas manteve-se sempre fiel às suas crenças políticas.

O conde de Barbacena e Martins Mestre foram claros apoiantes das ideias miguelistas, mas os seus percursos de vida são distintos em vários aspetos. Apesar de Mestre ter desempenhado um papel fundamental na resistência contra as invasões francesas, quando se aliou ao partido absolutista revelou, tal como nos diz Ataíde Oliveira, ser “cruel e ambicioso em extremo”<sup>356</sup>. A sua imagem ficou inevitavelmente manchada pelas perseguições feitas aos liberais. O conde de Barbacena é visto de forma diferente, ficou ligado à imagem de um distinto fidalgo que “tinha um bondoso e caritativo carácter”<sup>357</sup>, pois grande parte dos seus rendimentos despendi-os em esmolas e atos de benevolência”<sup>358</sup>. Sabemos que a morte do conde de Barbacena foi muito sentida. No seu funeral estiveram todos os homens importantes, sem distinção de partido, “formando um préstito imponente”<sup>359</sup>. Não existe qualquer referência acerca do funeral de Martins Mestre, mas sabemos que foi arrastado pelo povo até ao muro do cemitério, sem qualquer dignidade<sup>360</sup>. A ser verdade todas as atrocidades cometidas pelo nosso biografado, o seu funeral não terá sido semelhante ao do conde de Barbacena. A sua morte foi, certamente, um descanso para muitos daqueles que desejariam ter feito o mesmo que José da Cruz Azevedo.

---

<sup>354</sup> *Ibidem.*

<sup>355</sup> *Ibidem.*

<sup>356</sup> Ataíde Oliveira, *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António*, p. 223.

<sup>357</sup> <https://www.arqnet.pt/dicionario/barbacena7v.html>. Consultado no dia 29/11/2022.

<sup>358</sup> *Ibidem.*

<sup>359</sup> *Ibidem.*

<sup>360</sup> Ataíde Oliveira, *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António*, p. 226.

António José Vaz Velho (1771-1860)<sup>361</sup> estudou matemática em Coimbra, ingressou no exército e foi engenheiro militar, reformado com a patente de coronel. Foi também provedor cosmógrafo da comarca de Tavira, “superintendente do encanamento da Ribeira de Quarteira, cavaleiro da Ordem de Santiago e presidente da Câmara de Tavira em 1845”<sup>362</sup>. Trata-se do neto de Manuel Vaz Velho, um dos “poderosos” do Reino do Algarve que o Marquês de Pombal acusa de ter usurpado a Serra de Tavira, fazendo-se senhor dela<sup>363</sup>. Lembremo-nos que Pombal sempre foi uma figura exaltada pelos liberais e muito pouco estimada pelos absolutistas. Ora, é possível que a família Vaz Velho tenha ficado sentida com as atitudes de Pombal, não sendo de estranhar que o seu neto não fosse adepto do liberalismo. Se lermos as correspondências trocadas entre Martins Mestre e António Vaz Velho percebemos que existia efetivamente uma relação de proximidade, que até pode ter sido iniciada no tempo em que o nosso biografado ocupou o cargo de governador da cidade de Tavira. Não parece descabido pensar que entre ambos poderá ter existido não só uma relação de amizade, mas também uma afinidade ideológica.

O nosso biografado também trocou correspondências com Duarte Manuel de Meneses e Noronha (1775-1833) – 4º Marquês de Tancos. Sobre esta personalidade muito pouco se sabe, a não ser que foi ministro de estado miguelista. É preciso admitir que nas correspondências que Mestre trocou com o Marquês de Tancos e as outras quatro figuras não se fala em preferências ideológicas, mas existe, claro, a possibilidade de os quatro terem influenciado, em algum momento, o pensamento de Mestre.

Martins Mestre poderá ter tido alguma má experiência que o levou a mudar de ideologia. É possível que durante o tempo em que governou Tavira tivesse criado afinidades com alguns absolutistas e ficado influenciado pelas suas opiniões partidárias. Como falámos anteriormente, no dia 8 de outubro de 1826, o Regimento de Infantaria nº14 de Tavira, acolitado pelo Batalhão de Caçadores 4, de Castro Marim, “amotinara-se para sustentar a causa de D. Miguel e ratificar a sua adesão ao regime absolutista”<sup>364</sup>.

---

<sup>361</sup> Não devemos confundir António José Vaz Velho com o José Vaz Velho mencionado no capítulo anterior. Este último era um adepto do liberalismo.

<sup>362</sup> *Documento do mês de novembro de 2014- António José Vaz Velho*  
- PT/MTVR/CMT/R/C/001/000091

<sup>363</sup> Sobre este assunto consultar Andreia Fidalgo, *A Restauração do Reino do Algarve: reformismo económico nos finais do Antigo Regime*, pp. 80-81.

<sup>364</sup> José Carlos Vilhena Mesquita, “A Revolução de Tavira em 1826”, in *Actas das IV Jornadas de História de Tavira*, p. 211.

Também vimos que, embora não possa ser provado, é possível que Mestre tenha participado nesse acontecimento. Sabemos que em 1826 já exercia funções políticas em Vila Real de Santo António, mas não terá deixado de estar em contacto com personalidades tavienses que conheceu durante o seu governo em Tavira. Embora não exista documentação para provar, é também possível que circunstâncias familiares possam ter levado à sua mudança de ideologia.

Por fim, também importa aqui falar do adágio popular “o poder corrompe”, pois o poder pode ter, de facto, subido à cabeça do nosso biografado. As condições intrínsecas ao exercício do poder a que Martins Mestre ficou exposto, podem ter provocado modificações na sua forma de pensar e agir.



## Considerações Finais

São várias as conclusões que podemos tirar depois de analisar exaustivamente a vida de Sebastião Martins Mestre, nomeadamente no que diz respeito às funções militares e políticas que exerceu. Vimos que são vários os estudos que abordam a Guerra Peninsular, mas poucos falam do papel fundamental do nosso biografado. Mestre foi um dos líderes da resistência contra os franceses. As suas ações não se limitaram ao território algarvio, estenderam-se a outras regiões do país, sendo que isso está bem evidente nas correspondências existentes no Arquivo Histórico Militar. Martins Mestre certamente será lembrado como um militar notável que empreendeu todos os esforços em prol da liberdade do país.

Tal como refere o título desta dissertação, Mestre foi vitorioso na Guerra Peninsular, mas um derrotado nas Guerras Liberais, uma vez que se encontrava no lado dos absolutistas. Dada a escassa documentação, foi difícil averiguar a vida de Mestre nesta época, pelo que optámos por nos concentrar no período em que foi governador de Vila Real de Santo António. Sobre esta fase da vida do nosso biografado existem algumas correspondências no Arquivo Histórico Militar que nos dão informações bastante relevantes. Graças a elas ficámos a saber que Mestre nunca descurou a defesa de Vila Real e que se preocupava efetivamente com tudo aquilo que punha em causa a integridade da cidade. Em várias correspondências o militar fala sobre as operações e movimentos do inimigo e solicitava auxílio sempre que fosse necessário. Como já podemos verificar no desenvolvimento do trabalho, a 12 de agosto de 1833 Martins Mestre encontrava-se doente e, por isso, pediu a dispensa das forças de operação do inimigo. Ainda assim, não deixou de interferir nos assuntos políticos e militares.

Todos os autores parecem estar de acordo quando dizem que Martins Mestre se tornou absolutista quando era governador de Vila Real de Santo António. É nesta fase que os feitos do nosso biografado parecem ter sido esquecidos ficando a sua memória associada a um perfil de um violento miguelista – até que ponto o foi? A *Monografia do Concelho de Vila Real* é, sem dúvida, uma obra que temos de ter em consideração quando queremos falar deste assunto. A forma como Ataíde Oliveira expõe as suas ideias é cheia de convicção parecendo que presenciou todos os acontecimentos. Por falta de mais fontes, alguns historiadores que escreveram sobre Martins Mestre acabaram por repetir as ideias

de Ataíde Oliveira, quando antes deviam questionar-se sobre a veracidade do seu discurso. Não sabemos se as informações dadas pelo autor da Monografia são falsas, mas a verdade é que não estão documentadas e podem, como já foi referido, ser reflexos de opiniões partidárias que levam ao exagero e distorção. Infelizmente não foi possível encontrar fontes que corroborem o discurso do autor. Fica, por isso, este assunto em aberto para futuramente ser alvo de análise e desenvolvimento.

Como ficou dito no terceiro capítulo desta investigação, seria interessante saber a razão pela qual Sebastião Martins Mestre se tornou um apoiante do absolutismo, pois até agora o que podemos fazer é apresentar algumas hipóteses. Neste contexto, é importante termos em consideração as pessoas com quem trocou correspondências e ofícios, pois poderão ter influenciado a sua ideologia. Uma delas foi Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real, Conde de Suberra, que foi um apoiante de D. Miguel, inclusivamente participou no golpe de estado conhecido como Vila Francada.

Este estudo deu-nos a oportunidade de falar de aspetos importantes da vida de Sebastião Martins Mestre que até à data não tinham sido abordados. Falou-se das origens e família, abordou-se o governo de Martins Mestre de uma forma completamente distinta daquela que aparece na *Monografia do concelho de VRSA*, analisaram-se fontes fundamentais que trouxeram novidades ao tema. É evidente que a investigação sobre a vida do político e militar não está terminada. Muito outros temas podem ser desenvolvidos, outras hipóteses devem ser colocadas. Seria interessante fazer uma análise mais exaustiva da árvore genológica a que Mestre pertence, era igualmente vantajoso perceber o porquê da partida do militar para Gibraltar, também era interessante o surgimento de outras hipóteses que pudessem justificar o porquê de Mestre se ter aliado aos absolutistas. Aqui ficam as sugestões para futuras investigações a desenvolver sobre este interessante político e militar algarvio, Sebastião Martins Mestre.

## Fontes e Bibliografia

### **Fontes Manuscritas:**

#### Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T):

*Carta topographica dos comtornos das praças de Castromarim, e Villa Real, compreendendo a Barra de Guadiana, e os lugares das batarias adjacentes, que as defendem, segundos as suas posiçoens,* de Baltazar de Azevedo Coutinho (1798), *Colecção Cartográfica*, Nº 211.

Livro de registo de casamentos da freguesia de Castro Marim (1742 a 1760).

Livro de registo de batismos da freguesia de Castro Marim (1759 a 1762).

Livro de registo de casamentos da freguesia de Tavira – Santa Maria (1819 a 1827).

Livro de registo de óbitos de Vila Real de Santo António (1820-1859)

Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Santiago (27.05.1801).

Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo (25.06.1811).

#### Arquivo Histórico Militar (A.H.M):

*Correspondência de Sebastião Martins Mestre para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios de Guerra, sobre informações militares, víveres, operações, intendência, embarcações, transportes, solípedes, pessoal e justiça.*

- PT/AHM/DIV/1/14/164/31 [20-09/06-12-1810]

*Ofício de D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, para Sebastião Martins Mestre sobre a libertação de Domingos José Gonçalves, empregado na Repartição das Munições de Bola, preso na cadeia de Almeirim.*

- PT/AHM/DIV/1/14/175/84 [16/11/1810]

*Correspondência de Sebastião Martins Mestre para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios, sobre operações, solípedes, animais, presos, delitos, espanhóis, franceses.*

- PT/AHM/DIV/1/14/245/34 [31-01/24-12-1811]

*Correspondência de Sebastião Martins Mestre e José António de Rosa para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios de Guerra, sobre relações do gado de Serpa e Moura na margem esquerda do Guadiana e mapa das bestas existentes no Exército e Depósito de Lisboa.*

- PT/AHM/DIV/1/14/272/25 [20-09/8-12-1811]

*Ofícios de Sebastião Martins Mestre para António de Lemos Pereira de Lacerda e para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios de Guerra, e relações com o número de pessoas apuradas para as obras de Fortificação.*

- PT/AHM/DIV/1/14/156/21 [9/16-01-1811]

*Ofício de Sebastião Martins Mestre para o conde de Sampaio remetendo um ofício (cópia) e uma relação sobre solípedes. [Abril/Maio/1812]*

*Ofício de Sebastião Martins Mestre para o conde de Barbacena Francisco a remeter ofícios (cópias) de Alexandre Evaristo de Lemos, comandante das forças marítimas ancoradas na Foz do Guadiana, e do comandante da Marinha das forças ancoradas em São Lucas de Barrameda, em que informam da quantidade de armamento e embarcações presentes em Cádiz e da libertação de Fernando VII, rei de Espanha.*

- PT/AHM/DIV/1/18/092/10 [23/08/1823]

*Ofícios da Câmara de Vila Real de Santo António para Sebastião Martins Mestre sobre a disciplina dos militares desta praça.*

- PT/AHM/DIV/1/18/083/51 [27/08/1823]

*Ofícios do tenente-coronel Sebastião Martins Mestre para o conde de Subserra informando sobre as ordens recebidas do tenente-general Manuel Brito de Mouzinho, chefe do Estado Maior General.*

- PT/AHM/DIV/1/18/075/038 [10/06/1824]

*Ofícios de Sebastião Martins Mestre para o conde de Subserra sobre a tentativa de chegada a Huelva e Ayamonte dos rebeldes de Gibraltar, comandados por Lopes Banho.*

- PT/AHM/DIV/1/18/092/31 [2-25/09/1824]

*Correspondência do tenente-coronel Sebastião Martins Mestre para o marquês de Tancos sobre as bocas de fogo da praça de Vila Real de Santo António, ordem pública e espanhóis.*

- PT/AHM/DIV/1/20/114/51 [1830, Setembro, 17 - 1832, Novembro, 1]

*Correspondência do tenente-coronel Sebastião Martins Mestre, governador das Armas de Trás-os-Montes, para o Ministro da Guerra sobre embarcações, informações dos movimentos dos rebeldes e operações.*

- PT/AHM/DIV/1/20/096/08 [5-19/08/1833]

*Correspondência de António José Vaz Velho, governador interino das Armas do Algarve, para Sebastião Martins Mestre sobre movimentos e operações contra os rebeldes, pessoal e disciplina.*

- PT/AHM/DIV/1/20/096/12 [10-12/08/1833]

*Correspondência do marechal-de-campo António Joaquim Bandeira, do Governo de Armas do Algarve, e do marechal-de-campo Sebastião Martins Mestre, do Governo de Armas do Algarve, para João Honorato Rolim requisitando munições para as operações contra os rebeldes.*

-PT/AHM/DIV/1/20/096/13 [22/02 – 06/03/1834]

*Divisas de los Regimientos de Infentería y Cabellería del Reyno de Portugal*, FL. 22.  
Biblioteca Nacional de Espanha, MSS/10043.

Biblioteca Nacional de Portugal (B.N.P):

*Declaração da revolução principiada no dia 16 de junho de 1808 no Algarve, e lugar de Olhão, pelo governador da Praça de Vila Real de Santo António, José Lopes de Sousa para a restauração de Portugal.* (H.G 6747//22 V e H.G. 15064//18 P).

*Planta do andar superior do quartel para o Regimento de Artilharia de Faro*, de José de Sande Vasconcelos, c. 1790-1797, BNP. Cota D-56-R, disponível em:  
<https://purl.pt/22457>

Instituto Geográfico Português (I.G.P):

*Plano geral do terreno próximo ao rio Guadiana compreendendo a praça de Villa Real e suas baterias adjacentes, e a praça de Castro Marim, por Euzebio de Souza Soares, Capitão do Real Corpo de Engenheiros, Catálogo de Cartografia Antiga, Nº 256.*

Arquivo Nacional Distrital de Faro (A.D.F):

Notariais de Castro Marim, Cota 1088 (1802-1804)

Arquivo Municipal de Tavira:

*Documento do mês de novembro de 2014- António José Vaz Velho*  
- PT/MTVR/CMT/R/C/001/000091 [novembro, 2014]

Family Research:

Nr: 00769222 (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSMZ-BSP3-R>)

Nr: 008073131 (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSNH-6SD1-P?mode=g>).

**Fontes impressas:**

CABREIRA, Sebastião Drago de Brito, *Relação Histórica da Revolução do Algarve contra os franceses que dolosamente invadiram Portugal no ano de 1807*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1809 (H. 15070 P. ou 6753 V.)

CHABY, Cláudio Bernardo Pereira, *Excertos históricos e coleção de documentos relativos à guerra dominada da Península e às anteriores de 1801, Do Rousillon e da Cataluña*, Imprensa nacional, Lisboa, 1885.

“Continuação da narração dos acontecimentos que ocorreram na vanguarda do Exército do Algarve comandada pelo tenente coronel Sebastião Martins Mestre”, in *Alberto Iria, A Invasão de Junot no Algarve*, Doc nº6, p. 331.

COUTO, António Maria do, *Relação histórica da revolução do Algarve contra os francezes, que dolosamente invadiram Portugal no ano de 1807, Seguida de todos os Documentos autênticos, que justificam a parte, que nella teve Sebastião Drago de Brito Cabreira...*, Typografia Lacerdina, 1809.

FIDALGO, Andreia, *A Restauração do Reino do Algarve: reformismo económico nos finais do Antigo Regime*, Tese de doutoramento, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa, 2021.

FRANCO, Francisco Soares, *Reflexões sobre a Conduta do Príncipe Regente de Portugal*, Biblioteca digital Luso-Brasileira, Coimbra, 2008.

GODOY, Manuel, *Memorias de Don Manuel Godoy Príncipe de la Paz ó sea Cuenta de su vida política para servir a la historia del reinado del señor Don Carlos IV de Borbón*, Libreria Americana Lacointe y Laserre (Imprenta de Panckoucke), Paris, 1839.

LANDERSET, Joaquim Filipe de, *Breve Notícia da Feliz Restauração do Reino do Algarve e mais sucessos até ao fim da marcha do Exército do Sul em auxílio da capital*, in *Alberto Iria, A Invasão de Junot no Algarve*, Doc. Nº5, p. 320.

LOPES, J.B.S, *Corografia ou memória económica, estadística e topográfica do Reino do Algarve*, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1841.

- *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado do Algarve*, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1848.

NEGRÃO, Sebastião Duarte Andrade Pinto, “Relação da feliz e gloriosa Restauração do Reino do Algarve”, in *Alberto Iria, A Invasão de Junot no Algarve...*, doc. Nº3, pp. 313-314.

NEVES, José Acúrsio das, *História geral da invasão dos francezes em Portugal e da restauração deste reino* Tomo IV, Lisboa, 1811.

SANTOS, Horácio Madureira dos, *Catálogo dos decretos do extinto conselho de guerra* (Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar), Volume V, Tipografia Minerva, Lisboa, 1965.

- *Catálogo dos decretos do extinto conselho de guerra* (Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar), Volume VI, Tipografia Minerva, Lisboa, 1966.

SORIANO, Simão José da Luz, *História da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal...*, Tomo VII, Imprensa nacional, Lisboa, 1870.

Declaração dos feitos de Sebastião Martins Mestre pelo Conde de Castro Marim. Doc. 429, 12.09.1808 (Versão em linha disponível em: [http://www.olhaocubista.pt/Textos/Biblioteca/AlbertoIria/Doc429.htm?fbclid=IwAR1C\\_D5hryhWcbqJirltgAfwVC\\_OHjHIF\\_QTXgyeuDHYP7PquSEiC\\_yJXTI](http://www.olhaocubista.pt/Textos/Biblioteca/AlbertoIria/Doc429.htm?fbclid=IwAR1C_D5hryhWcbqJirltgAfwVC_OHjHIF_QTXgyeuDHYP7PquSEiC_yJXTI)) (Consultado a 01/07/2021) [Transcrição e anotações de Edgar Cavaco].

Declaração dos feitos de Sebastião Martins Mestre por José Lopes de Sousa, Doc. 431, 29.09.1808 (Versão em linha disponível em: [http://www.olhaocubista.pt/Textos/Biblioteca/AlbertoIria/doc431.htm?fbclid=IwAR1t3\\_oTNQSKFj28jMiTpXJTcn3FxrwTO-LMGaVp4lrPxA7Ja1vu\\_sVmrdy8](http://www.olhaocubista.pt/Textos/Biblioteca/AlbertoIria/doc431.htm?fbclid=IwAR1t3_oTNQSKFj28jMiTpXJTcn3FxrwTO-LMGaVp4lrPxA7Ja1vu_sVmrdy8)) (Consultado a 01/07/2021) [Transcrição e anotações de Edgar Cavaco].

*18 de Junho*. Artigo publicado no jornal olhanense *O Porvir*, números 2 e 3, respetivamente de 4 e 11 de novembro de 1888 (Referência bibliográfica retirada da obra *A Invasão de Junot no Algarve*, de Alberto Iria).

## **Bibliografia:**

AAVV, *Actas do Congresso histórico Olhão, o Algarve e Portugal no tempo das Invasões Francesas*, Câmara Municipal de Olhão, Olhão, 2008

AZEVEDO, Rafael Ávila de, O Conde de Subserra. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, nº39, 1981, pp. 9-245.

AMARAL, Manuel, Olivença 1801 – *Portugal em Guerra do Guadiana ao Paraguai*, Coleção Batalhas de Portugal, Tribuna da História, Lisboa, 2004.

ANICA, Arnaldo Casimiro, *Tavira e o seu termo*, Câmara Municipal de Tavira, Tavira, 1993.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu, “As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Vol. 5, Editorial Estampa, 1998.

BARRENTO, António, *Guerra Fantástica em 1762. Portugal e o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos*, Tribuna da História, Lisboa, 2006.

BERGER, João Paulo, “Las operaciones militares de la Guerra de las Naranjas em la desembocadura del Guadiana”, in *Jornadas de Historia de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte*, VOL. XVI, Ayuntamiento de Ayamonte, Ayamonte, 2022, pp. 105-133.

BOTELHO, José Justino Teixeira, *Novos subsídios para a História de Artilharia Portuguesa*, VOL. I, Lisboa, Publicações da Comissão de História Militar, 1944, pp. 111-127.

BORGES, João Vieira, *D. Miguel Pereira Forjaz (1769-1827)*, Academia Militar, Lisboa, 1993. Disponível em:  
[https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/18681/1/D\\_Miguel\\_Pereira\\_Forjaz.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/18681/1/D_Miguel_Pereira_Forjaz.pdf)

- *Conquista de Madrid 1706- Portugal faz aclamar rei de Espanha o Arquiduque Carlos de Habsburgo*, Tribuna de História, Lisboa, 2003.

BRITO, Pedro de, “Os Regulamentos do Conde de Lippe”, in *Libros Relege, Volve, Lege – O livro antigo da Biblioteca do Exército*, Biblioteca do Exército, Lisboa, 2018, pp. 245-260.

BRANDÃO, Veralisa, *Olhão com História*, Museu Municipal de Olhão, Olhão, 2021.  
BUTTEY, David, *Wellington contra Massena: A Terceira Invasão de Portugal 1810-1811*, Gradiva, Lisboa, 2008.

CABRITA, Aurélio Nuno dos Santos, *A HISTÓRIA DE UMA ALDEIA: S.B. DE MESSINES, Dos alvares do Liberalismo ao 5 de Outubro de 1910*, Dissertação de mestrado em História do Algarve, Universidade do Algarve, Faro, 2016.

CANOTILHO, Joaquim Gomes, “As Constituições”, in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Vol. 5, Editorial Estampa, 1998, pp. 126-130.

CAVACO, Hugo, *Vereações de Castro Marim Á Época do Liberalismo (1818-1824). (Contributos para a sua História)*, Edição da Câmara de Castro Marim, 2013, p. 77.

CESAR, Vitorino José, *Invasões francesas em Portugal*, Typografia da cooperativa militar, Lisboa, 1910.

CHAGAS, Ofir, *Algarve e Algarvios*, edição do autor, Tavira, 2010.

CORREIA, José Eduardo Horta, *Vila Real de Santo António, Urbanismo e o Poder na Política Pombalina*, FAUP, Porto, 1997.

COSTA, Fernando Dores, “A Guerra no tempo de Lippe e de Pombal”, in *História Militar de Portugal*, VOL. 2, Manuel Thermudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.), Círculo de Leitores, Lisboa, 2004, pp. 331-350.



DUARTE, Maria de Deus, *Da Guerra Peninsular – Retratos e Representações*, Caleidoscópia editora, Casal de Cambra, 2010.

DOMINGUES, Francisco Contente, “Batalha do Cabo Matapão (1717)”, in *História Militar de Portugal* (coord. Nuno Severiano Teixeira), A Esfera dos Livros, Lisboa, 2017.

- “Guerra das Laranjas” (1801), in *História Militar de Portugal* (coord. Nuno Severiano Teixeira), A Esfera dos Livros, Lisboa, 2017.

- “Invasões francesas/Guerra Peninsular”, in *História Militar de Portugal* (coord. Nuno Severiano Teixeira), A Esfera dos Livros, Lisboa, 2017, 373.

FIDALGO, Andreia, “Um Governador de Armas e Báculo no Reino do Algarve: D. Francisco Gomes do Avelar”, in *Revista ÁGORA*, Vol. 32, n. 2, Lisboa/Faro, 2021.

FREIRE, Nuno, “Um olhar atual sobre a transformação do Conde de Lippe”, in *Nação e Defesa*, Nº 112, 3ª Série, 2005, pp. 137-166.

IRIA, Alberto, *A invasão de Junot no Algarve: (subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, Edição do autor, 1941.

LOPES, Maria Antónia, “Sofrimentos das populações na terceira invasão francesa. De Gouveia a Pombal”, in *o Exército Português e as Comemorações dos 200 Anos da Guerra Peninsular*, Volume III, Exército Português/Tribuna de História, Lisboa/Parede, 2011, pp. 299-323.

LOUSADA, Maria Alexandra; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo, *D. Miguel*, Coleção Reis de Portugal, Temas e Debates, Rio de Mouro, 2009.

MAGALHÃES, Cristovam Ayres, “História da engenharia militar portuguesa”, in *História orgânica e política do exército português* (17 volumes), Imprensa da Universidade, Coimbra, 1911-23.

MARQUES, A.H. de Oliveira, *Breve História de Portugal*, Editorial Presença, Lisboa, 2019.

MASCARENHAS, José Fernandes, *A luta contra os franceses em Olhão à luz de novos documentos*, Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão, Olhão, 2008.

- *A luta contra os franceses à ponte de Quelfes*, Separata de A Voz de Olhão, Olhão, 1981.

MATOS, H.J.M., “As juntas minhotas de 1808 na reação à ocupação francesa”, in *Revista da Faculdade de Letras, História*, Vol. 10, Nº1, 2009, pp. 43-56.

MENDES, António Rosa, *O levantamento popular de Olhão contra os franceses*, Promontoria, Universidade do Algarve, Ano 6, Número 6, 2008.

- *O Manuscrito de João da Rosa*, 2ª edição, Câmara Municipal de Olhão, Olhão, 2008.

- “Olhão fez-se a si próprio”, Gente Singular Editora, Olhão, 2009.

- “O Algarve e a 1ª Invasão Francesa”, in *O Algarve e as Invasões Francesas* (coord Nuno Pereira da Silva), Regimento de Infantaria Nº 1, 2010.

- "A Guerra da Independência no Algarve", in *Jornadas de Historia de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte*, Vol. XV, Ayuntamiento de Ayamonte, Ayamonte 2011, pp.9-28.

NOBRE, Antero, *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*, Edição de «A Voz de Olhão», (Suplemento do jornal *O Sporting Olhanense*), 1984.

- *Opúsculos Históricos sobre Olhão*, Município de Olhão, Olhão, 2008.

MORENO, Manuel Alonso, "Ayamonte entre Portugal y España en la Guerra de la Independencia. El transfondo de las relaciones diplomaticas", in *Jornadas de Historia de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte*, Vol. XV, Ayuntamiento de Ayamonte, Ayamonte.

MESQUITA, José Carlos Vilhena, *Silves no processo histórico do Liberalismo português*, II Jornadas de Silves, Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Silves, 1993.

- “A Revolução de Tavira em 1826”, in *Actas das IV Jornadas de História de Tavira*, Clube de Tavira, Tavira, 2003.

- “A instauração do Liberalismo em Portugal numa visão global socioeconómica – A participação do Algarve”, in *Estudos 1*, Faro, Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, 2004.

- “O Remexido e a resistência miguelista no Algarve”, in *Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, nº 13, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 2009.

- “Loulé no contexto político e socioeconómico das lutas liberais”, in *Atas do I Encontro de História de Loulé*, Câmara Municipal de Loulé (Arquivo Municipal), Loulé, 2018.

OLIVEIRA, Ataíde, *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar Arcebispo do Algarve*, Porto, 1992.

- Monografia do *Concelho de Olhão*, Algarve em Foco Editora, Faro, 1999.

- *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António*, Algarve em Foco Editora (3ª edição), Faro, 1999.

- OLIVEIRA, António Paulo, “Sebastião Cabreira (1763-1833) e a revolta contra os franceses no Algarve”, in *Atas do Congresso Histórico. Olhão, o Algarve & Portugal no tempo das Invasões Francesas*, Município de Olhão, Olhão, 2008.

PEREIRA, Cátia Salas, “Sebastião Martins Mestre (1761-1834): Do triunfo das Peninsulares ao martírio de um vencido”, in *Vultos tavienses dignos de memória*, Edições Colibri, Lisboa, 2021.

PEREIRA, Sara, *Portugal e Nápoles no Tempo de Pombal: Atividade Diplomática*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada ao Departamento de História do ISCTE – IUL, Lisboa, 2010

PESSANHA, Fernando, "O Concelho de Vila Real de Santo António e as Guerras Liberais", in *Subsídios para a História do Baixo Guadiana e dos Algarves Daquém e Dalém-mar*, Edições Mandil, Olhão, 2014.

- “Castro Marim e Vila Real de Santo António durante a Guerra das Laranjas no Baixo Guadiana”, in *Jornal do Baixo Guadiana*, nº 172, 2014, p. 19.

- *Subsídios para a História do Baixo Guadiana e dos Algarves Daquém e Dalém-mar*, pp. 110-111.

- “As baterias costeiras de Vila Real de Santo António na cartografia militar setecentista”, in *Jornadas de História de Ayamonte*, Vol. XXII, Ayuntamiento de Ayamonte, Ayamonte, 2018.

- “O sotavento algarvio na cartografia militar de José de Sande Vasconcelos: os casos de VRSA e Faro”, in *Anais do Município de Faro*, Vol. XLII, Faro, Câmara Municipal de Faro, 2020, pp.71-107

- “A Bateria do Pinheiro: monumento à vitória de Portugal na Grande Batalha do Guadiana de 1801”, in *Jornal do Algarve Magazine*, Nº 3313, 24 de setembro de 2020.

- “Baltazar Azevedo Coutinho e o mapa da Grande Batalha do Guadiana”, in *Jornal do Algarve Magazine*, Nº 3331, 24 de janeiro de 2021.

- “Cartografia militar de Eusébio de Sousa Soares sobre Vila Real de Santo António”, *Jornal do Algarve*, 28 de Maio de 2021. Disponível em: <https://jornaldoalgarve.pt/cartografia-militar-de-eusebio-de-sousa-soares-sobre-vila-real-de-santo-antonio/>.

- “As baterias ribeirinhas de Vila Real de Santo António na cartografia militar setecentista”, in *Anais do Município de Faro*, Vol. XLIII, Câmara Municipal de Faro, Faro, 2021.

PIRES, Pedro, Pires, Osvaldo, “A Guerra das Laranjas (1801): a passagem das tropas francesas por Castro Marim”, in *Castro Marim, Baluarte Defensivo do Algarve* (Coord. António Rosa Mendes), Câmara Municipal de Castro Marim, Castro Marim, 2009.

PRAÇA, J. J. Lopes, *Coleção de leis e subsídios para o estudo do direito constitucional português*, Coimbra Edição, Coimbra, 2000.

PROENÇA, Maria Cândida, “As Cartas de Adesão ao Movimento Liberal (1820-1823)”, COSTA, Fernando Marques, DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, Nuno Gonçalves, organização *Do Antigo Regime ao Liberalismo (1750-1850)*, Vega, Lisboa, 1989, pp. 131-141.

QUINTELA, Santos, *A guerra peninsular e as vitórias do exército Anglo-luso-espanhol*, Escritório de Publicações Ferreira dos Santos, Porto, 1908.

RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira, *O Algarve no contexto das Revoluções Liberais dos séculos XVIII-XIX (1789-1822)*, Arandis Editora, Albufeira, 2021.

ROSA, João, *O Manuscrito de João da Rosa*, Edição atualizada e editada, Câmara Municipal de Olhão, Olhão, 2008.

SALDAÑA, José Fernández, “Nuevos poderes, viejas disputas: la Junta de Gobierno de Ayamonte en la Guerra de la Independencia”, in *Jornadas de Historia de Ayamonte*, Vol. X, Ayuntamiento de Ayamonte, Ayamonte, 2006, pp.11-32.

- “Pueblo, nación e ciudadanía...”, Universidade de Huelva, Huelva, 2014.

- “La revitalización de la frontera: Apuntes sobre la Junta Suprema de Sevilla en Ayamonte”, in *Jornadas de Historia de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte*, Vol. XV, Ayuntamiento de Ayamonte, Ayamonte, 2011, pp.45-68.

- "Ayamonte y su entorno en 1812: El juramento constitucional", in *Jornadas de Historia de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte*, Vol. XVII, Ayuntamiento de Ayamonte, Ayamonte, 2013, pp.181-200.

- "El bajo Guadiana durante la Guerra Peninsular (1808-1814): Relaciones y controversias en una tierra de frontera", in *Livro de Atas das Jornadas de História do Baixo Guadiana (2014-2018)*, Miguel Godinho & Fernando Pessanha (coord.), Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António / Arquivo Histórico Municipal António Rosa Mendes, 2020, pp.28-36.

- "De Espanha nem bom vento nem bom tormento? Consideraciones sobre las relaciones Portugal-Espanha desde uma tierra de frontera", in *Revista... à Beira Interior*, Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior, nº10, Dezembro de 2015, pp. 99-118.

- "Vecinos y estrangeiros: representaciones y realidades em torno al outro em la frontera sur hispano-portuguesa durante la Guerra de la Independencia", in *Estangeros y enemigos em Iberoamerica: la visión del outro, del Impérop Español a la Guerra de la Independencia*, Ramiro Domínguez (dir), Madrid, 2010, pp. 351-370.

- "Reciprocidades políticas y interacciones sociales: la frontera sur hispano-portuguesa durante la Guerra de la Independencia, in *Actas del Congrès Ocupació, Resistência a la Guerra del Francés (1808-1814)*, Museu d'História de Catalunya, Barcelona, Octubre de 2005, pp. 363-376.

SILVA, Abílio Diniz, "D. Luís da Cunha e o Tratado de Methuen", in *Revista da Faculdade de Letras*, III Série, Vol. 4, Porto, 2003, p. 059-084.

SUBTIL, José, "A Comissão de Justiça Criminal e as Cortes Constituintes e Ordinárias (1821-1823)", in *Anais Série História*, Volume I, Universidade autónoma de Lisboa, Lisboa, 1994.

SZABO, Franz A. J., *Thesen years war in Europe: 1756-1763, Great Britain, Person Longman, 2008.*

TORGAL, Luís Reis, VARGUES, Isabel Nobre, "Da Revolução à Contra-revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O Exílio Político", in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5, Editorial Estampa, 1998

VARGUES, Isabel Nobre, "O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820", in *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), Volume 5, Editorial Estampa, 1998

VAZ, Adérito Fernandes, *Quem foi Sebastião Martins Mestre na História do Sotavento Algarvio?*, Separata de A Voz de Olhão, 1986.

VEIGA, Sebastião Filipes Estácio Martins da, *Poesia (ou banalidades poéticas)*, Edições Colibri, Câmara Municipal de Tavira, Tavira, 2000.

VENTURA, António, *A Guerra das Laranjas*, Prefácio, Lisboa, 2004.

- “Portugal e a Revolução Francesa: da Guerra do Rossilhão à Guerra das Laranjas”, in *Nova História Militar de Portugal*, VOL. III, Manuel Themudo Barata & Nuno Severiano Teixeira (dir.), Círculo de Leitores, Mem Martins, 2004, pp. 14-26.

- *Guerra das Laranjas 1801*, Batalhas da História de Portugal, Vol. 12, QuidNovi, Matosinhos, 2006.

VICENTE, António Pedro, *Campanhas do Rossilhão e da Catalunha 1793-1795*, Batalhas da História de Portugal, VOL. 11, QuidNovi, Matosinhos 2006.

- “Guerra Peninsular 1801-1814”, in *Grandes Batalhas do História de Portugal*, Expresso editora, Paço de Arcos, 2007.

VIEIRA, Carla da Costa, *Olhão, junho de 1808. O levantamento contra as tropas francesas através da imprensa e literatura da época*, Município de Olhão, Olhão, 2008.

VIEGAS, Juan Martín, MIRA, António Toscano, "La isla de Canela, ultimo refugio en la Guerra contra el francés", in *Jornadas de Historia de la muy noble y leal ciudad de Ayamonte*, Vol. XV, Ayuntamiento de Ayamonte, Ayamonte, 2011, pp.121-156.

# Anexos





## Anexo II:

(Registo de óbito de Sebastião Martins Mestre)

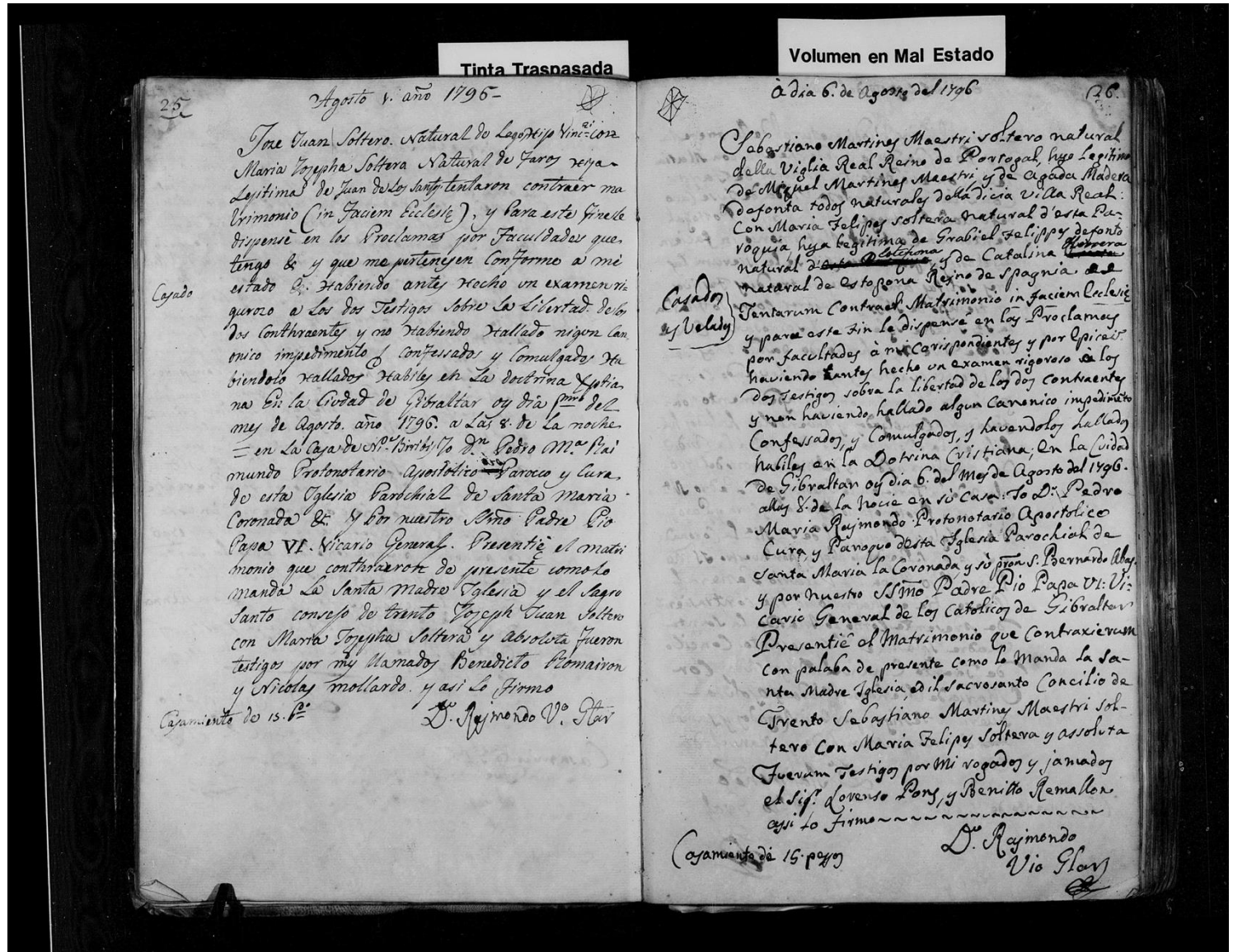
- ANTT: Livro de registo de óbitos de Vila Real de Santo António (1820-1859)

Montagora, 12 de que  
Porto End. Jore de Vascoscelly  
Sebastião Mestre  
Mestre  
Carado  
João Ant.  
A vinte e sete de Setembro Lamil oute cento e trinta e  
quatro se deu a sepultura <sup>junto</sup> ao 'Cemitério' desta Villa  
o Cadaver de Sebastião Mestre carado com Dona  
Maria Filippa de que foi este termo que assigna  
Porto End. Jore de Vascoscelly

### Anexo III:

(Registro de Casamento de Sebastião Martins Mestre com Maria Filipes)

- Family Research – Nr: 00769222  
(<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSMZ-BSP3-R>).



Tinta Traspasada

Volumen en Mal Estado

25

Agosto 6. año 1796-

Cajado

Jose Juan Sottero. Natural de Logroño Vizcaya  
 Maria Josepha Sottera Natural de Feroz reyna  
 Legitima de Juan de los Santos tentaron contraer ma-  
 trimonio (in faciem Ecclesie), y para este fin se  
 dispuso en las Proclamas por Facultades que  
 tengo & y que me puse en conformo a mi  
 estado & habiendo antes hecho un examen  
 quorro a los dos testigos sobre la libertad de los  
 dos contrayentes y no habiendo hallado ningun lan-  
 guage impedimento Confesados y Comulgados ha-  
 biendolos vallados habiles en la doctrina xpiana  
 en la Ciudad de Gibraltar oy dia 6. del mes  
 de Agosto año 1796. a las 8. de la noche  
 en la Capa de N. S. de N. S. de Pedro M. S. P. a  
 mundo Protonotario Apostolico Paroquia y cura  
 de esta Iglesia Parochial de Santa Maria  
 Coronada & y por nuestro Sr. Padre Pio  
 Papa VI. Nuncio General. Presente el matri-  
 monio que contraxerote de presente como lo  
 manda la Santa Madre Iglesia y el sagro  
 Santo concilio de tranto Joseph Juan Sottero  
 con Maria Josepha Sottera y absoluta fueron  
 testigos por mi llamado Benedicto Romairon  
 y Nicolas molledo y asi lo firmo

Casamiento de 15. P.º

D. Raymundo V.º Star

a dia 6. de Agosto del 1796

26

Cajado  
 y Velado

Sebastiano Martins Maestri soltero natural  
 della Villa Real Reino de Portugal hijo Legitimo  
 de Miguel Martins Maestri y de Agueda Madera  
 de Magenta todos naturales della Villa Real.  
 Confronta todos naturales della Villa Real.  
 Con Maria Filipes Sottera natural de esta P.º  
 voqua hija legitima de Gabriel Salazar y de  
 natural de esta P.º de Catalina Sottera  
 natural de esta P.º de España. de  
 natural de esta P.º de España. de  
 Presentum contrahe matrimonio in faciem Ecclesie  
 y para este fin se dispuso en las Proclamas  
 por facultades a mi correspondientes y por Episcopo  
 habiendo antes hecho un examen riguroso de los  
 dos testigos sobre la libertad de los dos contrayentes  
 y no habiendo hallado algun canonico impedimento  
 Confesados y Comulgados, y havendolos hallado  
 habiles en la Doctrina Christiana; en la Ciudad  
 de Gibraltar oy dia 6. del mes de Agosto del 1796.  
 a las 8. de la noche en la Capa de N. S. de Pedro  
 Maria Raymundo Protonotario Apostolico  
 cura y Paroquia desta Iglesia Parochial de  
 Santa Maria la Coronada y por nuestro Sr. Padre Pio  
 y por nuestro Sr. Padre Pio Papa VI. Nuncio  
 General de los Catholicos de Gibraltar  
 Presente al Matrimonio que contraxerunt  
 con palabra de presente como lo manda la Sa-  
 nta Madre Iglesia e il sacrosanto Concilio de  
 Trento Sebastiano Martins Maestri sol-  
 tero con Maria Filipes Sottera y absoluta  
 fuerunt testigos por mi rogados y llamados  
 el Sr. Donato Pany y Benito Romairon  
 qui lo firmo

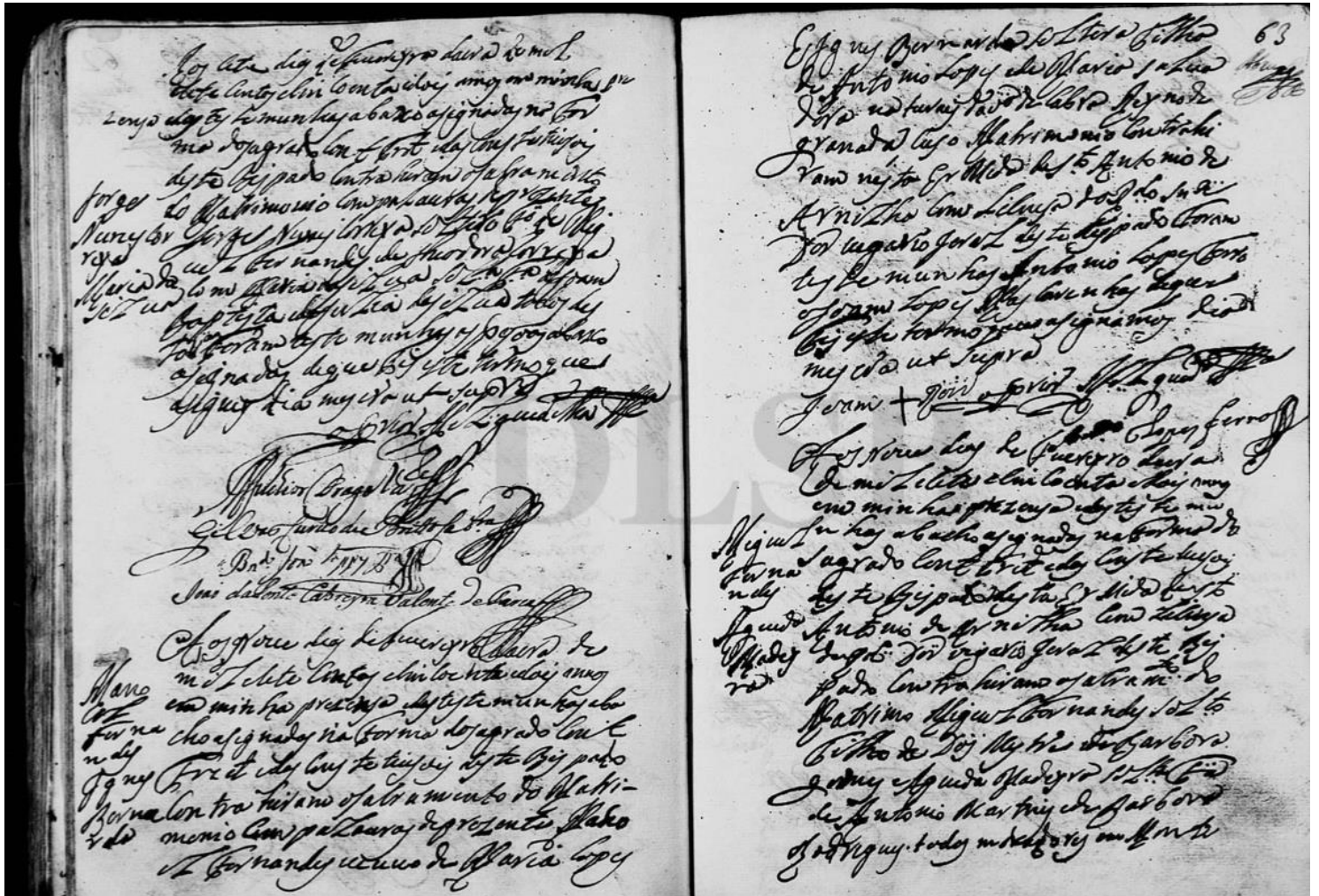
Casamiento de 15. p.ºº

D. Raymundo  
 Vio Star

Anexo IV:

(Casamento dos pais de Sebastião Martins Mestre)

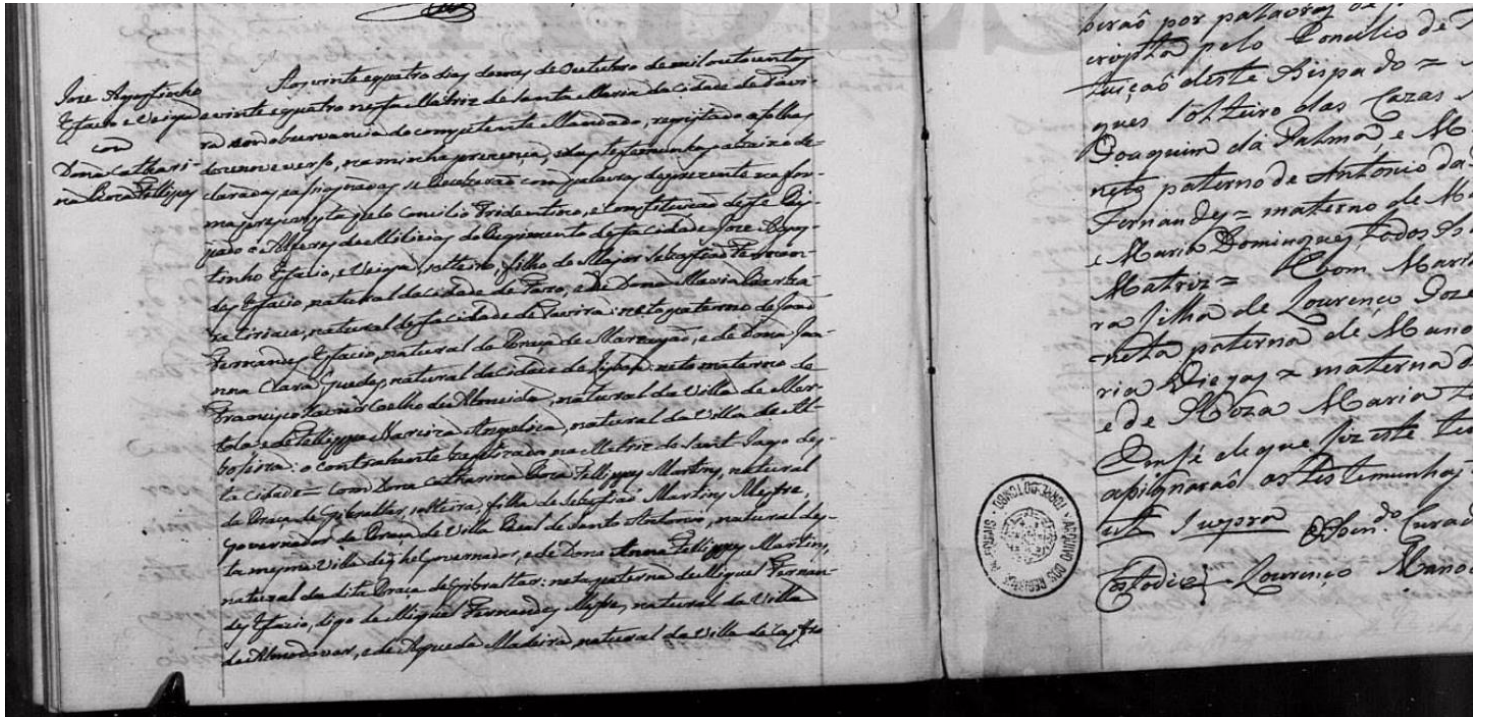
- ANTT: Livro de registo de casamentos da freguesia de Castro Marim (1742 a 1760)



# Anexo V

(Casamento de Catarina Filipes e José Agostinho Estácio da Veiga)

- ANTT: Livro de registo de casamentos da freguesia de Tavira (1819 a 1827)

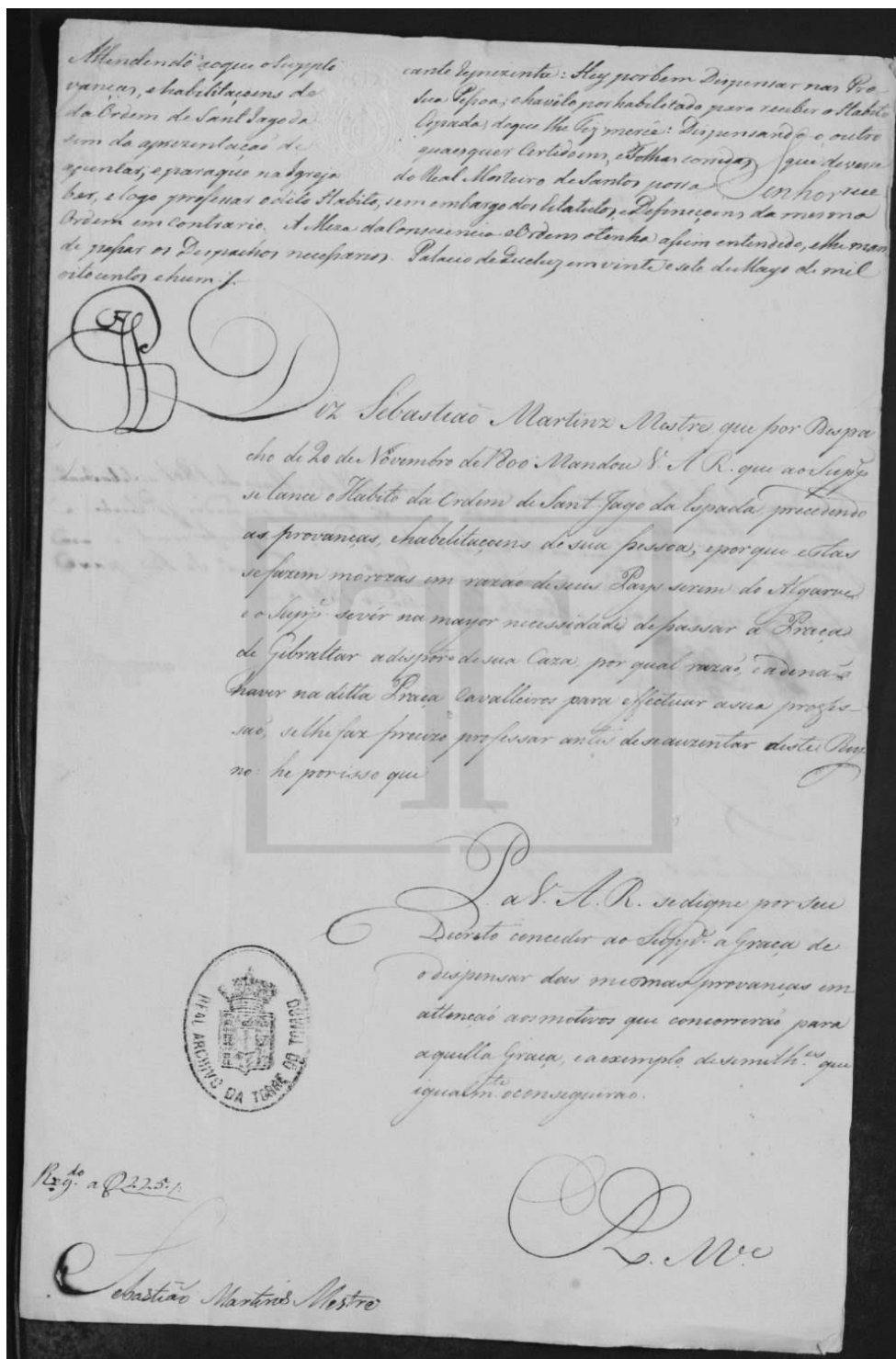




## Anexo VI

(Documento que comprova que Sebastião Martins Mestre foi agraciado com o Hábito da Ordem de Santiago)

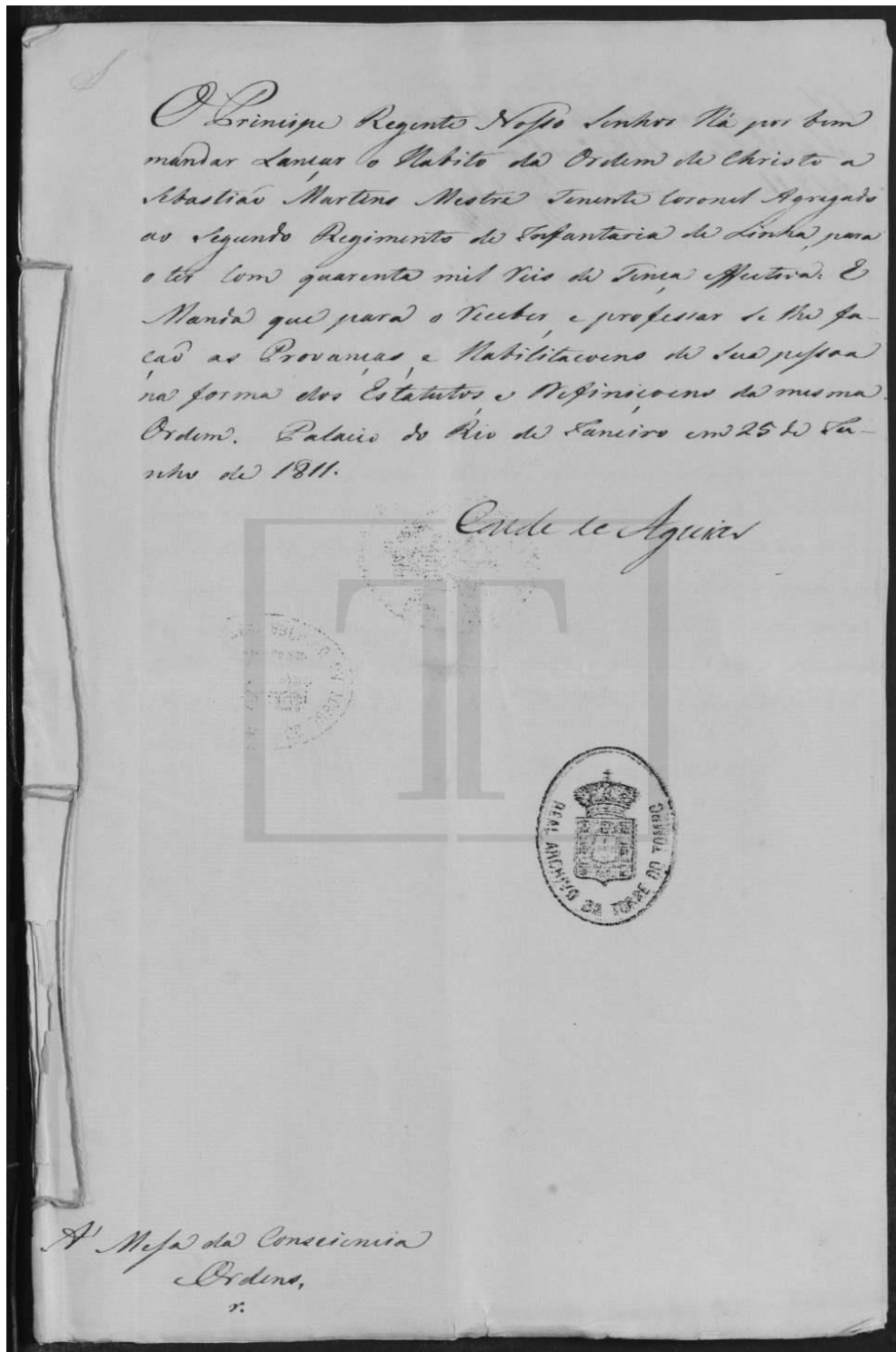
- ANTT: Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Santiago (27.05.1801)



## Anexo VII

(Documento que comprova que Sebastião Martins Mestre foi galardoado com o Hábito da Ordem de Cristo)

- ANTT: Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo (25.06.1811)



## Anexo VIII

Correspondência de Sebastião Martins Mestre para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios de Guerra sobre informações militares, víveres, operações, intendência, embarcações, transportes, solípedes, pessoal, justiça.  
PT AHM-DIV-1-14-164-31\_m0001.jpg.

3  
M. Ex. mo Senhor

REPUBLICA DO BRASIL

Os Correios da Secretaria deprezentão nos postos da linha de comunicação ativas as fugidas que estão destinados para os cartões do serviço não querendo hir os piores que hies estão destinados a fim de fazer o seu transito gratuitamente. Como tem solicitado as ascomos Fran<sup>co</sup>is<sup>co</sup> Fernandes, capitão carvalho da Maço, que tendo vindo huij nos lugares da linha, não tendo podido passar os ordens piores a respeito de de ferra por despotismo logo que terão tres sextas de cada posto. Cuidado de 24. as suas instruções a este respeito para mi thar abertor a fim de que se consersu a ordem, e não se demore o serviço na sua execução. D. por G. de 24. quartel de Officia, 4 de Novembro de 1810

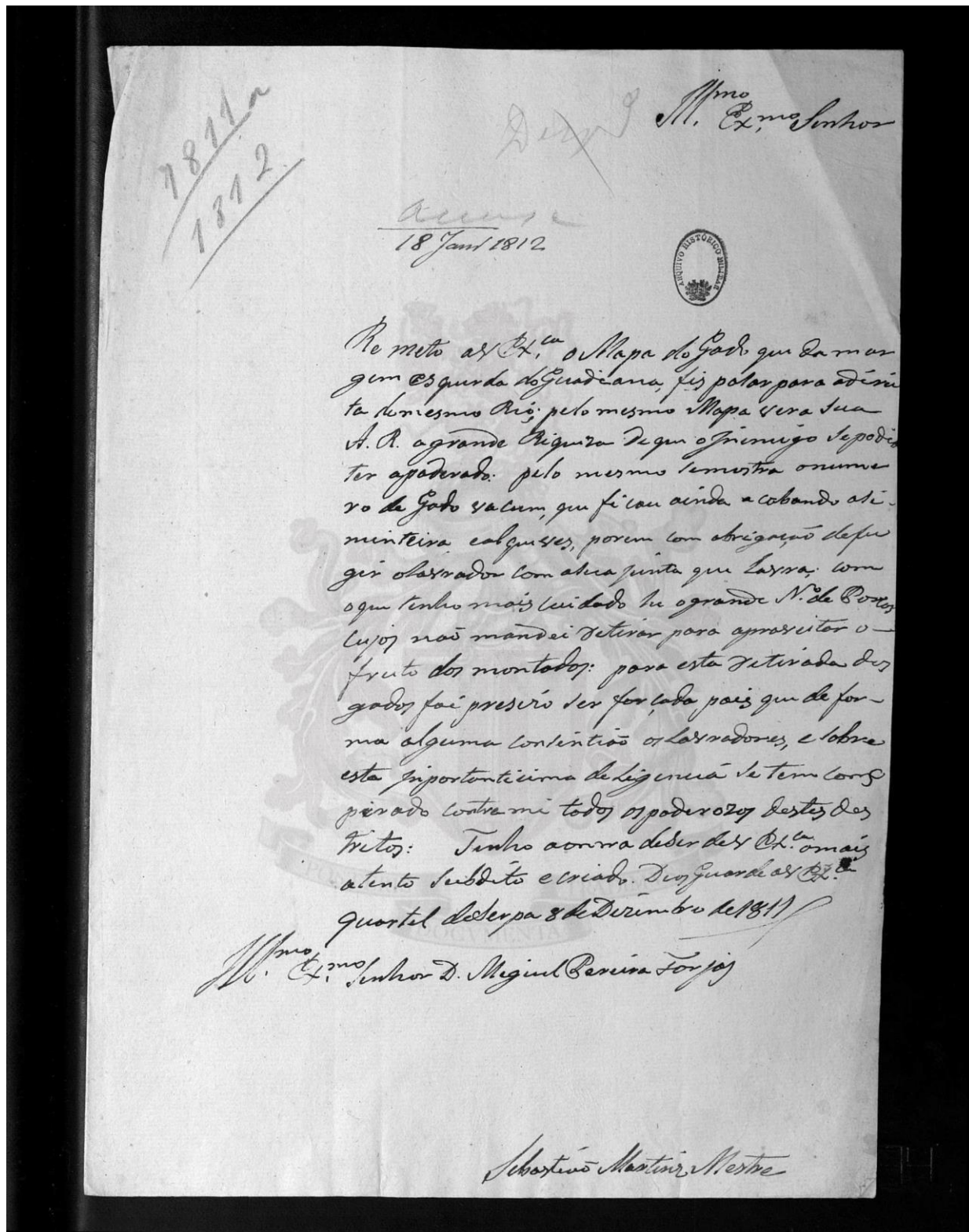
M. Ex. mo Senhor D. Miguel Pereira Forjaz

Sebastião Martins Mestre



## Anexo IX

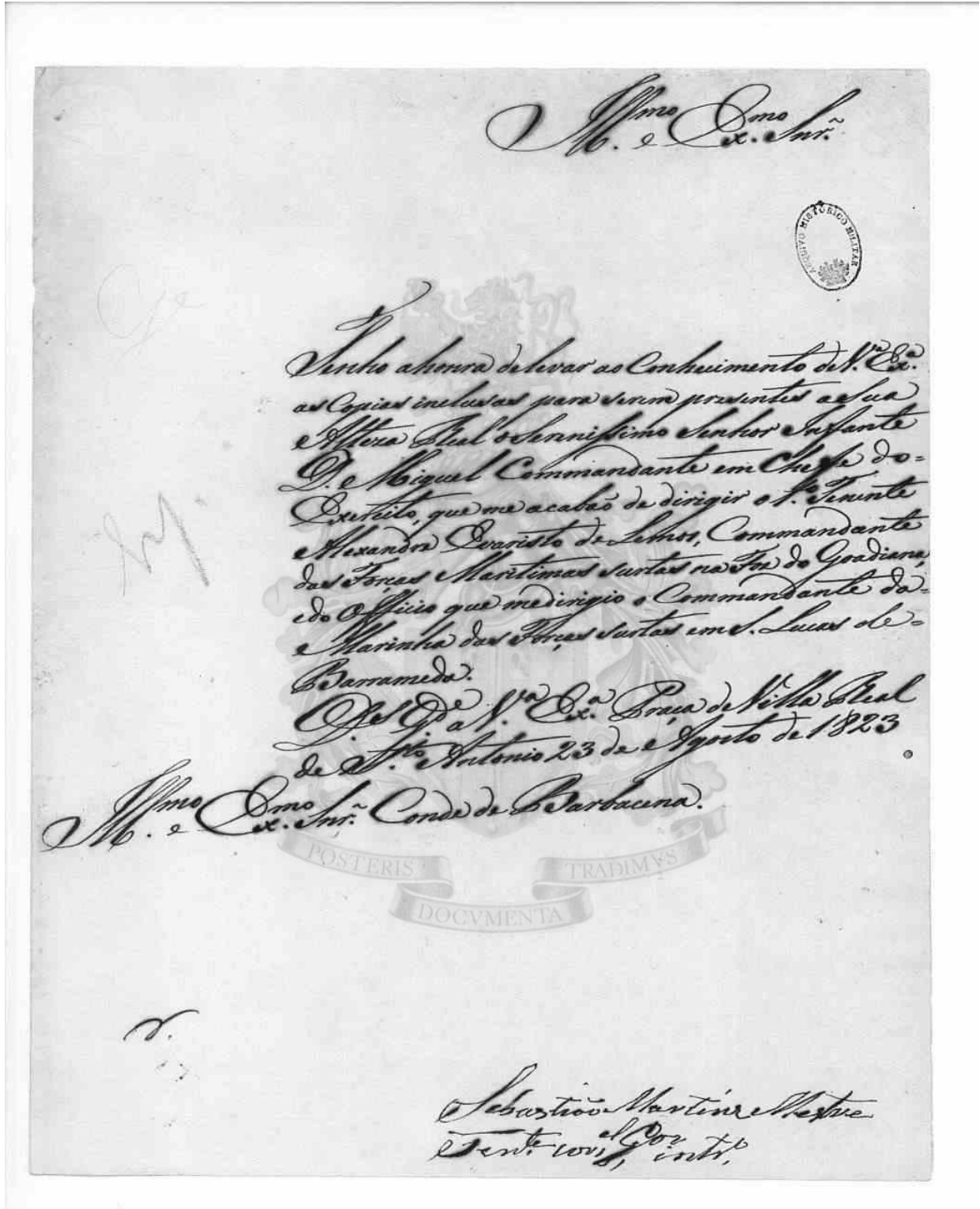
Correspondência de Sebastião Martins Mestre e José António da Rosa para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre relação do gado de Serpa e Moura na margem esquerda do Guadiana e mapa das bestas existentes no Exército e Depósito de Lisboa. PT/AHM/DIV/1/14/272/25





## Anexo X

Ofício de Sebastião Martins Mestre para o conde de Barbacena Francisco a remeter ofícios (cópias) de Alexandre Evaristo de Lemos, comandante das forças marítimas ancoradas na Foz do Guadiana, e do comandante da Marinha das forças ancoradas em São Lucas de Barrameda, em que informam da quantidade de armamento e embarcações presentes em Cádiz e da libertação de Fernando VII, rei de Espanha. PT/AHM/DIV/1/18/092/10



## Anexo XI

Correspondência do tenente-coronel Sebastião Martins Mestre para o marquês de Tancos sobre as bocas de fogo da praça de Vila Real de Santo António, ordem pública e espanhóis.  
PT/AHM/DIV/1/20/114/51

